



**Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental  
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas**

**Maria Margarette Lisboa Rocha**

**CONFLITOS SOCIAIS PELO ACESSO AOS RECURSOS:  
O extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe.**

**Belém - PA**

**2012**

## 1 INTRODUÇÃO

O propósito nesta dissertação é refletir sobre os conflitos pelo acesso aos recursos naturais para a prática do extrativismo da mangaba em Sergipe. O interesse em estudar este tema surgiu durante a nossa participação no I Encontro das Catadoras de Mangaba em Aracaju em 2007, quando observamos que as mulheres extrativistas de diversos municípios se encontraram para tratar, entre outros temas, dos conflitos instituídos nos processos de ameaças de perda do acesso às plantas nas quais praticam o extrativismo e do qual dependem para sobreviver.

A pesquisa foi realizada com diferentes atores envolvidos nos conflitos no Povoado Pontal, município de Indiaroba, litoral sul do Estado de Sergipe. Dentre estes, as mulheres extrativistas de mangaba foram as nossas principais interlocutoras. Pertinentes ao segmento que diversifica seu trabalho entre os vários produtores familiares existentes, elas se autodenominam de catadoras de mangaba por praticarem o extrativismo há décadas, muito embora desenvolvam outras atividades paralelamente. Apenas recentemente, elas aparecem mobilizadas na esfera pública, reivindicando uma identidade associada ao acesso livre dos recursos naturais nos seus lugares de residência, como mostram os estudos de Mota et al. (2003, 2005, 2007, 2008, 2009, 2011) e Schmitz et al. (2006, 2008, 2009, 2010, 2011).

Diante deste quadro o nosso objetivo nesta dissertação é analisar os conflitos pelo acesso aos recursos naturais entre os diferentes atores envolvidos na prática do extrativismo da mangaba. O interesse pelo tema “conflitos” remonta também à nossa experiência profissional (1987/2008) quando assessorava os trabalhadores rurais sem terra, posseiros e quilombolas nos conflitos fundiários em Sergipe, tema que sempre nos instigou por dois motivos. O primeiro, pelo interesse em compreender os conflitos para além da aparência de um enfrentamento entre atores com forças desiguais quando está em jogo a reprodução social de grupos que dependem do uso dos recursos naturais. O segundo, por observar que nos últimos anos houve incremento dos mesmos em decorrência da privatização e valorização da terra, assim como da implantação de grandes projetos de modernização paralelamente à mobilização dos diferentes segmentos afetados.

Em se tratando das catadoras de mangaba, no período de 2007 a 2009 apenas em Sergipe, os conflitos totalizavam quatorze diferentes tipos envolvendo diferentes atores, dentre os quais as catadoras de mangaba e os proprietários de terra devido ao impedimento de acesso às plantas, conforme observado nos relatos do I e II Encontro das catadoras e nas conversas com suas respectivas representantes dos municípios onde estes conflitos se fazem mais

presentes. Não obstante este número, apenas Schmitz et al. (2006, 2008) escreveram sobre o tema, classificando-o em quatro tipos segundo os atores envolvidos e analisando-o. Entretanto, resta o desafio quanto a caracterizar e refletir sobre o que tem se dado no cotidiano do grupo das catadoras, particularmente onde as evidências do acirramento são mais intensas após a mobilização destas no Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM).

Como aluna do mestrado em 2009, tivemos a possibilidade de estudar e discutir mais detalhadamente os conflitos pelo acesso aos recursos naturais a partir de diferentes experiências, tais como: as marisqueiras no litoral paraense e na fronteira do litoral paraibano e pernambucano (MANESCHY, 2001; FADIGAS et al., 2008); as mulheres nos castanhais e nos seringais do Acre e do Amapá (SIMONIAN, 2001); as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (LAGO, 2002; FIGUEIREDO, 2005); as quebradeiras de licuri no semi-árido baiano (OLIVEIRA, 2009) e as extrativistas da piaçava no litoral norte baiano (ANDRADE, 2000); as catadoras de mangaba no Norte e Nordeste do Brasil (MOTA et al., 2003, 2005, 2007, 2008, 2009; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2007; FERNANDES, 2011) e; as extrativistas da mangaba no norte de Minas Gerais (LIMA, 2008).

Sob outra ótica, as pesquisas sobre os conflitos no espaço rural têm também tratado das disputas pelo direito à terra entre diferentes grupos, conforme atestam os estudos de Martins (1985), Silva e Lopes (1996), Oliveira (1996), Fernandes (1999), Silva (2002), Andrade (2005), Almeida (2006), dentre outros pesquisadores cujas análises evidenciam os posseiros, os trabalhadores rurais, os sem terra, os quilombolas e os indígenas. Mesmo assim, acreditamos que persiste a necessidade de realizar estudos que analisem experiências de conflitos em torno da disputa por recursos naturais, principalmente onde a complexidade dos conflitos gerados em torno de um determinado recurso envolve relações de poderes desiguais (THEODORO, 2005), como é o caso dos conflitos que se refere as mulheres extrativistas de mangaba.

Neste trabalho partimos do pressuposto de que o conflito é parte da vida social como mostram os estudos de Simmel (1983), Coser (1996) e Schmitz et al., (2006, 2008, 2009, 2011). Em se tratando dos conflitos no Brasil, os estudos realizados por Little (2001), Theodoro (2005), Acselrad (2004); Leite Lopes et al. (2004) e Zhouri e Laschefski (2010) tratam dos aspectos socioambientais do extrativismo mineral, vegetal e animal, onde diversos atores disputam o acesso pelos recursos naturais.

Tendo em conta esse quadro, a pergunta de pesquisa que orienta as nossas reflexões neste trabalho é: Como os diferentes atores sociais têm lidado com os conflitos decorrentes das disputas pelo acesso aos recursos nos quais as catadoras praticam o extrativismo da mangaba?

Para respondê-la, definimos como objetivo geral analisar os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo da mangaba entre os diferentes atores envolvidos por meio de um estudo de caso no Estado de Sergipe. Os objetivos específicos são: i) Identificar os diferentes tipos de conflitos e os envolvidos; ii) Compreender os interesses dos atores envolvidos nos conflitos; iii) Caracterizar as estratégias dos diferentes atores para lidar com os conflitos; e iv) Analisar os conflitos existentes entre as catadoras, bem como entre as catadoras e os proprietários de terra.

A dissertação está estruturada em cinco partes, compreendendo a introdução, três capítulos e as conclusões.

Na introdução, apresentamos o que nos motivou a selecionar o tema, assim como a problematização, sua importância, as perguntas de pesquisa e o que esperamos oferecer com a dissertação.

No capítulo II, tratamos dos pressupostos teóricos e metodológicos que embasaram a construção desse trabalho, descrevendo o caminho trilhado para a realização da pesquisa de campo e as referências teóricas sobre conflitos, extrativismo vegetal e o trabalho das mulheres no extrativismo.

No capítulo III descrevemos o surgimento do Povoado Pontal (área do nosso estudo) e as características das catadoras de mangaba, analisando os desafios por elas enfrentados no exercício do extrativismo.

No capítulo IV tratamos do tema central desse estudo que são os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo, destacando quais são os atores envolvidos, suas estratégias para lidar com os conflitos e quais são os seus interesses.

E por fim, sem ter a pretensão de preencher todas as lacunas apresentadas no debate sobre o tema, mas de levantar questões que poderão contribuir para a realização de outros trabalhos, apresentamos nossas considerações finais.

Esperamos que as análises apresentadas nessa dissertação contribuam para desafiar novos estudos sobre a temática, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, locais onde numerosos grupos dependem da atividade extrativista para sobreviver. Esperamos ainda, atender a dois propósitos: 1- Preencher uma lacuna na pauta da produção acadêmica sobre os conflitos no extrativismo da mangaba; e 2- Contribuir para a sistematização de um conjunto de informações e análises que subsidiem a atuação das organizações e das populações que dependem deste tipo de atividade para sobreviver, aliada à conservação dos recursos naturais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO

O nosso objetivo neste capítulo é discorrer sobre o referencial teórico que orientou a construção do problema de pesquisa e as análises realizadas na dissertação. Na primeira parte, iniciamos com a retomada do estudo de Simmel (1983) sobre os conflitos sociais. Abordamos também o debate sobre os conflitos socioambientais e ambientais. Na segunda, tratamos do extrativismo enfatizando a sua viabilidade, o neoextrativismo e o extrativismo da mangaba, em particular. Para concluir o capítulo, situamos a reflexão sobre o extrativismo praticado pelas mulheres, destacando os conflitos vivenciados por alguns grupos.

### 2.1 CONFLITOS SOCIAIS

Nos estudos clássicos, o tema conflitos não é uma novidade, principalmente nas ciências sociais, pois este é parte da vida social. Como nos indica Schmitz et al. (2010, p. 3), a “literatura sobre conflito é vasta e mostra que o conflito é parte integral da vida organizacional, tanto nas relações internas e externas de indivíduos e grupos, quanto entre organizações”.

A Simmel (1983, p. 22-23) é atribuído o mérito de ter se debruçado sobre o tema dos conflitos sociais, analisado por ele a partir de três condições importantes para a existência da sociedade, que só é possível através de formas associativas entre os indivíduos: i) a *determinação quantitativa dos grupos*. Esta só tem sentido quando os indivíduos definem, através de forma de convivência, sua organização e unificação de ação recíproca; ii) o processo *dominação-subordinação*, que importa a interação entre dominante e dominado, entre autoridade e certa liberdade de aceitação do subordinado; e iii) *o conflito* como forma pura de associação e tão necessário à vida do grupo e sua continuidade como o consenso.

Segundo nos sugere Simmel (1983), o conflito é indispensável ao grupo, é inerente à vida social e constituído pelo menos por dois elementos de interação, mesmo opostos, a exemplo do processo de *dominação-subordinação* que proporciona o conflito necessário à vida grupal, indispensável à coesão do grupo. Ainda de acordo com Simmel, para existir o conflito é necessária a existência de elementos opostos que interagem através da atração e repulsão em torno de um mesmo objetivo. Essa dualidade entre as pessoas em conflito contribui para a existência da vida em sociedade. O processo básico desta é constituído pelos impulsos dos indivíduos, ou por outros motivos, interesses e objetivos e pelas formas que essas motivações assumem. Cabe ao indivíduo superar os conflitos da vida e da cultura, em cumprimento ao dever de realizar-se a si mesmo (SIMMEL, 1983).

Interpretamos, a partir da leitura que fizemos de Simmel, que o conflito é a interação entre os indivíduos que buscam resolver dualismos divergentes e antagônicos dentro de uma unidade na disputa pelo mesmo objeto. Em consequência, o conflito não é algo estático, acabado. Pelo contrário, é dinâmico.

Para além destas características, o autor também destaca que o conflito não é patológico nem nocivo à vida social. Pelo contrário, é condição para a sua própria manutenção, além de ser o processo social fundamental para a mudança de uma forma de organização para outra. Este modo otimista de o autor encarar o conflito não está livre de críticas no debate sobre o tema.

Uma das críticas advém de Vandenberghe (2005, p. 119) que, analisando o pensamento Simmeliano, contesta: “afirmar que a luta constitui uma forma de associação é, entretanto, paradoxal. O conflito não é uma forma de dissociação mais que associação?”, questiona o autor.

O posicionamento do autor na sua crítica a Simmel tem semelhanças com o de Coser (1996) que define o conflito como uma contenda a respeito de valores ou por reivindicações de status, poder e recursos escassos. O objetivo das partes conflitantes não é apenas obter valores desejados, mas neutralizar seus rivais, ferir ou eliminar agentes que se coloquem no seu caminho.

A particularidade que os diferencia de Simmel parece ser o peso atribuído ao conflito como elemento de socialização. Em comum, os três autores reconhecem que o conflito pode ocorrer entre indivíduos ou entre coletividades, intergrupos, bem como intragrupos. Com este consenso, atribuem importância ao sujeito.

Esta importância, segundo sugere Birnbaum (1995), contrasta com algumas das concepções de Marx e Durkheim onde:

A origem do conflito era uma só, uma vez que tinha sua fonte **nas relações de produção** ou ainda **no estado da divisão do trabalho**; reduzida assim apenas ao elemento econômico, pouca importância era atribuída à vontade, que é própria dos atores, de impor seu poder específico (como) enquanto simples indivíduos em rivalidade entre si na conquista de recursos tão distintos como o poder, a riqueza e o prestígio, detidos de maneira não cumulativa (BIRNBAUM, 1995, p. 256) {grifo nosso}.

Birnbaum (1995) faz uma ressalva dizendo que, por outro lado, “o conflito é visto agora como ‘normal’ em todas as sociedades e não se concebe que possa acabar algum dia. Não está, portanto, circunscrito a uma etapa particular da evolução supostamente disfuncional da humanidade” (p. 256). Na afirmativa do autor, há concordância com uma idéia-chave de

Simmel quanto à consideração do conflito como parte da vida social. Ponderamos apenas quanto à diversidade das consequências dos mesmos podendo ser estímulo tanto para a socialização quanto para a dissociação.

Portanto, “para os casos em estudo, entende-se o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim, que a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social” (GLASL, 1997 citado por SCHIMTZ et al., 2011, p. 257).

Enfim, novos tipos de conflitos pontuam o cotidiano da sociedade contemporânea como destacaremos no debate sobre os conflitos socioambientais e ambientais que faremos a seguir tendo em conta o objetivo geral desta dissertação.

## 2.2 OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AMBIENTAIS

Na segunda metade do século XX, o debate sobre os conflitos sociais no espaço rural brasileiro enfatizou predominantemente os conflitos agrários por meio das disputas entre diferentes grupos pelo acesso aos recursos naturais e permanência na terra (MARTINS, 1984, 1985; DANTAS, 1991; SILVA E LOPES, 1996; SILVA, 1996, 2002; OLIVEIRA, 1996; FERNANDES 1999; ANDRADE, 2005; ALMEIDA, 2006). As análises evidenciam como os atores envolvidos (agricultores, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, indígenas) enfrentaram seus oponentes (proprietários, grileiros, empresas) em disputas acirradas.

Mais recentemente, os chamados conflitos socioambientais (LITTLE, 2001; THEODORO, 2005) e/ou ambientais (ANDRADE, 2000; ACSELRAD, 2004; LEITE LOPES, 2004; RIBEIRO, 2007; ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010) ocupam importante lugar neste cenário. As fronteiras entre estes dois tipos de conflitos são variáveis e muitas vezes se confundem, como também dependem do olhar dos analistas. Assim, um mesmo tema às vezes é tratado sob uma ou outra perspectiva, a exemplo da transposição do rio São Francisco que é estudada por Little (2001) como um conflito socioambiental e por Zhouri e Laschefski (2010) como um conflito ambiental. Apesar dos diferentes enfoques, as reflexões têm em comum o reconhecimento das consequências danosas dos modelos antagônicos de desenvolvimento proposto para os grupos locais que vão de encontro aos seus modos de vida, provocando assim uma insustentabilidade.

O que fica claro para nós é que, apesar das diversas terminologias utilizadas, todos se referem a conflitos sociais cujos envolvidos têm interesses e objetivos diferenciados.

Nestes termos, concordamos com Barbanti Júnior (2002 citado por SCHMITZ et al., 2011, p. 257), que o: “recorte analítico de conflitos ambientais ou conflitos socioambientais, não contribui para a interpretação de todas as dimensões envolvidas num conflito social”. Segundo os autores, “o debate evidencia a dificuldade para caracterizar um conflito por uma única causa” (SCHMITZ et al., 2010, p. 06). Assim, compreendemos que [...] “esses campos teóricos podem e devem ser combinados para a correta interpretação de conflitos, especialmente quando estes possuem caráter interdisciplinar, como os conflitos sociais relacionados ao uso sustentável dos recursos naturais” (BARBANTI JUNIOR, 2002, p. 11).

Em se tratando dos conflitos socioambientais, Little afirma que “nos últimos anos, vem crescendo muito em importância e número, os denominados conflitos socioambientais” (LITTLE, 2001, p. 107). Ele os define como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (2001, p. 107). No seu conceito, o autor engloba três dimensões básicas: i) o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais; ii) o mundo humano em suas estruturas sociais; e iii) o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. Estas dimensões passam ao lado das relações estabelecidas entre homens e mulheres no acesso aos recursos naturais orientadas pela ideia que cada um tem de natureza, desde a noção divina até a de fonte inesgotável de recursos (LITTLE, 2001).

Considerando o pensamento de Little (2001), a visão da natureza como fonte inesgotável de recursos influencia a vida das pessoas, pois embasa a sua exploração sem levar em conta o ciclo natural das plantas e dos animais e, diante do aumento da coleta e do número de extrativistas, pode provocar a sua escassez ou extinção.

Little (2001, p. 107), analisando ainda as mudanças que vêm acontecendo ao longo do tempo, observa que “durante séculos o orgulho do ser humano era tão alto que pensava que não precisava se preocupar com o meio natural” e o explorava sem nenhuma preocupação de um dia enfrentar uma crise de recursos escassos.

Talvez o aspecto mais novo desta temática seja a importância atribuída ao mundo natural nos conflitos atuais confrontando aquela noção de que “com os avanços tecnológicos do século XX houve uma aceitação generalizada da noção de que nós seres humanos conseguimos superar os limites do mundo natural devido à nossa inteligência e à nossa tecnologia avançada” (LITTLE, 2001, p. 107).



Concordamos com o autor que os conflitos socioambientais vêm crescendo em número e importância e representam um campo de estudo e, ao mesmo tempo, um campo de ação política (LITTLE, 2001).

E ainda com Theodoro (2005), que destaca os conflitos modernos, sobretudo os socioambientais, afirmando que estes são inerentes à própria formação do modelo atual da sociedade e podem ser comparados a outros tipos de conflitos existentes em nossa sociedade, com a diferença de que normalmente eles englobam coletividades em torno de bens difusos, com base em uma legislação ainda incipiente, inclusive envolvendo os recursos naturais (THEODORO, 2005).

Em suas discussões, os dois últimos autores tratados destacam a importância das negociações através das mediações/resoluções de conflitos com os atores envolvidos, em busca de formulação de políticas públicas “como vetor para a construção de estratégias no futuro, as quais devem estar em sintonia com os imperativos do desenvolvimento em bases mais sustentáveis e coerentes” (THEODORO, 2005).

Podemos enfim dizer que apesar das denominações diferenciadas, os conflitos são analisados no âmbito de modelos de desenvolvimento julgados contrários aos interesses de grupos desfavorecidos política e economicamente em várias partes do mundo.

Os conflitos ambientais são tratados como um novo campo de investigação por Zhouri, Laschefski (2010, p. 15) pois: “o Brasil, no final da primeira década do novo milênio, encontra-se marcado pelo ressurgimento de velhos conflitos em torno à temática socioambiental” (a exemplo da luta contra os transgênicos, a retomada de grandes projetos de infraestrutura como hidrelétricas, hidrovias, rodovias, portos, etc.).

Para os autores, existem três tipos de conflitos ambientais: i) os distributivos; ii) os espaciais; e iii) os territoriais. Os espaciais ‘são aqueles causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água etc.’ (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 21). São conflitos de impactos internacionais, que contribuíram para o surgimento dos movimentos ambientalistas das décadas de 1970 e 1980. Já os conflitos territoriais são marcados de situações em que existem sobreposições de reivindicações de diversos segmentos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 23). E por último, os conflitos distributivos, que “indicam graves desigualdades sociais em torno do acesso e utilização dos recursos naturais”. Por isso, em contraponto, “os grupos tradicionais persistem na luta pelo reconhecimento dos seus modos de vida e o direito a autonomia” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 18).

O debate sobre os conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais é tratado também por Ribeiro (2007, p. 9), para quem “os conflitos ambientais serão cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo, principalmente devido ao aumento de tensões pelo acesso aos recursos naturais”, pois existe uma necessidade desenfreada desses recursos:

A produção de mercadorias em larga escala estimula a confrontação pelo uso da natureza. Ela foi transformada em recurso para acumulação capitalista e é reproduzida em bens de consumo, duráveis ou não. E que a produção, crescente, necessita de uma base material também em expansão, o que não é possível para toda a gama de materiais empregados na economia capitalista. O cenário que se vislumbra não é dos mais confortáveis. Amplia-se o intercâmbio entre países dotados de tecnologia para produzir e outros se integram a eles como fornecedores de elementos naturais. No tocante a quantidade de recursos naturais necessários à produção contemporânea, ela exige uma exploração da natureza sem precedentes, mesmo com todas as divulgações que grupos ambientalistas conseguem gerar junto à opinião pública por meio de diversas denúncias do uso inadequado da herança do quadro físico que os processos naturais deixaram na Terra (RIBEIRO, 2007, p. 9-10).

Ainda Ribeiro (2007) alerta para a superexploração dos recursos naturais pelos países “ditos desenvolvidos”, e como os conflitos são estimulados pela utilização desenfreada destes recursos presentes nos países considerados “em vias de desenvolvimento” ou do “terceiro mundo”.

Independentemente de qual seja a escala de análise (local ou mais ampla), todos os autores reconhecem a intensificação dos conflitos pelo acesso aos recursos naturais. Em se tratando de conflitos em áreas remanescentes de mangabeiras, Schmitz, Mota e Silva Junior (2008), analisam como os conflitos sociais gerados pela disputa pelo acesso aos recursos naturais<sup>1</sup> nas regiões Norte e Nordeste do Brasil envolvendo vários atores: catadoras de mangaba, comerciantes, proprietários de terra, empresários de turismo e da carcinicultura. Como os demais autores, indicam a intensificação dos mesmos mediante as diferentes compreensões dos envolvidos quanto ao uso dos recursos naturais, mas também por outras divergências tecidas na esfera local com conteúdos étnicos e econômicos.

Tendo em conta esta constatação, nos orientamos no conceito de conflito social nesta dissertação, concordando com Schmitz et al. (2011, p. 251) que destacam a importância das análises sobre o ponto de vista dos conflitos sociais. Para os autores, este conceito “permite tratar tanto os conflitos sem luta e sem percepção dos mesmos pelos oponentes das catadoras que vivenciam impedimento, quanto os casos nos quais os donos de terra [...] dirigem sua ação contra os extrativistas”.

---

<sup>1</sup>Para Little (2001, p. 1009), os recursos naturais: “isto quer dizer que matérias, existentes na natureza somente se tornam recursos quando um grupo social define-as como tal e fornece um uso específico para elas”. E os que estão disponíveis na natureza são identificados como elementos bióticos e abióticos

Ademais, vários autores chamam a atenção para os conflitos relacionados ao acesso livre<sup>2</sup> para a prática do extrativismo vegetal entre diferentes grupos, quais sejam: as catadoras de mangaba (SCHMITZ et al. 2006, 2008, 2010, 2011; SILVA JUNIOR et al. 2003, 2007, 2010; MOTA et al. 2003, 2005, 2007, 2008, 2009, 2011; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2007); as seringueiras e castanheiras (SIMONIAN, 1995; 2000); as quebradeiras de coco babaçu (FIGUEIREDO, 2005; LAGO, 2002; ANDRADE, 2000); as extrativistas da palha de piaçava (BALDAUF, 2006); dentre outros autores.

Nesses conflitos, os autores destacam como homens e mulheres em seus contextos específicos enfrentam os seus opositores, enfatizando a importância da sua interação com o ambiente na imprescindibilidade do acesso aos recursos naturais para a subsistência e manutenção das suas famílias.

## 2.3 EXTRATIVISMO

### 2.3.1 O Extrativismo em questão

O extrativismo ou a economia extrativa é, no sentido mais básico, uma maneira de produzir bens na qual os recursos naturais úteis são retirados diretamente da sua área de ocorrência natural, em contraste com a agricultura, o pastoreio, o comércio, o artesanato, os serviços ou a indústria. “A caça, a pesca e a coleta de produtos vegetais são os três exemplos clássicos de atividades extrativas” (DRUMMOND, 1996, p. 2).

Como bem salienta Drummond (1996), a combinação das atividades caça, pesca e coleta sustentou, “talvez por dezenas de milhares de anos, sociedades humanas, por vezes associadas com diversas formas de agricultura e/ou pecuária itinerantes”. Ainda afirma o autor que “elas só deixaram de ser decisivas - embora sem desaparecer - com o aparecimento da agricultura temperada permanente que a literatura arqueológica e antropológica associa à revolução neolítica ocorrida há apenas alguns milhares de anos” (DRUMMOND, 1996, p. 2).

Segundo Shanley et al (2005), a noção de extrativismo está relacionada com a prática do uso dos recursos biológicos provenientes de florestas nativas, sistemas agroflorestais e plantações. Tais recursos incluem: plantas medicinais e comestíveis; frutas; castanhas; resinas; látex; óleos essenciais; fibras; forragens; fungos; fauna e madeira para fabricação de artesanatos. Como “o extrativismo é uma atividade sazonal, a combinação de diferentes

---

<sup>2</sup>Acesso livre se refere àquelas áreas privadas ou públicas, cercadas ou não, onde as extrativistas coletam frutos e outros produtos sem serem impedidas.

atividades é uma alternativa para suprir as necessidades” (SANTOS, 2005, p. 45) de cada família que depende da atividade citada.

Para Empeaire e Lescure (2000, p. 18), “o modelo histórico de extrativismo, em que a extração da borracha era a única atividade autorizada, tende a desaparecer em proveito de uma pluriatividade”. Nos dias atuais, o que designava os sistemas de exploração de produtos florestais destinados ao comércio regional, nacional ou internacional, diferencia-se, portanto, das atividades de coleta cujos produtos estejam limitados ao consumo familiar ou a um escambo local.

Hoje o extrativismo é um componente de sistemas de produção que associam uma agricultura de corte e queima, cujos produtos destinam-se primeiramente à auto-subsistência, à caça, à pesca, à coleta e, às vezes, à pequena criação (EMPERAIRE; LESCURE (2000, p. 15),.

Reforçando essa diferenciação entre extrativismo e atividades de coleta proposta por Empeaire e Lescure (2000), Coelho de Souza (2003, p. 19) salienta que “nas sociedades de caça e coleta, os produtos são coletados para consumo interno ou para troca local, sendo que as atividades de coleta são reguladas pelas necessidades da unidade doméstica”.

Alegretti (2009) aponta como uma característica comum à economia extrativista o fato de o extrativismo estar sempre, em maior ou menor grau, associado à agricultura de subsistência e à criação doméstica de animais de ‘pequeno porte’. Em muitas destas situações o extrativismo é a atividade predominante.

Comparando as análises dos diferentes autores citados, elas têm em comum: i) o reconhecimento da importância da atividade extrativista a partir da relação com outras atividades; ii) o reconhecimento de que é uma atividade realizada secularmente por povos indígenas e comunidades denominadas como tradicionais<sup>3</sup> no Brasil (quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais etc.); e iii) que nesse processo estão envolvidos culturas específicas e saberes dessas comunidades por meio de formas de manejo dos recursos naturais.

Apesar deste consenso e independentemente do bioma onde é praticado, historicamente “o extrativismo como atividade econômica não tem chamado atenção nem da pesquisa, nem das políticas públicas muito embora subsidie a reprodução social de grupos em situação de vulnerabilidade social e dinamize economias locais, além de contribuir para a conservação da biodiversidade e dos saberes e práticas associados ao seu manejo” (PORRO,

---

<sup>3</sup>Segundo Esterici (2007, p. 224), exceto os índios, que têm características muito peculiares; os povos e grupos referidos como tradicionais, são pequenos produtores familiares que cultivam a terra e/ou praticam atividades extrativas como a pesca, coleta, caça, utilizando-se de técnicas de exploração que causam poucos danos à natureza. Sua produção é voltada para o consumo e tem uma fraca relação com os mercados.

1994 apud MOTA, SCHMITZ e SILVA JUNIOR, 2008, p. 130). Tudo isso, no entanto, cercado de ameaças (MOTA e PEREIRA, 2008) e do questionamento da sua viabilidade e persistência (HOMMA, 2010).

As ameaças destacadas por Mota e Pereira (2008) se referem às mudanças que vêm acontecendo na “estrutura produtiva das áreas litorâneas, especificamente no Estado de Sergipe a partir da valorização do solo, da especulação imobiliária e da consequente degradação das áreas de restinga e manguezal, advindas com as atividades turísticas, da expansão urbana e a carcinicultura. Tudo isso reflete diretamente nas “estratégias de reprodução das populações tradicionais locais fortemente vinculadas ao meio ambiente e por isso vulneráveis” (2008, p. 71).

Apesar de reconhecer a importância do extrativismo para essa população, Homma (2010, p. 91) destaca que o “extrativismo constitui um ciclo econômico constituído de três fases distintas: expansão, estabilização e declínio. Na primeira, há um crescimento na extração, que é quando os recursos naturais são transformados em recursos econômicos a partir do crescimento da demanda. Na segunda fase, atinge-se o limite da capacidade de oferta em função dos estoques disponíveis e do aumento no custo da extração, uma vez que as melhores áreas tornaram-se cada vez mais difíceis. Na terceira fase, inicia-se o declínio na extração, com o esgotamento das reservas e o aumento da demanda”.

Portanto, apesar de ambos os autores destacarem a existência do extrativismo vegetal, o que os diferenciam são seus pontos de vista quanto à importância e viabilidade da atividade destacada. Para os primeiros autores, o extrativismo está relacionado aos modos de vida das populações locais, dependentes socioeconomicamente dessa atividade para sua sobrevivência. Para o segundo autor, o extrativismo como ciclo econômico “apresenta limitações com o crescimento do mercado” (HOMMA, 2010, p. 90). O que percebemos na posição deste autor é que o aspecto econômico é um elemento principal definidor de todas as políticas públicas. Já para os outros autores, o aspecto somente econômico não corresponde com as reais necessidades dos grupos envolvidos na atividade. Por isso as políticas públicas de desenvolvimento são propostas unilateralmente.

Em se tratando das análises sobre povos e produtos relacionados ao extrativismo, a Amazônia tem sido o campo predominante de investigação, dada à sua oferta de frutos comestíveis e ao interesse mundial na sua conservação, considerando que ali se concentra uma das maiores biodiversidades do planeta. Entretanto, foi somente a partir de 1975 que o debate sobre a exploração dos produtos florestais passou a ser alvo de interesses diversos, das “políticas desenvolvimentistas” (ALMEIDA, 2000), tendo como objeto de reflexão empírica

“os casos bem particulares dos seringueiros do Acre<sup>4</sup>, dos castanheiros da região de Marabá (Pará) e das populações que exploram o açaí no Estado do Pará, isto é, sobre as atividades extrativistas mais perceptíveis, as populações de coletores mais organizados ou as situações de desmatamento mais preocupantes” (EMPERAIRE; LESCURE, 2000, p.17). Ademais, “a década de 1980 é marcada pela constatação do fracasso ecológico e social das grandes políticas de desenvolvimento da Amazônia, mas também pela tomada de consciência da fragilidade da floresta e da vulnerabilidade das populações que nela vivem” (EMPERAIRE; LESCURE, 2000, p. 15).

Por esta mesma época, a atividade extrativista passou a fazer parte do debate internacional tornando-se visível para a sociedade em geral e foco da atenção mundial, particularmente após o assassinato da liderança Chico Mendes<sup>5</sup> em 1988.

Em relação ao extrativismo de produtos nativos em regiões outras que não a Amazônia, a exemplo da mangaba no Nordeste, ainda são raros os estudos relacionados à conservação dos recursos naturais e o papel das comunidades tradicionais nessa atividade (MOTA; SILVA JUNIOR, 2003).

Mais recentemente, entretanto, precisamente a partir do início dos anos 2000, os estudos têm destacado o extrativismo vegetal em associação com outras atividades no Estado de Sergipe. No caso específico do extrativismo da mangaba, os autores tratam da problemática do acesso às plantas, como também as ameaças e os impedimentos provocados pelos proprietários às catadoras durante a coleta do fruto. Destacam também o paradoxo constituído pela crescente vulnerabilidade quanto ao acesso aos recursos naturais, paralelamente ao aumento das iniciativas de ação coletiva e da organização social em torno de uma identidade coletiva.

Ali, como nos estudos realizados na Amazônia, a combinação do extrativismo com outras atividades é frequente e o papel das mulheres que os praticam tem sido destacado. São

---

<sup>4</sup>O conflito envolvendo os seringueiros homens e mulheres nos embates contra a derrubada da floresta na região amazônica é referenciado por todos os autores que analisam conflitos, extrativismo e a questão ambiental. Este conflito social instaurou um “clima” favorável institucionalmente, pois foi o marco importante para o surgimento das reservas extrativistas (Resex), do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) como parte da estrutura do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA), a fim de atender às necessidades dos distintos grupos extrativistas que habitam essas reservas (LITTLE, 2004, p. 332).

<sup>5</sup>Francisco Alves Mendes Filho – “Chico Mendes” como ficou conhecido. Seringueiro, líder sindical e comunitário, lutou dentro e fora do Brasil em defesa das seringueiras e da floresta Amazônica. Enfim, da humanidade, como o próprio expressava através dos seus depoimentos. A atuação e compromisso de Chico Mendes incomodavam os “donos de terra e pecuaristas da região”, promovendo assim um conflito social. Diante desse quadro, aos 23 de dezembro de 1988, Chico foi assassinado numa emboscada em sua residência, localizada em Xapuri/Acre. Disponível em: <http://www.chicomendes.org.br/Biografia/bio.html>. Acesso em 16 outubro 2012.

elas auto-denominadas de catadoras de mangaba, relacionadas nos estudos dos pesquisadores à conservação dos recursos naturais e à reação frente aos processos de expropriação dos recursos pela atividade turística e imobiliária (MOTA et al., 2003, 2005, 2008; SCHMITZ et al. 2008, 2010; SILVA JUNIOR; MOTA, 2003).

### **2.3.2 As diferentes visões sobre a viabilidade econômica e ambiental do extrativismo**

Quanto à viabilidade da atividade extrativista, os estudiosos possuem posições divergentes, mesmo que o aspecto econômico e o debate sobre modelos de desenvolvimento estejam no alvo das suas reflexões. Como exemplo das contradições, destacamos os autores Emperaire; Lescure (2000) e Homma (2010). Para os primeiros, o extrativismo é regulado pelo mercado externo e a coleta pelas necessidades da unidade doméstica. Enquanto para o segundo “a domesticação influenciará para a não existência da citada atividade” (HOMMA, 2010).

Este último autor questiona a viabilidade da atividade em destaque, a questiona, sob o ponto de vista da economia agrícola e vê no “extrativismo um ciclo econômico que apresenta expansão, estabilização e declínio nas quantidades extraídas” (HOMMA, 1993, p. 191). Apesar dessa crítica, o autor reconhece em estudo posterior que “o extrativismo vegetal passou a ser difundido como a grande solução ambiental brasileira para conter desmatamentos e queimadas na Amazônia e em outras partes do mundo tropical” (HOMMA, 2008, p. 13). Este autor ainda problematizou os argumentos que dizem ser a atividade instável e sujeita a forte concorrência, a exemplo dos “produtos sintéticos” (HOMMA, 1993; 2010).

Anos atrás, Anderson (1994) já havia elencado questões importantes para compreendermos o potencial do extrativismo como uma opção de desenvolvimento. Esse mesmo autor destacou ainda a falta de competitividade em decorrência da alta dispersão dos recursos naturais dos quais dependem as próprias populações extrativistas, reduzindo a produtividade da terra e da mão de obra.

Como contraponto, Anderson (1994) argumentou que enquanto a produção da borracha é sustentada por preços subsidiados, a maioria dos produtos não-madeireiros não o é, destacando que os extrativistas estão sujeitos a relações exploratórias de comercialização. O autor reconhece também a importância dessa atividade para um número significativo de pessoas e do seu baixo impacto ambiental quando comparada à pecuária e à agricultura. Quanto à sustentabilidade ecológica, o autor reconhece que depende do tipo de recurso explorado.

Ainda Anderson (1994) chama a atenção para o fato de que “uma análise meramente econômica dos investimentos e retornos econômicos não leva em conta os custos

sociais e ambientais de usos não madeireiros” (ANDERSON, 1994, p. 230). Ele analisa o insignificante retorno econômico em relação ao investimento para a implantação da pecuária extensiva além das consequências ambientais com a perda da biodiversidade.

Os argumentos de Homma (1993) sugerem que “o extrativismo vegetal constitui uma base de desenvolvimento de vulto bastante frágil, que se justifica mais pelo nível de pobreza dos seus habitantes e do mercado de mão de obra marginal”, [...] “trata-se de uma economia moribunda, cuja tendência inevitável é o seu desaparecimento” (HOMMA, 1993, p.viii), à medida que o crescimento do mercado de produtos extrativos estimule a domesticação de plantas e a descoberta de substitutos sintéticos.

Outras variáveis como o crescimento populacional, a mudança nos preços relativos a baixa produtividade da terra e da mão de obra da atividade extrativa conflitam com o aumento dos níveis salariais afetando a sustentabilidade a médio e longo prazos (HOMMA, 1993). Contrariando essa visão, Drummond (1996) argumenta que a atividade extrativista pode deixar de ser decisiva para alguns grupos, mas dificilmente desaparecerá. O argumento utilizado por Drummond é que existe o extrativismo de baixa e alta tecnologia. O de baixa ele chama de “elementar” e de alta é o “moderno”:

O extrativismo "elementar", que chamarei aqui extrativismo de baixa tecnologia, é tipicamente uma atividade importante apenas em áreas "remotas" ou de "fronteira" (onde tecnologia, capitais e infra-estrutura são escassos). Nela um número relativamente pequeno de trabalhadores pobremente equipados como que "arranca a unha", alguns recursos da natureza. O extrativismo "moderno", que chamarei de alta tecnologia, pode ou não ocorrer nessas mesmas regiões, mas quando se instala nelas, via de regra, introduz "modernizações" tecnológicas e mecânicas compatíveis com escalas comerciais de produção determinadas pela competição por mercados de escala nacional ou internacional (DRUMMOND, 1996 p. 2).

No geral os autores consideram que o extrativismo é, muitas vezes, associado a uma imagem de exploração predatória, seguida por estagnação econômica, tal como ocorreu no início do século XX com a borracha, a qual era exportada conforme a demanda mundial. E alguns não descartam as possibilidades de desaparecimento da atividade. Reconhecem momentos de apogeu e crise apesar das importantes contribuições que a atividade deu para o fortalecimento das bases econômicas e dos interesses estratégicos de potências coloniais e industriais. Paradoxalmente, essa atividade sempre viveu seus momentos de altos e baixos, “tudo parecia convergir para a extinção de uma atividade sobre a qual as potências coloniais, primeiramente, e industriais, em seguida, fortaleceram suas bases econômicas e seus interesses estratégicos” (EMPERAIRE; LESCURE, 2000, p. 19).



Em se tratando dos frutos oriundos do extrativismo no Nordeste brasileiro, Mota, Schmitz e Silva Junior (2008) chamam a atenção para a valorização dos produtos associados a territórios e grupos sociais específicos, sugerindo haver maior valorização dos mesmos recentemente. Porém essa tendência, para os autores é ambígua, porque de um lado “a padronização dos produtos é uma condição para a conquista de mercados e, por outro, há uma valorização do exótico, associado a territórios demarcados e, muitas vezes, a grupos sociais. Ou seja, parece haver espaço para múltiplas inserções” (MOTA; SCHMITZ; SILVA JUNIOR, 2008, p. 130). Apesar da tendência destacada, os autores acreditam que os recursos provenientes do extrativismo asseguram a reprodução social de grupos em situação de vulnerabilidade social e dinamizam economias locais, além de contribuir para a conservação da biodiversidade e dos saberes e práticas associados ao seu manejo.

Homma (2010, p. 89), contrariando a discussão socioeconômica sobre a importância do extrativismo vegetal para uma camada da sociedade que depende da atividade citada, afirma que “a criação de mercados verdes e de certificação pode prolongar a existência da economia extrativa. Porém, fatalmente, terá dificuldades de sua manutenção no longo prazo com o crescimento do mercado. A insistência na manutenção do extrativismo leva a prejuízos para os produtores e consumidores”.

Os argumentos de Homma sobre prejuízos para a manutenção do extrativismo são decorrentes da “tensão na oferta que não consegue atender a demanda ditada pela existência fixa de estoques naturais”. Pois para ele, “é viável enquanto o mercado for reduzido ou existir em grandes estoques, servindo apenas para atender a nichos de mercados ou ganhar tempo enquanto não surgirem outras alternativas econômicas” (2010, p. 90).

Para além da conotação econômica do debate, outros autores analisam de modo indireto o extrativismo pela evidência de grupos que vivenciam processos de reconhecimento, particularmente as mulheres. Simonian (2001) destaca que:

o debate ambiental, associado aos problemas de desenvolvimento e melhor uso dos recursos naturais, trouxe um argumento a mais a esses processos identitários, abrindo pistas para novas formas de inserção das mulheres camponesas e indígenas no debate sobre o trabalho, a preservação da vida e do meio ambiente. (SIMONIAN, 2001, p. 20).

Nesta mesma perspectiva, Castro (2001) afirma que as práticas das mulheres têm sido apontadas por estarem fundadas em um saber sobre a floresta e sobre as riquezas provenientes da fauna, da flora, de seus cursos d’água, numa permanente reinvenção de seus conhecimentos ecológicos, do saber cuidar da vida, da saúde e da existência cultural do grupo.

Com todos os seus limites, os produtos oriundos do extrativismo são os recursos econômicos disponíveis e utilizados por um contingente expressivo de pessoas que se fazem reconhecer pela atividade. Além disso, “tradicionalmente elas já administram as áreas sob a lógica do extrativismo, em que os recursos disponíveis têm mais valor do que a própria terra” (ALEGRETTI, 2009, p. 24).

## 2.4 NEOEXTRATIVISMO

Sob a denominação de neo-extrativismo, Rêgo (1999, p. 5) propõe uma nova visão para o extrativismo a partir de estudos realizados no Acre, compreendendo-o como “um conceito ligado à totalidade social, a todas as instâncias da vida social, considerando a econômica, a política e a cultural” porque “abrange todo uso econômico dos recursos naturais não conflitante com o modo de vida e a cultura extrativistas”. Esse pensamento comporta uma combinação de atividades extrativistas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento imersos no ambiente social, tendo em vista que “a cultura das populações tradicionais é o cimento que dá unidade ao ambiente social extrativista” (RÊGO, 1999, p. 3-5) e se distingue pela particularidade de cada grupo envolvido, entre outras questões.

Ainda Rêgo (1999, p.6) diz que:

O neo-extrativismo envolve os componentes ‘agro’ e ‘florestal’, além do extrativismo ‘puro’. Mas não estão incluídas a agropecuária e a silvicultura modernas, baseadas na revolução verde que acelerou a modernização agrícola, a especialização e o uso de fertilizantes e biocidas no Sudeste e no Sul. Ao contrário, o agroflorestal do neoextrativismo envolve diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura da floresta e uso de técnicas desenvolvidas pela pesquisa a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais.

A idéia proposta transcende o nível econômico e reforça a necessidade de imprimir viabilidade econômica, via cultivo, beneficiamento e outras formas de agregação de valor etc., que o diferenciaria das formas de exploração predatória e/ou com tempo de vida limitado, conforme analisado por Homma (1993; 2010). A mudança conceitual corresponde às alterações ocorridas no que ele chama de bioextrativismo real<sup>6</sup>. É esta noção que dá sentido mais amplo, origem e pertinência ao conceito de neoextrativismo, entendido como um ambiente social

---

<sup>6</sup>Bioextrativismo real das populações tradicionais pode ser definido como a intervenção, na biota dos ecossistemas naturais, pelo homem (componente da biota), baseada na racionalidade da reprodução familiar/comunitária e determinada por seu universo cultural, fundado na simbiose prática e simbólica com a natureza. Tal intervenção visa produzir biomassa útil e é regulada por sistemas de manejo imediato, associados à introdução e exploração de plantas e animais em níveis pouco intensos, que não alteram substancialmente a comunidade biótica do ecossistema (REGO, 1999, p. 5).

específico, em simbiose e equilíbrio com a natureza e mais determinado pelo universo cultural do que pelas demais instâncias da vida social (RÊGO, 1999). Este autor afirma que:

Essa cultura distingue-se pelo modo de vida particular e pela identidade ou auto reconhecimento do grupo. O modo de vida tem sua matriz na dependência e simbiose com a natureza, no conhecimento empírico e simbólico dos ciclos e recursos naturais, e tal saber é a base dos sistemas de manejo de baixo impacto praticados. A produção apóia-se no trabalho familiar ou comunitário, depende do uso imediato dos recursos, subordina-se aos ciclos naturais e tem como racionalidade não o lucro, mas a reprodução social e cultural ( RÊGO,1999, p. 5).

#### **2.4.1 O Extrativismo da mangaba em Sergipe**

Estudos sobre o extrativismo no Estado de Sergipe são raros. Provavelmente pelo fato de a cana-de-açúcar, a laranja e as frutas irrigadas para exportação monopolizarem a atenção dos analistas nas últimas quatro décadas. “Nas regiões de ocorrência natural [da mangaba], a especulação imobiliária e a implantação de grandes culturas, a exemplo dos coqueirais, canaviais e pastagens têm sido as principais causas da redução da vegetação nativa, provocando uma grave perda de patrimônio genético” (VIEIRA NETO et al. 2009, 2010, p. 1, citado por VIEIRA NETO, 2010). Ademais, as áreas de vegetação nativa são das mais devastadas do Nordeste brasileiro.

A ameaça de extinção das mangabeiras em algumas áreas de ocorrência natural foi ressaltada por Silva Junior et al. (2006, p. 58):

Em muitas dessas áreas, tem sido observada sensível erosão genética na espécie, devido, sobretudo à intensa atividade antrópica, (...) até os dias de hoje, decorrente, principalmente da especulação imobiliária, da intensificação da atividade canavieira, e da desestruturação de sistemas tradicionais de conservação de remanescentes pelas denominadas populações tradicionais que há décadas sobrevivem a partir do extrativismo deste recurso.

Diante desse quadro apontado por pesquisadores, tratando do extrativismo da mangaba, diversos trabalhos foram publicados a partir de 2003<sup>7</sup>, culminando com uma coletânea sobre o tema (MOTA et al., 2011), na qual todas as etapas do extrativismo desde a conservação dos recursos até a comercialização são analisadas, assim como as relações sociais concernentes, conflitos, gestão das áreas, organização do trabalho, entre outros.

Mesmo assim, em se tratando das mangabeiras, os autores constataam que Sergipe tem uma das mais significativas áreas de ocorrência de remanescentes de mangabeiras do país. Ali, nos

---

<sup>7</sup>Trabalhos publicados por: Mota e Silva Junior (2003); Mota, Schmitz e Silva Junior (2008); Mota e Pereira (2008); Mota e Santos (2008); Schmitz et al. (2009).

tabuleiros costeiros e na baixada litorânea, elas estão localizadas. Em contraste, nos demais Estados do Nordeste, encontram-se os ecossistemas de maior antropização, conseqüentemente são regiões mais densamente povoadas e com áreas de uso agrícola mais intensificado, exploradas desde a época do descobrimento. “Inicialmente por meio do extrativismo e, em seguida, pelas monoculturas de cana-de-açúcar, coco, cacau, citros, grãos, pastagens, dentre outras atividades que transformam drasticamente a paisagem da região” (SILVA JUNIOR, 2006, p. 59).

Apesar de o Estado de Sergipe apresentar grandes áreas com alta concentração de mangabeiras, de ser o primeiro produtor nacional de mangaba (IBGE, 2010) e de possuir um expressivo número de pessoas<sup>8</sup> que dependem da coleta desses recursos; Mota, Silva Junior (2003, p. 1) já alertavam para uma grande redução das populações nativas de mangabeira, em função, sobretudo, do aumento das áreas exploradas com monoculturas e pela crescente especulação imobiliária devido à beleza cênica e ao apelo que essas áreas possuem. Outra atividade destacada por Santos (2007) como causadora de grande impacto negativo sobre as áreas naturais de mangabeira é a carcinicultura. Mesmo assim, presume-se “que mais de 90% da produção de mangaba de Sergipe são oriundos do extrativismo” (SILVA JUNIOR et al. 2011, p. 82).

Todas estas atividades influenciam na redução do acesso aos recursos e na ameaça ao extrativismo da mangaba em Sergipe. Mota, Schmitz, Silva Junior (2011, p. 225) dizem que:

O debate tem se mostrado complexo pelo fato de as catadoras encontrarem dificuldades para ter acesso às plantas, crescentemente cortadas e/ou privatizadas em estabelecimentos. Mesmo assim, as catadoras persistem na atividade em áreas de acesso comum (propriedades privadas abandonadas ou terras devolutas) ou privado através de parcerias, compra da produção em áreas cercadas e controladas pelos seus proprietários. Um número pequeno de catadoras também coletam em pequenos estabelecimentos da família.

Além de chamar a atenção para a devastação das áreas, os autores também analisam os diferentes tipos de acesso aos recursos e as relações tecidas entre os extrativistas e outros atores, seja para ter acesso às plantas, seja para comercializar os frutos. Nos dois casos, os diferentes arranjos são influenciados pelo parentesco, amizade e vizinhança.

Por reconhecer as ameaças que têm provocado a redução das mangabeiras, Vieira Neto (2010) aponta a domesticação das plantas como uma das saídas, mesmo constatando em suas pesquisas que a coleta da mangaba em Sergipe vem predominantemente do extrativismo (VIEIRA NETO, 2008). Esse autor defende que:

<sup>8</sup> Mota et al. (2011) estimam em 7.500 o número de pessoas que coletam mangaba em Sergipe.

Uma das alternativas para compensar estas perdas e ao mesmo tempo manter a oferta da mangaba e seus produtos para um mercado cada vez maior e mais exigente é desenvolver o cultivo comercial desta espécie, buscando obter alta produtividade e qualidade do produto dentro das características exigidas pelos consumidores (VIEIRA NETO, 2008, p. 2).

A proposição do autor, de algum modo, guarda semelhanças com a de Homma (2008, 2010). Em contraste, Mota et al., (2011) apostam no extrativismo praticado por grupos que tradicionalmente já estão naquele contexto, como uma possibilidade de conservação dos recursos naturais e de conquista de reconhecimento de direitos específicos.

Pereira (2008), destacando a importância da mangabeira e do extrativismo para as comunidades em Sergipe, chama a atenção para a ausência de normas legais para a sua conservação.

Apesar de sua visível importância socioeconômica e do reconhecimento pelo Decreto Estadual Nº 12.723 de 20 de janeiro de 1992 como a Árvore Símbolo do Estado de Sergipe, a mangabeira não conta com qualquer proteção legal que proíba o seu corte e/ou garanta o acesso livre das populações extrativistas aos remanescentes de campos nativos, de acordo com as especificidades locais. (PEREIRA, 2008, p. 44).

O autor destaca ainda que:

O conhecimento sobre as plantas nativas ocorrentes em cada ambiente faz com que essas comunidades sejam guardiãs de um saber fundamental para as estratégias de conservação com aproveitamento econômico das espécies. Esse resgate do conhecimento tradicional conduzido pela etnobotânica que compreende o estudo das sociedades humanas, passadas e presentes, e suas interações ecológicas, genéticas, evolutivas, simbólicas e culturais com as plantas (PEREIRA, 2008, p. 8).

De modo geral,

O extrativismo da mangaba é desenvolvido por grupos que foram excluídos do sistema agroexportador e buscaram regiões ricas em recursos naturais, mas preteridas pela agricultura, para viver entre atividades da terra (extrativismo, agricultura, artesanato e assalariamento no turismo) e do mar (pesca e coleta de produtos do manguezal) (MOTA; SCHMITZ; SILVA JUNIOR, 2007, p.5).

Não obstante a participação ativa das mulheres nestas atividades, apenas recentemente os seus papéis vêm sendo destacados, como também observado em outros contextos em que a invisibilidade das mesmas é problematizada.

## 2.5 MULHERES, EXTRATIVISMO, CONFLITO

### 2.5.1 O trabalho das mulheres: (des)valorização?

A importância das mulheres nas atividades econômicas de base familiar é ainda pouco enfatizada nos estudos quando comparada ao trabalho assalariado ou mesmo ao trabalho dos homens. O contraste remonta a uma discussão mais geral entre as atividades produtivas e reprodutivas, geralmente vistas como independentes não obstante a intercomplementaridade das mesmas para a reprodução da força de trabalho.

Nas atividades agrícolas no espaço rural, a esfera da reprodução e dos trabalhos, realizados por mulheres e jovens, tem conotação de não trabalho ou de “ajuda”, mesmo que gere recursos importantes para a subsistência das unidades familiares. Brumer (2004) afirma que:

Diversos estudos que examinaram a divisão de trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ‘ajuda’, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles (BRUMER, 2004, p. 210).

No mesmo sentido de Brumer (2010), Cruz (2010) analisa que as relações entre homens e mulheres decorrem de papéis determinados cultural e socialmente no tocante a reprodução da família e à produção doméstica. Cruz (2010) reitera a discussão dizendo que “mulheres e homens fazem parte da natureza e que as relações das mulheres com o meio ambiente estão relacionadas aos papéis sociais de gênero que são cultural e historicamente construídos” (p. 01).

Nestes termos, no extrativismo da mangaba compete às mulheres a liderança de todas as atividades e por isto são consideradas “como responsáveis pela conservação das mangabeiras” (MOTA et al. 2011, p. 110), a partir do seu reconhecimento como “grupo culturalmente diferenciado, que devem ser protegidas segundo as suas formas próprias de organização social, seus territórios e recursos naturais, indispensáveis para a garantia de sua reprodução física, cultural, social, religiosa e econômica”<sup>9</sup>.

Mas para desenvolvê-lo elas contam com o trabalho de outros membros da família cujo labor é por elas considerado como “ajuda”. Assim, reproduzem uma estrutura hierárquica, conforme regras na divisão social do trabalho, no qual os adjacentes não têm o mesmo papel que elas.

---

<sup>9</sup> PROJETO DE LEI Nº 288/2010, de autoria da Deputada Ana Lúcia, Assembléia Legislativa de Sergipe, aprovado em dezembro de 2010.

Apesar de o trabalho das mulheres na atividade extrativista não ser considerado “ajuda” ou pouco importante, a atividade é menos valorizada quando comparada às demais, provavelmente por ser sazonal e liderada pelas mulheres. De um modo ou de outro, discriminações de gênero se evidenciam amparadas na compreensão da menor relevância daquela atividade para a sociedade a que pertencem do que o trabalho dos homens (pesca no mar, agricultura ou como assalariados) ou de outras mulheres assalariadas.

No caso específico do extrativismo da mangaba, chama a atenção a menor valorização da atividade quando comparada com as atividades realizadas pelos homens, mesmo que o produto tenha valor comercial significativo no mercado (MOTA et al., 2008) e seja relevante na composição da renda familiar.

Aqui poderemos dizer que essa mesma “visão” foi observada por autores que estudaram outros contextos. Machado (2007) na sua análise sobre as mulheres caboclas na região amazônica verificou que há um nível de discriminação em “diferentes espaços e segmentos sociais” (p.487). Alinhamos-nos também a Dantas (2010) quanto ao reconhecimento das atribuições dos conceitos de mulher frágil, designada a cumprir seu papel de *maternagem* na sociedade em geral. Mas na prática, questionamos estas noções entre as catadoras de mangaba, porque dentre elas constatamos um grande número de mulheres chefes de família, autônomas nas suas atividades e participando de eventos conforme sua própria decisão.

Como detalhado na literatura (MOTA et al., 2011), em Sergipe existem diferentes modos de organização do trabalho familiar em torno do extrativismo da mangaba, constituídos por arranjos influenciados por condicionantes culturais, dentre os quais, as relações de gênero que indicam, *a priori*, o que seriam atividades de mulheres e de homens. Nestes termos, diversas estratégias de divisão sexual do trabalho são postas em prática, expressando a noção de complementaridade das atividades de homens e mulheres, mas também indicando simbolicamente certo nível de hierarquização delas com maior valorização deles.

As análises indicam que no Pontal, às mulheres competiriam todas as atividades consideradas “leves” como ir para a “maré” (manguezal e estuário), confeccionar artesanato de palha de licuri e piaçava, coletar mangaba e outras frutas nativas, realizar os afazeres domésticos, cuidar dos filhos e “ajudar” nas roças mantidas pelos maridos (MOTA; SILVA JUNIOR, 2003; SANTOS, 2007; MOTA et al. 2011; PEREIRA, 2008; ANDRADE et al., 2000).

### **2.5.2 Mulheres e extrativismo**

Em se tratando da literatura sobre as mulheres e o extrativismo vegetal ou animal, alguns estudos mostram a importância das atividades extrativistas para homens e mulheres em comunidades rurais nas diferentes regiões do país. Do mesmo modo, eles apontam quais as transformações sociais, econômicas e políticas que aconteceram, proporcionando mudanças significativas nos modos de vida dessas pessoas, principalmente no tocante ao acesso e uso dos recursos naturais.

Em estudo específico sobre as catadoras de mangaba em Sergipe, Santos (2007), destacou o papel das mulheres no extrativismo da mangaba num paradoxal contexto de crescente valorização comercial da fruta e aumento das dificuldades de acesso aos campos nativos no município de Barra dos Coqueiros/SE. As principais conclusões da autora foram enfatizadas diante da importância da atividade como fonte de ocupação e renda; as formas de acesso aos recursos extrativistas (terras próprias, pelo sistema de “meia” e uso de áreas comuns); o protagonismo das mulheres no extrativismo, na comercialização do fruto e na conservação dos remanescentes de mangabeiras.

As conclusões de Santos (2007) guardam semelhanças com estudos realizados por Mota et al. (2011) para o Estado de Sergipe, com exceção dos conflitos pelos recursos que intensificaram-se mais recentemente.

Em análise recente no Estado do Pará, Fernandes (2011) tanto descreveu o trabalho das mulheres como destacou a importância e uso dos recursos financeiros oriundos da venda dos frutos para a viabilização de outras atividades na unidade familiar e para o exercício da autonomia das mulheres.

Enquanto os estudos acima descrevem o extrativismo e a importância dos recursos financeiros por ele gerados, outros autores enfocam os empecilhos que têm comprometido a continuidade do mesmo, a exemplo do que vem ocorrendo com as licurizeiras<sup>10</sup> em municípios da região semi-árida baiana (OLIVEIRA, 2009), as extrativistas da samambaia preta de alguns municípios localizados nas encostas da Serra Geral, porção nordeste do Rio Grande do Sul (KUBO, 2006; RIBAS et al. 2007) e as extrativistas da mangaba no cerrado mineiro (LIMA, 2008). A extração dos produtos citados pela população local tem sido prejudicada pelas mudanças socioeconômicas ocorridas na região, que têm atrapalhado a continuidade do

---

<sup>10</sup> Mulheres extrativistas do semi-árido baiano que coletam a palha e o coco do licuri (*Syagrus coronata*). Esta é uma “palmeira nativa do semi-árido, de frutos comestíveis, cuja medula fornece fécula e cujas sementes produzem óleo” (2009, p. 13). O extrativismo do licuri, “atividade essencialmente feminina envolvia tensões e negociações sociais desde o sistema de meação – já que a grande maioria dos trabalhadores não possuía terras - e os processos de cercamentos impostos pelos fazendeiros que dificultava o acesso ao produto” (Oliveira, 2009, p. 8) .



extrativismo e influenciado, inclusive, nas relações construídas socialmente naquela comunidade.

Quanto às extrativistas da piaçava no litoral norte da Bahia (ANDRADE, 2000) e as quebradeiras de coco babaçu do Maranhão (LAGO, 2002; ANDRADE, 2004; FIGUEIREDO, 2005), os autores destacam a limitação de acesso dessa população local aos recursos naturais, proporcionado pelos investimentos públicos e privados na região e quais os conflitos gerados por essa ação, prejudicando diretamente a ação das mulheres.

A partir de outro prisma, Fadigas et al. (2008) destacam a importância do papel das mulheres e suas contribuições como marisqueiras para os processos decisórios em reservas extrativistas, essenciais para a realização da gestão socioambiental após o processo de luta para legalizar o acesso aos recursos animais<sup>11</sup>.

Sob outro olhar, Simonian (2001) estudou as seringueiras e castanheiras na Amazônia, destacando o trabalho duro e silenciado dessas mulheres no extrativismo da seringa e da castanha e a falta de políticas públicas específicas para as mesmas.

A partir de diferentes olhares e grupos os autores destacam o papel das mulheres em processos que envolvem conflitos em torno do acesso e gestão dos recursos naturais, particularmente no tocante ao extrativismo vegetal. Destacam a ambiguidade do papel do Estado, ora promovendo ações que impedem o acesso e destrói os recursos, ora lhes atribuindo, papel decisório. Em comum, os autores destacam a mobilização e as tentativas de ruptura dos silêncios.

### **2.5.3 Mulheres extrativistas e conflitos**

Como visto no item anterior, nas últimas décadas autores têm ressaltado o extrativismo realizado pelas mulheres assim como as suas iniciativas de organização do trabalho e de ação coletiva. Ressentimo-nos, entretanto, da falta de análises detalhadas sobre as situações de conflito que elas enfrentam no desenvolvimento das suas atividades, tanto para terem acesso aos recursos, quanto para serem reconhecidas como sujeitos de direito<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Esse trabalho se refere às marisqueiras localizadas em municípios do estuário dos rios Goiana e Megaó, na divisa litorânea dos Estados da Paraíba e de Pernambuco.

<sup>12</sup> Sujeitos ou titulares de direitos, segundo a Lei Internacional de Direitos Humanos, são os indivíduos (sozinhos ou em comunidade com outros). Um Estado deve assegurar que todas as pessoas - mulheres, homens, crianças e idosos brancos, caboclos, negros e índios - possam exercer livremente o seu Direito Humano à Alimentação Adequada - Direito Humano à Alimentação Adequada no Contexto da Segurança Alimentar e Nutricional/2010, (BURITY et al. 2010 p. 50).

Entre os estudos realizados que contribuirão para a nossa reflexão, destaco aqueles que tiveram como objeto de análise, processos vivenciados pelas quebradeiras de coco babaçu (LAGO, 2002; FIGUEIREDO, 2005), extrativistas de piaçava (ANDRADE, 2000), da castanha e da seringa (SIMONIAN, 1995, 2001) e pelas catadoras de mangaba nas regiões Nordeste e Norte do Brasil (MOTA et al. 2003, 2004, 2005, 2007, 2008; SILVA JUNIOR e MOTA, 2003, SCHMITZ et al. 2006, 2008, 2009, 2010; PEREIRA, 2008; SANTOS, 2007; FERNANDES, 2011).

As análises de Figueiredo (2005) e Lago (2002) sobre os conflitos envolvendo as quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão destacam as situações vivenciadas por elas e as suas estratégias para enfrentar as ações de impedimentos no que se refere à coleta e a quebra do coco. As autoras analisam a luta dessas mulheres pelo acesso à terra e ao babaçu na região do médio Mearim no Maranhão no início da década de 1970 e os seus desdobramentos nos anos 80. Segundo informam, mulheres, homens e crianças foram envolvidos no conflito denominado *agrário e ambiental*, proporcionando maior visibilidade da situação vivenciada pelo grupo há décadas na região.

Para Figueiredo (2005), um marco histórico ocorreu no povoado Centrinho do Acrísio onde houve a primeira forma de resistência pública com a participação de mulheres, homens e crianças para impedir uma grande devastação dos babaçuais. Essa mobilização é denominada pelas famílias como “mutirão para liberar o babaçu ou empatar as derrubadas” (FIGUEIREDO, 2005, p. 40).

A expressão empatar neste conflito teve como referência para o seu fortalecimento e enfrentamento, a experiência dos *empates* vivenciados por homens e mulheres seringueiros no Estado do Acre, região norte do Brasil. As ações de impedimento para a não derrubada dos seringais e dos babaçuais mobilizaram grupos que dependiam diretamente da extração e coleta desses recursos naturais, “tão importantes para a manutenção de identidades, de histórias partilhadas, de memórias e de territórios” (ESTERCI, 2008).

Lago (2002), se referindo ao mesmo grupo, diz que os conflitos vivenciados pelas quebradeiras de coco babaçu no Maranhão aconteceram numa região de povoamento antigo, onde as abundantes terras públicas eram utilizadas como livres por posseiros, pequenos proprietários e descendentes de escravos, além das populações indígenas que já habitavam na região.

Estes eventos também foram destacados por Barbosa (2006), que afirma:

Os conflitos de terra já eram recorrentes no Maranhão e se acirraram no momento em que o acesso aos babaçuais tornou-se restrito quando da implantação da chamada “Lei Sarney de Terras” (Nº\_2.979/ 17-07-1969), que respaldava a privatização das terras públicas do Estado e incentivava a implantação de projetos agropecuários, que excluíam as famílias rurais do acesso à terra e ao extrativismo (BARBOSA, 2006, p. 37).

Tendo em conta esta situação, as mulheres quebradeiras “lutavam pelo que chamaram de libertação do coco preso, visto que os autodenominados proprietários cercaram as áreas para implantação dos pastos, destinados à pecuária, proibindo a coleta e a quebra do coco” (LAGO, 2002, p. 30).

Considerando mais um estudo sobre conflitos no extrativismo vegetal, Andrade (2000) analisa os conflitos no entorno do complexo turístico-hoteleiro Costa do Sauípe, localizado na área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APALN-BA). Os envolvidos são os representantes do empreendimento e os extrativistas da palha da piaçava<sup>13</sup>. O autor alerta:

Esse empreendimento provoca uma desestruturação das comunidades locais, bem como de suas histórias e saberes ali construídos ao longo de anos. E um dos sistemas locais de produção mais ameaçados, é o artesanato de palha de piaçava, já que estas comunidades são restringidas pelo empreendimento de chegarem às reservas naturais de Mata Atlântica para a extração de palha da piaçava, principal matéria-prima para a realização da atividade artesanal. A desestruturação está relacionada à privatização da base de recursos naturais, até então ‘livre’ ao acesso de todas as populações nativas da região e, particularmente, às mulheres artesãs da região de Sauípe (ANDRADE, 2000, p. 13).

Conflitos envolvendo mulheres também foram estudados na Amazônia por Simonian (2001), destacando o envolvimento das seringueiras nos *empates*. A autora reconhece, entretanto, que pouco destaque é dado para a presença das mulheres naquele contexto. Em quase toda a literatura revisada, a luta dos seringueiros é citada como exemplo de resistência que proporcionou novos olhares sobre a importância do extrativismo para as comunidades tradicionais da Amazônia. Mas a presença das mulheres nos conflitos está praticamente ausente nas análises, principalmente quando tratam do acesso aos recursos naturais.

Em se tratando dos conflitos envolvendo mulheres no extrativismo da mangaba, os estudos de Schmitz et al. (2011) são precursores. Dois grandes tipos de conflitos em Sergipe

<sup>13</sup>Conforme Andrade (2000, p.13), os atores locais estão organizados no “Movimento em Defesa da Barra Livre”, que tem movido várias ações contra o empreendimento. As atividades agropecuárias tradicionais e de produção extrativa vegetal e animal são bastante importantes na área da APA-LN, sendo responsável pela absorção de aproximadamente 15% da população nativa dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. São pessoas que asseguram sua sobrevivência e reprodução mediante o trabalho autônomo relacionado ao uso, beneficiamento e/ou comercialização direta dos recursos naturais: pequena produção de coco, coleta de frutas, pesca, mariscagem, artesanato da palha de piaçava etc.

estão demarcados nas suas análises: i) aqueles que se dão na esfera local envolvendo as catadoras de mangaba e os proprietários de terras e/ou caseiros que disputam o acesso a plantas em determinadas propriedades, a exemplo do povoado Pontal em Indiaroba. Estes enfrentamentos são pontuais e se dão por ameaças orais e discussões e ii) aqueles entre um grupo de catadoras e um determinado proprietário motivado pelo cercamento de uma grande área após a construção de uma ponte que aproximou a localidade à capital do Estado. Neste último caso, acontecido no município de Barra dos Coqueiros, o ministério público e outras instituições públicas foram envolvidos (SCHMITZ et al., 2011).

Em ambos os casos, está em disputa o acesso às plantas que certamente influenciará a continuidade ou não da atividade e também da própria condição de extrativista. Assim, são as “mulheres as que mais têm vivenciado o impedimento do acesso às áreas tradicionalmente utilizadas, sujeitando-se diretamente a diferentes tipos de violência impostas pelos seus opositores (empresários do turismo e da agricultura, proprietários de sítios, de casas de férias ou de pequenos estabelecimentos agrícolas), como ameaça de agressão física e denominações consideradas por elas como ofensivas (ladras, vagabundas e irresponsáveis)” (MOTA et al., 2009, p. 4 ).

Para o conjunto das catadoras de mangaba do Estado de Sergipe, os autores mostram que os conflitos envolvendo as mulheres estão localizados na região litorânea, em áreas de restinga. Este grupo tem enfrentado fortes “pressões decorrentes da valorização da terra e da mangaba” (MOTA et al., 2005, p. 5). As formas de gestão<sup>14</sup> dos campos naturais dessa fruta têm passado por transformações diante da devastação decorrente da especulação imobiliária, construção de viveiros de camarão, entre outros investimentos públicos e privados.

Na Região Norte, estudo recente de Fernandes (2011) analisa o conflito entre as mulheres extrativistas e uma grande empresa que pretendia devastar a vegetação nativa do campo da mangaba para instalar outros cultivos na área de coleta. As reações sorrateiras dos membros das comunidades que usavam os recursos ocasionaram a expulsão dos denominados invasores.

Apesar das particularidades dos conflitos (tipo de recurso em disputa, estratégia dos atores), eles têm em comum a disputa pelos recursos naturais, cujos desdobramentos incidem nos modos de vida e de autoreconhecimento. E se identifica também pela ambiguidade do papel do Estado, ora promovendo ações que comprometem os recursos, ora apoiando os que deles dependem. Ademais, tratam-se sempre de um enfrentamento entre atores envolvidos em

---

<sup>14</sup> Antes áreas privadas eram abertas, livres, onde as catadoras tinham a permissão dos donos para coletar. A coleta era realizada conforme o ciclo de reprodução da cultura.

relações de poderes desiguais (THEODORO, 2005). Mesmo assim, reconhecemos que foram importantes para chamar a atenção da sociedade em geral e particularmente dos estudiosos e do próprio Estado.

## 2.6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste item, detalhamos como foi realizada a pesquisa e a análise dos dados, obedecendo aos rigores do método científico e considerando o referencial teórico definido previamente, os objetivos e a pergunta de pesquisa no âmbito dos estudos sobre o conflito.

As observações de Oliveira (2000) indicam que olhar, ouvir e escrever, como atos cognitivos, assumem um sentido particular, de natureza epistêmica, uma vez que é com tais atos que logramos construir nosso saber. O autor nos remete a pensar sobre o papel e a responsabilidade do pesquisador na construção de reflexões no universo da teoria social.

Tendo em conta a pergunta de pesquisa, realizamos um estudo de caso no Povoado Pontal no município de Indiaroba no Estado de Sergipe. Segundo Becker (1994), é através desse tipo de estudo que o investigador adquire conhecimento do fenômeno a partir da exploração intensa de um único caso. A nossa opção por um estudo de caso levou em conta este quadro e foi selecionado porque segundo Becker (1994), permite entender as organizações da comunidade e revela detalhes a respeito das relações internas existentes. André (2000) afirma que o estudo de caso, via de regra, é o estudo em profundidade de uma unidade de análise que pode ser um sujeito particular, uma instituição ou uma situação específica. Os seus resultados não pretendem ser generalizantes, mas explicativos em profundidade de situações particulares.

O povoado está localizado a 17 km da sede do município e a 106 km da capital sergipana, Aracaju, pela rodovia SE-100, trecho Pontal-Convento, fazendo fronteira ao norte com o povoado Terra Caída, ao sul com o povoado Preguiça, a oeste com o povoado Convento e a leste com o rio Real.

Para definirmos a área, objeto de estudo, consideramos as reflexões realizadas por Schmitz et al. (2008) sobre os tipos de conflitos e disputas no extrativismo da mangaba, informações próprias coletadas durante a nossa participação no I Encontro (novembro/2007), II Encontro das Catadoras de Mangaba em Sergipe (abril/2009)<sup>15</sup> e entrevistas exploratórias<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> Conforme relatório do I Encontro e anotações no caderno de campo.

<sup>16</sup> Entrevistas realizadas através de um questionário elaborado para tal atividade, que serviu como um guia orientador, realizadas no mês de julho de 2009 (cinco pessoas de instituições diferentes que estão envolvidas direta ou indiretamente no conflito).

Esses dados contribuíram para a elaboração de uma tabela inicial dos conflitos atuais em Sergipe, onde conseguimos identificar diferentes tipos em dez municípios.

Considerando as semelhanças e diferenças existentes entre os conflitos identificados, selecionamos o Povoado Pontal/Indiaroba como *locus* da nossa pesquisa em decorrência:

- Da diversidade de atores envolvidos nos conflitos;
- Dos diferentes tipos de conflitos (por frutas, por plantas e por afiliação);
- Dos diferentes graus de mobilização das catadoras (liderança do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), grande número de membros, mas também catadoras que rejeitam o MCM);
- Da coexistência de áreas com diferentes tipos de acesso (livre, restrito e proibido);
- Do processo de implantação de uma Reserva Extrativista (RESEX) na região sob intenso e controverso debate;
- Do envolvimento das catadoras em diferentes tipos de comercialização (no local, nas feiras, no Programa de Aquisição de Alimento da Companhia Nacional de Abastecimento – PAA/CONAB);
- O povoado Pontal faz parte de um município que está entre os maiores produtores de mangaba do Estado de Sergipe.

Além do mais, o município de Indiaroba faz fronteira com os municípios do Estado da Bahia e, conforme depoimentos das catadoras de mangaba, diante da escassez dos recursos extrativistas, elas estão atravessando o Rio Real (que separa os Estados de Sergipe e da Bahia) para coletar a fruta<sup>17</sup>.

Essa região foi ocupada mais tardiamente do que as regiões circunvizinhas da atual capital (FONSECA et al. 2009). Só a partir da segunda metade do século XX foi que suas áreas se tornaram mais valorizadas, após investimentos em infraestrutura, políticas públicas e iniciativas privadas orientadas para outras atividades econômicas (lazer, agricultura, turismo, carcinicultura). Esta é confirmada por um cenário territorial diversificado, mostrando povoamentos e também espaços naturais protegidos de grande beleza cênica.

Porém a autora chama a atenção para os problemas ambientais identificados nos municípios costeiros de Sergipe decorrentes das intervenções antrópicas sem o devido respeito às legislações pertinentes e sem planejamento, colocando em risco o desejado equilíbrio ambiental e agravando os conflitos pela apropriação dos recursos.

---

<sup>17</sup>Dado extraído do relatório de capacitação solidária realizada no povoado em março/2008.

Para a realização da pesquisa utilizamos abordagens qualitativas e quantitativas, porém predominou a primeira porque possibilita a compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, face à configuração das estruturas sociais (HAGUETTE, 2003, p. 63). A utilização dessa abordagem permite focar principalmente o social como um mundo de significados passível de investigação sendo a linguagem comum ou a “fala” a sua matéria-prima a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais, com seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões (MINAYO e SANCHES, 1993).

O trabalho de campo foi realizado no período de abril a junho de 2010 e na última semana de janeiro e penúltima semana de maio de 2011. Na primeira fase, utilizamos como procedimento inicial a observação participante que, segundo Mann (1973, p. 95), geralmente refere-se a uma situação onde “o observador fica tão próximo quanto um membro do grupo que ele está estudando e participa das atividades normais deste”. Com esse procedimento construímos uma relação de confiança com o grupo, a que facilitou a continuidade da realização do trabalho na perspectiva desejada.

Com o intuito de observação, participamos das atividades rotineiras das catadoras, quer seja na casa, no povoado e em outros espaços onde elas participavam de reuniões e em momentos de lazer, sejam em debates e em eventos realizados pelo MCM (Movimento das Catadoras de Mangaba) em nível estadual. Na esfera doméstica, as observações foram referentes à divisão das tarefas em casa e a organização da rotina. Essas mulheres lidam com os demais membros da família, principalmente as que são líderes do movimento das catadoras e que precisam viajar para participar de atividades no Estado e fora dele. Além disso, ainda se deslocam para estudar, receber benefícios sociais e resolver outros negócios, na sede do município ou até na capital. Ficamos atentas para quais atividades a mulher/mãe realiza, quem assume as tarefas quando ela se ausenta da casa, quais as atividades que os filhos/homem fazem e quais as que ficam a cargo das filhas/mulheres. E nessa ausência que tarefas o homem/pai realiza. Ademais, estivemos atentas a conflitos que por ventura derivassem destes movimentos de idas e vindas.

Com o intuito de compreendermos como se dão as relações dentro e no entorno do povoado, durante os dias que permanecemos ali não medimos esforços em acompanhar as pessoas em suas atividades diárias. Por isso, acompanhamos um casal, dono de uma padaria no Pontal, numa travessia de barco para o Povoado Coqueiro no Estado da Bahia (margem esquerda do Rio Real à jusante), durante entrega de pão, nesta localidade. Eles realizam diariamente a entrega neste e no Povoado Mangue Seco/Bahia, principalmente no período do

verão onde o turismo é mais intenso. Além de acompanhar o marido na atividade comercial, a mulher também cata mangaba e marisco naqueles locais.

No povoado, enquanto andávamos pelas ruas ou conversávamos com uma ou outra pessoa, nosso olhar esteve atento ao comportamento de mulheres, homens, jovens e crianças, com interesse no que fazem e como se relacionam uns com os outros. Observamos também como estava organizado o povoado, o que existe de infraestrutura numa localidade que está na rota do turismo, como estão estruturadas as casas, quais os tipos de atividades que as pessoas realizam, principalmente no período da baixa coleta da mangaba e do defeso de camarão.

Observamos os deslocamentos das pessoas com diferentes finalidades, quais sejam: lazer, trabalhar na pesca, conserto de redes, construção civil, movimento nos bares, movimento das crianças etc., sempre observando com quem se relacionam e quais interesses.

Observações também aconteceram nos eventos promovidos pelo MCM em parceria com parlamentares, professora da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com a equipe de pesquisadores de mangaba e com a direção do Instituto Federal de Sergipe (IFS), conforme elencados a seguir:

- Três reuniões das catadoras no Pontal, englobando os temas sobre o pagamento da venda de mangaba no PAA/CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos/Companhia Nacional de Abastecimento); a realização do III Encontro do MCM em 2011; elaboração e envio do Projeto Petrobras, entre outras atividades;
- Duas reuniões presenciais sobre discussão da proposta de Projeto de Lei estadual quanto ao livre acesso às mangabeiras, sobre a construção de unidade de beneficiamento da fruta<sup>18</sup> e posteriormente contatos realizados por e-mail e telefonemas sobre os dados enviados pelos grupos e quais as concretizações da proposta;
- Duas reuniões específicas para tratar da elaboração do texto do Projeto de Lei quanto ao livre acesso às mangabeiras pelas catadoras;
- I EXPOMANGABA – Exposição da mangaba, realizado pelo MCM em parceria com o IFS, onde os grupos apresentaram a variedade de beneficiamento do fruto, o histórico do MCM e os desafios enfrentados;
- I Encontro Estadual de Lideranças do MCM (realizado em parceria com Projeto UFS<sup>19</sup> e a Assessoria Parlamentar citada anteriormente) e reunião dos participantes com o

<sup>18</sup> Atividade coordenada pela Assessoria da Deputada Estadual Ana Lúcia, tanto sobre a unidade de beneficiamento quanto o Projeto de Lei.

<sup>19</sup> Projeto produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe, coordenado pela Prof<sup>a</sup> Sonia Meire, grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais da UFS.



objetivo de discutir novas perspectivas, desafios, estratégias das mulheres catadoras de mangaba para garantir a preservação do extrativismo da mangaba em Sergipe;

- Duas reuniões da equipe de pesquisadores da CPATC (Embrapa Tabuleiros Costeiros) para avaliar as ações realizadas junto ao MCM e discutir a articulação das catadoras e a preparação do Seminário de Formação;
- Encontro de Formação entre as Catadoras de Mangaba de Sergipe que teve como objetivo principal contribuir com sugestões para seu fortalecimento através do MCM.

Também aproveitamos os transportes, alternativo e escolar durante o nosso deslocamento para o Pontal e vice-versa, para conversar com as catadoras sobre suas ações visando ao livre acesso às mangabeiras. Com os estudantes, as conversas giraram em torno da qualidade do transporte, das estradas na época das chuvas, do ensino, da sua perspectiva na região e sobre a luta das catadoras.

Foram nessas situações que observamos as interações entre as catadoras e os diversos atores envolvidos no extrativismo da mangaba, como elas se articulam e discutem suas estratégias para continuarem coletando a mangaba (mesmo impedidas de entrar nas áreas cercadas pelos proprietários) e quais os desafios vivenciados por elas nessas relações.

Numa segunda fase, privilegamos o levantamento de dados secundários e primários. Os primeiros tratam das estatísticas sobre o extrativismo em Sergipe e no município de Indiaroba, dados demográficos, dentre outros, além de informações sobre o histórico de ocupação da região, do uso, dos recursos e dos conflitos. Para obtenção desses dados visitamos a biblioteca central da UFS em busca de artigos, teses e dissertações, com informações da região e do Estado; também pesquisamos o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para coletar os dados populacionais e sobre a produção extrativista vegetal. Nos arquivos da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Cpatc) buscamos relatórios, atas e recortes de jornais pertinentes ao MCM e às catadoras nos diversos municípios sergipanos que produzem mangaba.

A revisão de literatura permeou todo o processo de definição do tema, realização da pesquisa e elaboração da dissertação. Dentre estes, destacamos os resultados das pesquisas ali realizadas, a partir do ano de 2003, por uma equipe interinstitucional que vem apoiando tanto a mobilização das catadoras de mangaba quanto produzindo artigos e dissertações sobre o tema. Durante todo o processo de realização da pesquisa, mantivemos um canal constante de diálogo com os membros da referida equipe<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup>Além das conversas, algumas dessas pessoas também foram entrevistadas formalmente (Raquel Fernandes, Emanuel Pereira, Jane Velma, Josué Francisco e outros.)

Os dados primários foram levantados através de entrevistas estruturadas e semiestruturadas sobre a presença e o papel dessa população na região, as atividades realizadas pelas catadoras para a manutenção e reprodução de suas famílias, os tipos de organizações a que pertencem e os conflitos vivenciados.

Para a realização das entrevistas estruturadas e semiestruturadas, foram elaborados um formulário e um roteiro (Anexo A e B). O primeiro, com a finalidade de compor um quadro quantitativo sobre as catadoras e o extrativismo na região, ainda não disponível nos últimos cinco anos. O segundo, para levantar dados sobre os conflitos, assim como as compreensões que os envolvidos têm sobre os mesmos.

Nosso propósito inicial era entrevistar todas as catadoras do povoado, entretanto percebemos durante a atividade de campo que a presença de algumas no Pontal (especialmente as solteiras) variava segundo suas atividades. Variava também conforme a demanda e oportunidade de comercialização dos frutos. Em face desta situação, reavaliamos e realizamos as entrevistas com quarenta e duas catadoras, considerando aquelas que estavam presentes no povoado mais constantemente. Essa opção facilitou para que participássemos também de muitas atividades fora do povoado onde as que são líderes do MCM participam de reuniões nas quais os conflitos constam como principal tema nas pautas.

Além das catadoras do Pontal, conversamos com três representantes das catadoras do povoado Preguiça (duas mulheres e um homem), pertencente ao mesmo município, e que coletam mangaba também no Pontal. Uma dessas mulheres é o contato do grupo no seu povoado sobre as disputas instituídas entre elas e as catadoras de outros povoados.

Para chegarmos até as catadoras, inicialmente, contamos com a contribuição de três líderes do grupo no povoado que nos acompanhou com o propósito de mostrar a residência ou o local em que pudéssemos encontrá-las. A partir dos nossos primeiros contatos, as entrevistadas também faziam indicações umas das outras durante a realização do trabalho.

Na realização da entrevista com formulário, sentimos uma certa resistência de algumas catadoras a responder sobre as questões no tocante às disputas entre elas e demonstravam também dificuldades em contabilizar o valor do seu trabalho. Em todos os momentos do dia a maioria dessas mulheres estava sempre realizando alguma tarefa.

Já com as entrevistas com roteiro, buscamos os significados que os diferentes atores atribuem aos processos de conflito que vivenciam, tais como: se há disputa entre catadoras, como elas se relacionam umas com as outras, quais as maiores dificuldades que elas enfrentam, como conciliam ser dona de casa com outras tarefas, de que forma elas se relacionam com os

proprietários, e o que fazem para continuar coletando quando são impedidas por eles, quem as apoia em sua luta, dentre outros temas.

Face à diversidade de situações, concordamos com Mann (1973, p. 99) que entrevista é “essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde o mais descontraído papo até o mais cuidadosamente pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas disposto em um programa ou roteiro de entrevista”.

No total foram entrevistadas cinquenta e uma pessoas no Povoado, dos quais quarenta e duas catadoras de mangaba, quatro proprietários de terra, três líderes de organização local e dois caseiros. O principal critério para a seleção dos entrevistados foi o respeito à diversidade dos informantes. Inúmeras conversas informais foram realizadas nos momentos em que algum fato ou informação nova ia surgindo no Povoado, particularmente rumores, boatos.

Outras sete entrevistas foram realizadas em Aracaju e na cidade de Barra dos Coqueiros<sup>21</sup>, com líderes de organização e técnicos de órgãos públicos com o objetivo de buscar informações sobre os conflitos, identificar quais os tipos existentes e os atores envolvidos.

Enfim, entrevistamos diferentes tipos de catadoras (com terra ou sem terra, jovens, idosas, lideranças e membros do MCM), proprietários de terra, caseiros, técnicos que atuam na região e em diferentes organizações como: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe (FETASE), a Colônia de Pescadores Z14, o Programa de Combate à Pobreza Rural da Empresa do Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe, vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento, Habitação e do Desenvolvimento Urbano (PCPR/PRONESE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Cpatc, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>22</sup>. Importante ressaltar que na seleção dos entrevistados foi considerado tanto os que percebem o conflito como os que não os percebem.

Para o registro dos dados e informações, utilizamos caderno de campo, gravador e máquina fotográfica. Estes últimos, sujeito à permissão dos entrevistados.

---

<sup>21</sup> Foram entrevistados dois técnicos do Incra, uma da Cpatc, uma da UFS e a Presidente do MCM. Diante de imprevistos a representante da assessoria parlamentar não foi entrevistada. Porém, já mantínhamos contatos por e-mail.

<sup>22</sup> Uma observação importante relacionada aos representantes dos órgãos públicos é que alguns desses técnicos têm o papel de mediar os conflitos como também informar sobre quais ações e procedimentos estão sendo encaminhados no tocante ao caso em estudo. A exemplo da Cpatc, IBAMA, INCRA.

Nas entrevistas com as catadoras, entretanto, não utilizamos o gravador porque foram realizadas em espaços diferentes, com deslocamentos freqüentes devido às catadoras estarem envolvidas em diferentes atividades. E também sempre havia muitas pessoas nos espaços de realização da entrevista, muitas conversas paralelas que dificultariam a transcrição. Então as conversas se prolongavam e os assuntos giravam em torno das dificuldades que elas enfrentam no acesso às mangabeiras, na comercialização dos frutos e nas atividades realizadas no mangue e nos conflitos dali derivados.

Os conteúdos da pesquisa foram organizados segundo os grandes temas indicados nos objetivos, quais sejam: conflitos, mulheres e extrativismo, que foram analisados à luz da literatura. Especificamente em relação aos conflitos, foram agrupados para identificação e análise dos tipos e as evidências de conflitos existentes e os atores envolvidos, caracterizando as diferentes estratégias utilizadas por eles, assim como os seus interesses.

As perguntas levantadas para este estudo foram respondidas através da análise das respostas dos diferentes entrevistados, da reflexão sobre os dados secundários, ambos contrastados com a literatura pertinente.

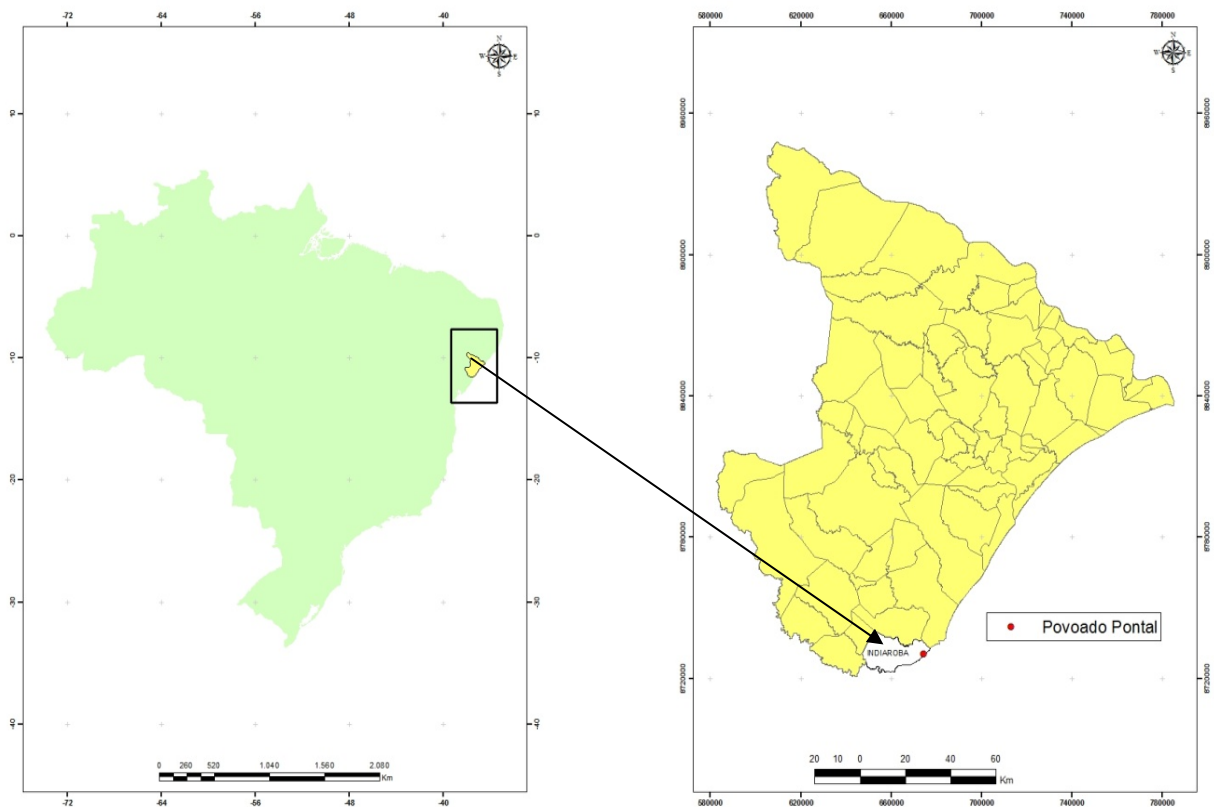
### 3 O PONTAL, O EXTRATIVISMO E AS CATADORAS

Neste capítulo descrevemos aspectos da história do Município de Indiaroba, do Povoado Pontal e da problemática do extrativismo. Ademais, caracterizamos as catadoras de mangaba num contexto de tensões decorrentes de pressões externas que influenciam nas antigas e novas práticas que ali se dão. Para descrição do município e das catadoras de mangaba, nos embasamos em informações obtidas através de entrevistas com antigos moradores e com as catadoras de mangaba. Dados disponíveis em pesquisas oficiais também foram analisados à luz da literatura pertinente.

#### 3.1 O MUNICÍPIO DE INDIAROBA

Indiaroba, onde se situa o Pontal, localiza-se no Estado de Sergipe (Figura 1) e limita-se com os municípios de Santa Luzia do Itanhy, Estância, Umbaúba e Cristinápolis. É banhado pelo Rio Real, que faz divisa dos Estados de Sergipe e da Bahia. Suas coordenadas geográficas são de 11° 31' 10" de Latitude Sul e 37° 30' 37" Longitude W. Gr.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Indiaroba e do pov. Pontal



Fonte: Programa ArcGIS (sistema de informação geográfica).

Segundo Soutelo (1998, p. 41), este município surgiu como povoação pelos anos de 1841, à margem do Rio Real, com o nome de "Espírito Santo" e apenas em 1943 passou a se chamar Indiaroba, mesmo nome de um rio do seu território, que na língua indígena significa índia bela (CINFORM, 2002, p. 98). E ainda, conforme Soutelo (1998, p.49), foi entre os Rios Indiaroba, cujo formador é o Saguim, e o Real que o capitão Belchior da Fonseca fez doação de terras (6 léguas em quadro) aos Carmelitas. Neste território, mais tarde, surgiu a vila de Espírito Santo, hoje cidade de Indiaroba.

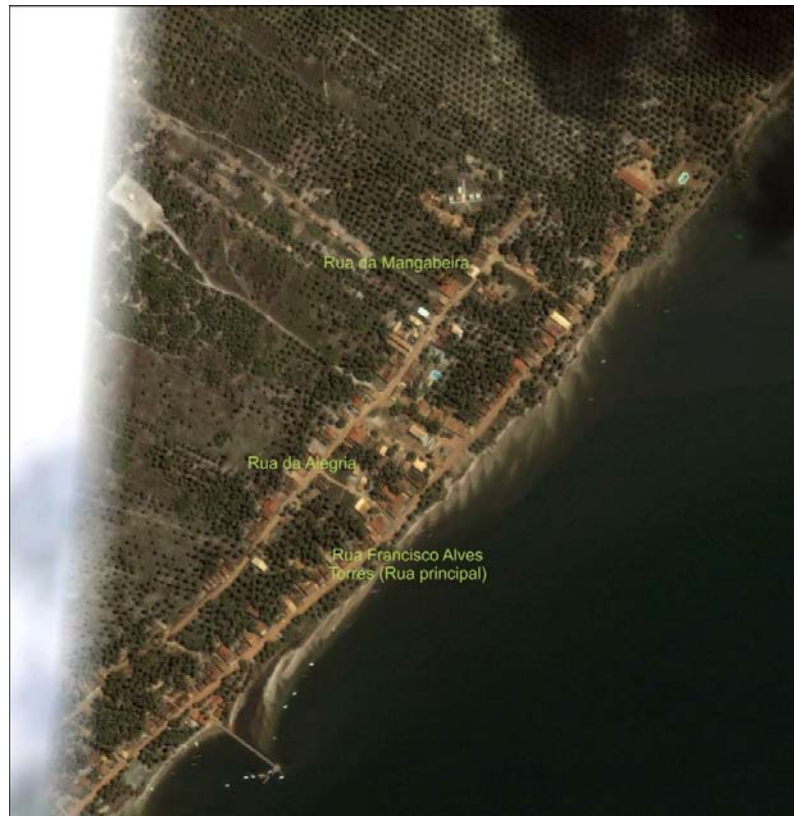
Segundo dados do Censo 2010 (IBGE, 2010), a população de Indiaroba é de 15.861 habitantes, dos quais 5.585 na zona urbana (35,21 %) e 10.276 na zona rural (64,79%). Possui uma área de 314 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional de 50,51 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).

A absoluta maioria da população do município na zona rural pode ser explicada pelo fato de que, como em outras partes do litoral norte de Sergipe (PEREIRA, 2004 citado por MOTA; PEREIRA, 2008), áreas deste município foram ocupadas por grupos humanos que ficaram à margem dos grandes ciclos econômicos. Majoritariamente, descendentes de escravos negros e de índios, eles souberam manejar as potencialidades e limitações do ambiente natural (terra e mangue), criando um modo de vida peculiar, amparado em formas sustentáveis de utilização dos recursos naturais que garantiram, ao longo do tempo, a sua reprodução social. Essa população firmou residência em locais passíveis de uso dos recursos, menos cobiçados e, assim, considerados “vazio demográfico” sob o olhar restrito da economia (MOTA et al., 2009; MOTA et al., 2011).

Como observado também na região norte do Brasil com alta incidência de povos autodenominados e reconhecidos, em muitos casos, como quilombolas, nestes lugares afastados dos espaços urbanos e de difícil acesso onde poucos se aventurariam a estabelecer moradia, eles construíram os seus territórios e suas práticas culturais (CARDOSO, 2008, p. 16).

Em um destes cenários, no estuário do Rio Real, na região de Ponta da Terra, informam os entrevistados, constituiu-se um arruamento que foi chamado de Povoado Pontal (figura 2).

Figura 2- Imagem parcial do povoado Pontal



Fonte: Google Earth. Adaptação: Maxi Ferreira.

### 3.2 O POVOADO PONTAL

O Pontal está localizado a 18 km da sede do Município de Indiaroba (porção sudeste do município) e a 106 km da capital sergipana, Aracaju, pela rodovia SE-100, trecho Pontal-Convento. Faz fronteira ao norte com o Povoado de São José da Terra Caída, ao sul com o Povoado Preguiça, a oeste com o Povoado Convento e a leste com o Rio Real.

Este povoado é habitado por uma população formada por significativa parcela de negros, oriundos provavelmente dos engenhos desativados (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES, 2003). Segundo Santos Silva (2007), a Capitania de Sergipe exportava açúcar produzido em seus duzentos e vinte e seis engenhos no século XIX. Esses engenhos estavam localizados nas regiões denominadas Cotinguiba, Agreste e Mata Sul<sup>23</sup>, sendo que nesta última se localiza o município de Indiaroba ao qual o Pontal pertence administrativamente.

<sup>23</sup> O município de Indiaroba aparece na região Mata Sul como Espírito Santo, um dos seus primeiros nomes, na tabela construída pela autora sobre os engenhos existentes nos anos de 1856/1875/1881.

A presença de negros na região é reforçada a partir da fala de uma moradora quando outra se dirige a ela chamando-a de morena e ela responde: “pode chamar de negra, é a nossa raça<sup>24</sup>”.

Conforme registros de Carvalho et al. (2001), na região do Pontal a flora era composta por árvores de grande porte. Segundo relato dos mais antigos, alguns habitantes construíram uma canoa utilizando um único tronco de árvore. Na faixa de mangue que circunda todo o povoado, havia incidência significativa de frutos nativos (cambuí, murici- mirim, mangabeira, cajueiro, dentre outros). Além destes, outros tipos foram apontados na pesquisa, conforme Quadros 1:

Quadro 1- Espécies vegetais arbóreas e arbustivas encontradas na região

Nome vulgar	Nome científico
<b>Cambuí</b>	<i>Eugenia spp.</i>
<b>Murici- mirim</b>	<i>Byrsonima basiloba A.juss</i>
<b>Mangabeira</b>	<i>Hancornia speciosa Gomes</i>
<b>Cajueiro</b>	<i>Anacardium occidentale L.</i>
<b>Coqueiro</b>	<i>Cocus nucifera L.</i>
<b>Mangueira</b>	<i>Mangifera indica</i>
<b>Jaqueira</b>	<i>Artocarpus heterophyllus</i>
<b>Maçaranduba</b>	<i>Família Mirtaceae</i>

Fonte: dados da pesquisa, 2010

Inicialmente, lugar de apoio dos pescadores que ali se instalavam em barracos de palha, pouco a pouco, deu lugar a pequenas construções de casas de taipa para a residência dos primeiros moradores, há cerca de 90 anos, como afirma um dos entrevistados mais idosos:

No Pontal tinha muitos pescadores. O pessoal vivia da pescaria, pois existia muito peixe. Poucas pessoas moravam aqui, quase todas as casas eram de palha. Viviam da roça, plantava milho, feijão, mandioca, batata para a alimentação e para vender. Na época não tinha tanta mangabeira. Aqui, acolá tinha um pé. Ai o pessoal foi deixando os pés e plantaram coqueiros. {...} Nessa época<sup>25</sup> poucas pessoas tinham terreno. (N. S. S., 95 anos, aposentado como trabalhador rural)

### 3.2.1 Origem do arruamento

Em se tratando dos dados sobre a existência das propriedades, segundo informações obtidas em entrevistas (seis pessoas mais idosas), trabalhos acadêmicos e documentos do tipo

<sup>24</sup>Durante a ida para o povoado as mulheres conversavam no transporte alternativo.

<sup>25</sup>Segundo Sr. Nelson, a época a que ele se refere é a do ano de 1925, quando o mesmo tinha uns 10 anos de idade. Este senhor faleceu no mês de janeiro/2011.



escritura e recibo de compra e venda de terrenos, o arruado do Pontal foi fundado por volta de 1830 pelo Sr. Gonçalo Alves, que ficou conhecido como Gonçalo Papagaio, porque ele morava numa área chamada “papagaio”, reduto de muitas destas aves.

Em 1840, chegou a segunda família, constituída pelos parentes da Sra. Joaquina Maria da Conceição. Em 1865, chegaram o Sr. Marcos Evangelista do Nascimento e sua esposa. E pelos anos de 1870 chegou o Sr. João José Torres e família. Pertenciam a esses últimos, as terras que ficavam nas proximidades da localidade chamada Preguiça de Baixo, uma das comunidades mais antigas do município, segundo informações dos moradores locais.

Destas famílias consideradas as primeiras proprietárias de terras, ainda hoje encontram-se parentes cujos sobrenomes evocam estes antepassados. Durante o processo de povoamento, as famílias foram se misturando através do casamento, como ainda tem acontecido nos dias de hoje. Isto contribuiu para a existência de fortes laços de parentesco que influenciaram na estruturação fundiária existente nos dias atuais.

As atividades dessas famílias, cada uma com uma área significativa de terra em pontos estratégicos como as proximidades dos rios, foram principalmente a criação de gado e exploração de coqueiros em áreas de ocorrência de mangabeiras. O cultivo de culturas alimentares se dava também, particularmente, pelos denominados agregados (que trabalhavam nas suas terras ou a partir de relações de camaradagem conseguiam permissão para cultivar).

Até os anos de 1970/80, essas áreas pertenciam a seis famílias de sobrenomes ainda influentes no Pontal, a exemplo dos Martins Nascimento, Alves Torres, Conceição Santos e Torres, principalmente. Mais recentemente, entretanto, observam-se mudanças decorrentes da segmentação das áreas em processos de herança e também da intensificação do turismo. Ademais, persistiu durante alguns anos a doação de lotes para a construção de casas e instalação de pequenas roças para aqueles que demandavam, como também, para outros fins como a construção do primeiro prédio escolar nos anos de 1950. Esta, primeira escola pública no povoado, foi construída com recursos do governo estadual, mas em um terreno doado por um dos moradores mais antigos.

A escola recebeu o nome da quarta professora, Ana Joaquina de Oliveira, homenageada pelos moradores por ter sido uma mulher de determinação e muita competência. Na década de 1970, a escola contava com o apoio não só do governo municipal, mas também do Estado.

No final dos anos 80, a população do Pontal começou a aumentar. Das catadoras entrevistadas, cinco chegaram no período de 1980/90, oriundas de comunidades de municípios próximos ao Pontal e também do Estado da Bahia. Áreas foram loteadas para construção de

casas de moradia e para veraneio, tendo em vista que “as pessoas vinham em busca de melhores condições de vida, de educação e de trabalho” (E. M. S. catadora, 27 anos).

Outra entrevistada informou que além da busca por trabalho, as pessoas também vinham por causa do casamento e ou influenciados por parentes e amigos que propagavam condições favoráveis naquele lugar. Na busca por trabalho, alguns realizavam serviços nas residências ou nas propriedades das pessoas que tinham posses de terra e melhores condições financeiras.

Os anos de 1990 são percebidos como um marco na mudança das condições de acesso aos recursos tanto pelos entrevistados como pela literatura revisada. Os investimentos públicos voltados principalmente para o turismo na região<sup>26</sup> influenciaram na valorização da terra e, conseqüentemente, na intensificação do cercamento e de loteamento de novas áreas, o que resultou em conflitos que analisaremos no próximo capítulo. Essa mudança local, podemos dizer, foi influenciada por mudanças maiores, conforme destacado por Mota et al., (2009) :

Os anos 90 foram marcados pela diversificação das atividades econômicas nos ecossistemas costeiros com destaque para o turismo (loteamentos, hotéis-fazenda, pousadas, pesque-e-pague, casas de veraneio etc.) e a expansão da carcinicultura com a redução das áreas de uso comum dos recursos por pessoas que se conhecem ou não (MOTA et al., 2009, p. 08).

Ainda os autores dizem que as mudanças na região acontecem também através da “agricultura comercial com reflexos nos modos tradicionais de viver daquela população” (MOTA et al., 2009, p.8)

E as transformações continuam, perpassando as últimas décadas (anos 2000 e 2010). Nos dias atuais na região, uma das obras de infra-estrutura que se encontra em fase de conclusão e que contribuirá também para o aumento da especulação imobiliária principalmente é a construção da ponte Gilberto Amado<sup>27</sup>, com previsão de conclusão até final de 2012. Esta tem por objetivo a interligação total do litoral sul sergipano, e tem a vantagem de reduzir a distância entre as Capitais de Sergipe e da Bahia.

### 3.2.2 O Pontal: “ponta do céu”?

A região onde se situa o Pontal é conformada por um cenário territorial diversificado, com povoamentos e espaços naturais (Fotografia 1) de grande beleza cênica que, mais

<sup>26</sup> Conforme fontes citadas, alguns fatores de mudanças na região foram o melhoramento da estrada que dá acesso ao povoado, cercamento das áreas para loteamento e conseqüentemente a construção de casas para veraneio. E ainda a exploração do manguezal para a cata do caranguejo, especificamente como recurso de exportação.

<sup>27</sup> Essa obra está nos limites de povoados dos Municípios de Estância e Indiaroba e interligará o litoral sul sergipano como também reduzirá a distancia entre Aracaju-Sergipe e Salvador-Bahia. Mais informações acessar site: [www.seinfra.se.gov.br/](http://www.seinfra.se.gov.br/).

recentemente, foram incorporados à rota do turismo com a construção da Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099) como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (PEREIRA, 2008).

Fotografia 1- Entardecer no Estuário do Rio Real



Pesquisa de campo. abr/ 2010

Para alguns moradores, um aspecto importante que influenciou na expansão do turismo na região foi quando ali foram realizadas as filmagens da novela *Tieta*<sup>28</sup>. De acordo com as falas de alguns entrevistados:

A gravação da novela *Tieta* movimentou o povoado. O pessoal ganhou dinheiro (M.R.S., 68 anos, catadora). Foi desde a divulgação do local na época da novela *Tieta*. Como o povoado não tinha infraestrutura, algumas pessoas foram buscando condições para atender a presença de turistas no povoado. Eu mesma comecei a preparar comida caseira e a procura começou a aumentar. Comecei a ganhar dinheiro e aos poucos montei uma padaria (J. S., 43 anos, catadora e marisqueira).

Em se tratando dos habitantes, segundo a Emdagro (2010), a população do Pontal está estimada em 563 famílias. Segundo dados do mapa do extrativismo da mangaba, seriam “400 famílias” (VIEIRA et al. 2009, p. 28). Porém o agente de saúde do povoado em entrevista afirmou que ali residem 250 famílias, número mais próximo das estimativas que fizemos no decorrer da pesquisa. Segundo dados coletados com as catadoras entrevistadas, o número médio de filhos é de cinco por família. Assim, estimamos que residam no povoado em torno de 1.250 habitantes.

<sup>28</sup>Telenovela baseada no romance ‘*Tieta do Agreste*’, do escritor baiano Jorge Amado publicado em 1977. *Tieta* foi uma [telenovela brasileira](#) produzida pela [Rede Globo](#) e exibida entre [14 de agosto de 1989](#) e [31 de março de 1990](#), no horário das 20 horas, totalizando 196 [capítulos](#). Site: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Tieta\\_\(telenovela\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tieta_(telenovela)). Acesso em 20 setembro 2010.

O Pontal está organizado por duas ruas principais, paralelas, das quais derivam as demais. A primeira, conhecida como *Rua da frente* ou Francisco Alves Torres, situa-se em frente ao Rio Real. A segunda, também chamada *Rua de trás*, tem dois nomes: Rua do Campo e Rua da Alegria. Perpendicularmente a estas Ruas, estão a Rua do Cemitério, das Mangabeiras e da Escola (Anexo III).

No caso da Rua das Mangabeiras, a grande incidência de plantas no passado recente influenciou para que assim fosse conhecida. Consideramos esta Rua como uma espécie de divisor entre o arruamento e as plantas nas quais muitos dos que ali vivem, praticam o extrativismo. É também aí que se localizam as casas das catadoras de mangaba que mais recentemente chegaram ao Pontal.

Existem ainda algumas casas espalhadas por detrás do campo de futebol, do clube local (sede da associação), da Rua da Escola e da Rua das Mangabeiras. Estas foram espacializadas diferentemente daquelas que conformam as ruas e não estão uma ao lado da outra (Fotografias, 2, 3a e 3b, 4 e 5).

Fotografia 2- Rua da Escola Municipal Anísio Fontes Torres



Pesquisa de Campo. abr/ 2010

Fotografia 3a - Calçamento da Rua da Alegria (atrás da rua principal)



Pesquisa de Campo. abr/ 2010

Fotografia 3b - Calçamento da Rua da Mangabeira



Pesquisa de campo. mai/ 2010

Fotografia 4 - Casas por trás da Rua da Mangabeira



Pesquisa de campo. mai/ 2010

Fotografia 5- Estilos de casas de veraneio na Rua principal



Pesquisa de campo. mai/ 2010

Analisamos que assim estão pelo fato de terem sido construídas a partir da doação de pequenas áreas de terra pelas próprias famílias, especialmente aos casais que se formam recentemente. Assim, mantêm a separação dos grupos domésticos, mas mantêm também a proximidade física, tão essencial para colocar em prática muito dos requisitos de solidariedade que a vida cotidiana exige entre os mais pobres, conforme também observado por Woortmann (1967) numa região da Amazônia.

É na *rua da frente* que encontramos as casas dos mais abastados, chamadas também de casas de veraneio porque é no verão que funcionam em toda a sua potencialidade. O formato da construção e os materiais utilizados destoam completamente das demais casas do Pontal. Algumas destas casas pertencem a proprietários de terras onde têm áreas com mangabeiras e a comerciantes que moram em outros municípios sergipanos ou mesmo em outros Estados.

As formas de contato entre os moradores das casas de veraneio e as catadoras de mangaba se dão pela prestação de serviços domésticos eventuais ou em negociações para o acesso às plantas. Entre as pessoas originárias do próprio povoado, contatos também se tecem nos eventos religiosos locais.

Apenas dois serviços públicos existiram no Pontal: uma agência dos correios e um posto telefônico da Telergipe, mas hoje só restam os prédios abandonados. O posto telefônico foi fechado e a nova empresa, a Telemar, investiu na instalação de orelhões em alguns pontos do povoado. Existem, no entanto, algumas residências com linhas telefônicas particulares instaladas (em torno de seis linhas). Não obstante, a incidência de celular é alta, principalmente os pré-pagos. Em relação ao fechamento da agência dos correios, quando perguntado os entrevistados não souberam informar o motivo, mas informaram que para o envio e recebimento de correspondências os moradores têm de se dirigir à agência da sede do município ou então os interessados se valem da boa vontade de algum portador. Muitas vezes as correspondências são devolvidas ao remetente quando não é procurada pelo destinatário.

Para efetuar o pagamento de taxas de serviços públicos e outros itens, a maioria dos pontalenses se desloca para a sede do município de Indiaroba (situada a 18 km) ou de Estância (distante 42 km), pois na sede do povoado não há nenhuma casa lotérica, nem posto de serviço bancário. Quando impedidos por algum motivo, os interessados solicitam algumas vezes das pessoas conhecidas para efetivarem o pagamento.

O povoado conta hoje também com um posto de saúde e uma escola. Segundo um entrevistado, o posto “só funciona quando a equipe do Programa de Saúde da Família (PSF) aparece por lá”. As visitas acontecem de quinze a trinta dias (de uma visita a outra). E a permanência no povoado é por poucas horas, apesar da demanda de atendimento que é maior do que o número de fichas distribuídas. Na verdade, as pessoas que procuram o Posto e não são atendidas retornam suas casas e aguardam o retorno da equipe. Nos casos de urgência, os interessados são obrigados a fretar um carro e se deslocarem para os municípios mais próximos ou então vão contar com a sorte da chegada da ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) em tempo hábil, solicitado através do número 192.

A escola, denominada Escola Municipal Anísio Fontes Torres, funciona em três turnos com turmas de ensino fundamental. Para os alunos do ensino médio e superior, é disponibilizado um transporte escolar (condição regular) em dois turnos (tarde e noite) para a sede do município.

A sede da Igreja Católica fica na única praça que há no Pontal, com a parte da frente virada para o Rio Real. Todos os anos a comunidade religiosa celebra a festa do padroeiro do povoado, São Pedro, que denota a importância dos pescadores naquele contexto. Existem

também no povoado algumas igrejas evangélicas, cada uma com os devidos espaços para suas reuniões e cultos.

Quanto ao abastecimento d'água, o sistema foi implantado há cerca de 20 anos, conforme informações do agente de saúde. Estima-se que cinquenta unidades domiciliares não tenham água encanada e algumas famílias utilizam água de poço<sup>29</sup>. Sistema de esgoto inexistente e coleta de lixo, apenas pelo menos duas vezes na semana. (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Criança apanhando água de poço.



Pesquisa de campo. mai /2010

As estradas, tanto as que interligam os povoados próximos, quanto a sede do município não são asfaltadas e contam com pouca conservação. No período das chuvas, na maioria das vezes ficam de difícil acesso. A estrada principal (SE-100) que dá acesso à SE-285 (sentido Indiaroba-Estância) encontrava-se em reforma durante a nossa estada no Pontal, no início da pesquisa de campo. Somente no início de 2012 é que a obra foi concluída<sup>30</sup>. Uma das justificativas para o atraso eram as chuvas que caíam na região, atrapalhando o andamento das obras na ocasião da pesquisa.

Apesar dessa dificuldade, atualmente Pontal conta com transporte rodoviário diário para a sede dos municípios mais próximos (Indiaroba e Estância). O transporte fluvial é mais utilizado por turistas e por algumas pessoas com interesse nos povoados próximos. Raramente, as pessoas os utilizam para ir a sede municipal de Indiaroba.

<sup>29</sup> O poço é uma perfuração no solo feita nas proximidades da casa onde se introduz um cano de PVC com espessura de quatro polegadas. Durante o período da pesquisa percebemos cinco casas com esse sistema na Rua das Mangabeiras.

<sup>30</sup> Segundo informação da Diretoria de Obras do Departamento de Estradas e Rodagens de Sergipe (DER-SE), as obras foram concluídas em março deste ano.



Numa distância de cerca de 1,5 km da sede do povoado foi construída uma pousada, que além da hospedagem tem *lanchas* que levam os turistas até Mangue Seco. No entanto, dentro da área urbana do Povoado não existe uma estrutura básica de hospedagem. Entretanto, existem estacionamentos onde as pessoas deixam seus carros particulares, pegam um barco e atravessam o Rio Real em direção às praias baianas.

Nas duas ruas principais intituladas rua da frente e de trás, encontram-se pequenas mercearias que vendem produtos alimentícios e bares. Observamos a presença significativa de homens (jovens e adultos) jogando e bebendo quando estão sem trabalhar.

No povoado há uma padaria e seu proprietário entrega pão todas as manhãs de barco no povoado Mangue Seco e em algumas tardes da semana no Povoado Coqueiro (ambos no Estado da Bahia). Outra opção de compra de pão é por meio de um vendedor de moto que vem do Povoado Convento todas as manhãs.

Em relação à vida no Pontal, coexistem diferentes opiniões. Um dos mais antigos moradores mostra o seu descontentamento afirmando que:

*“Hoje o povoado tem muitas casas, mora muita gente. Antes o pessoal pescava muito e deixava secar [os peixes] no varal. Hoje não pode deixar nenhuma piaba por ai porque o pessoal leva. A pesca diminuiu e muita gente vive da cachaça”* (N. S. S. 95 anos, natural do Pontal, aposentado como trabalhador rural há 19 anos).

Entretanto, uma catadora de mangaba pensa diferente e afirma: “Nós mora na ponta do céu. Nós somos um povoado rico” (I.S.T., 42 anos, catadora de mangaba).

Além das festas anuais que acontecem no povoado e que já fazem parte do calendário como a festa do padroeiro, os pontalenses celebram dias santos nacionais como o dia de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, São João e São José. Ademais, o dia 2 de julho<sup>31</sup> é considerado também como uma data especial. Esporadicamente são realizados alguns shows, bailes em comemoração ao dia das mães, formaturas, festejos juninos entre outros.

Outras opções de lazer são os encontros nos bares<sup>32</sup>, nas suas próprias casas ou ir a praia em Mangue Seco (Bahia).

Para a maioria das entrevistadas catadoras de mangaba, as datas comemorativas são importantes e esforços são feitos para participar desses eventos. Para algumas das lideranças, uma das oportunidades de lazer é quando vão participar de atividades fora do povoado, onde também aproveitam para visitar parentes e conhecidos e fazer compras.

<sup>31</sup>Segundo uma entrevistada, o significado desse dia é um momento de confraternização. A festa começa na véspera à noite, onde o grupo amanhece o dia animando e chamando as pessoas para saírem de suas casas e irem para as ruas. Nesse trajeto alguns trovam versos, entoam cantoria, sambam e dançam também o forró.

<sup>32</sup>Localmente chamados de “farras”.

### 3.3 O EXTRATIVISMO NO PONTAL: “SEMPRE TEVE”

Mota et al. (2011), durante entrevista com uma das moradoras nascida no povoado, constatou que o sistema de acesso aos recursos naturais, era relativamente permitido para a prática do extrativismo regular ou ocasional em áreas de livre acesso nos denominados terrenos de *heréu*<sup>33</sup> ou em alguma propriedade já demarcada por cerca naquele tempo (*tempo dos antigos*)<sup>34</sup>. Nestas últimas, havia uma espécie de permissão simbólica dada pelo *tomador de conta* ou pelo próprio proprietário da terra, sistema que ainda subsiste em alguns casos naquela localidade como mostram as análises mais recentes (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES, 2003; SILVA JUNIOR; MOTA; GOMES, 2003).

Segundo os entrevistados, no Pontal coexistiam no passado atividades no âmbito da agricultura e do extrativismo (animal e vegetal). As mulheres, além de coletarem mangaba e produtos do manguezal, também participavam das atividades correlatas à agricultura cujos cultivos mais comuns eram: mandioca (*Manihot esculenta Crantz*), cebola (*Allium cepa L.*), amendoim (*Arachis hypogaea*), milho (*Zea mays L.*), batata-doce (*Ipomoea batatas (L.) Lam.*) e feijão (*Phaseolus vulgaris*)<sup>35</sup>. Os homens dedicavam-se à pesca. É consenso de que existia, e todavia existe, uma inter complementaridade das atividades segundo a época.

Os entrevistados também informam que a mandioca era processada em quatro casas de farinha. Ainda nos anos 1990 existia pelo menos uma casa de farinha, mas como os plantios de mandioca foram reduzidos, devido ao loteamento das áreas, ”acabaram com a casa de farinha e acabaram também com as mandiocas né, que não tinha mais para fazer farinha. Perto do Clube tem uma garagem que era uma casa de farinha”. (I.S.T. catadora, 42 anos).

Se outrora as casas de farinha eram espaços de trabalho e sociabilidade no período das farinhadas<sup>36</sup>, hoje elas existem apenas nas lembranças. Segundo o relato de outra entrevistada:

O pessoal do Coqueiro [*povoado pertencente a um município vizinho localizado no Estado da Bahia*] vinha fazer farinha, beiju. Na época da farinhada “a gente tomava suco de mangaba. Desperdiçava muito fruto porque na época não tinha valor (J.J., moradora do Pontal, 67 anos).

<sup>33</sup>Para Heredia (1988), os pequenos produtores “faziam uso, no passado, das parcelas que estavam localizadas fora dos limites das grandes propriedades, e eram por eles denominadas ‘terras de heréu’ ou ‘terras sem dono’. [...] a designação “terras de heréu” parece fazer referência ao fato de que, não sendo cultivadas e/ou ocupadas por gado, essas áreas podiam ser usufruídas por quem delas necessitasse (1988, p. 182).

<sup>34</sup>O tempo dos antigos se refere ao período dos primeiros moradores responsáveis pela formação da comunidade.

<sup>35</sup><http://pt.wikipedia.org/wiki>. site utilizado para pesquisar nomes científicos. Acesso em 27 agosto 2012.

<sup>36</sup>É uma prática tradicional mantida pelos agricultores. No universo da agricultura familiar ela veicula o processo de transformação da mandioca sobre a égide da produção do produto-mercadoria que beneficia o grupo doméstico e o dono da casa de farinha na reprodução familiar (SILVEIRA, 2006, p. 2).

Como visto, nos dias atuais não existe nenhuma casa de farinha, mas segundo um dos entrevistados, ele mesmo ainda planta alguns pés de mandioca e faz roça em pequena área na propriedade que ele toma conta. Esse tipo de atividade é realizada, por um pequeno número de pessoas (umas 10 pessoas) que plantam culturas alimentares em pequenas áreas de propriedade da família, em áreas que tomam conta na condição de caseiros ou em áreas arrendadas localizadas no entorno do povoado.

Em se tratando do extrativismo da mangaba, para uma catadora entrevistada o uso da mangaba antigamente (até a década de 1950) era só para as necessidades da família, por isso eram preferidas as mangabas “de queda” ou “de caída” (frutos que caem naturalmente), utilizadas para fazer suco e comer com farinha. Entretanto, há aproximadamente 50 anos, os entrevistados indicam que algumas mulheres (mães e filhas, vizinhas) se juntaram e foram vender as frutas em feiras de municípios próximos. Elas se deslocavam a pé até o povoado Convento (situado a 9 km do Pontal) na véspera, dormiam lá e na manhã seguinte viajavam de caminhão até o local da feira.

Algumas catadoras de mangaba informam que só na década de 1990, um caminhão começou a entrar no Pontal, facilitando o deslocamento daqueles que comercializavam seus produtos, dentre os quais, a mangaba. Outras catadoras afirmam, entretanto, que a venda da fruta se generalizou com a vinda de compradores de fora naquela mesma década.

Em comum, elas afirmam que nas duas últimas décadas se intensificou o deslocamento das catadoras de mangaba para as feiras de municípios próximos. Ali, vendiam as frutas e compravam outros itens necessários ao consumo familiar, nos moldes também constatados no Pará por Fernandes (2011). Em paralelo, pessoas da comunidade também compravam mangaba umas das outras, inclusive catadoras, e comercializavam no próprio povoado aos denominados intermediários ou em feiras, sorveterias e restaurantes próximos.

Nas duas últimas décadas (1990/2000), entretanto, esta organização começa a ser pressionada com o corte das plantas para a utilização das áreas para a carcinicultura e instalação de infraestrutura turística, além do cercamento de propriedades, provocando reações dos proprietários do tipo ameaças de morte contra aqueles que dependem das mangabeiras.

Em 2010, durante uma das etapas desta pesquisa, registramos que a povoação ainda apresentava amplos campos conservados de mangabeira. Constatamos também que o Pontal é caracterizado como um lugar tipicamente extrativista, tanto pelos que ali habitam, quanto por autores que ao tema se dedicaram. As principais atividades são o extrativismo (vegetal e animal) por meio da pesca e da coleta de mangaba, moluscos e crustáceos (siri, caranguejo,

aratu, sururu, marisco e ostra). Pequenas áreas com agricultura alimentar existem dentro e no entorno do Pontal.

Em 2010, constatamos que o extrativismo da mangaba era praticado em áreas de acesso livre por todas as entrevistadas. Entre estas, cinco também coletavam em áreas pertencentes a suas famílias. Nas áreas de acesso livre, a gestão estava amparada nas regras consuetudinárias que no momento começavam a ser questionadas. Em nove áreas, as catadoras de mangaba seguiam os ditames dos proprietários.

Em todas estas situações, entretanto, registramos tensões influenciadas pela desproporcionalidade entre o aumento do número de catadoras e a diminuição das plantas num contexto em que a comercialização é mais rentável pela concorrência entre os compradores locais e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Ademais, a mobilização das catadoras de mangaba no Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), em 2007, gerou medo nos proprietários quanto à possibilidade de perda das suas propriedades associada à proposta de instalação de uma reserva extrativista, que vem sendo discutida há dez anos na região. Recentemente foi intensificado o processo como resultado da visibilidade social das catadoras de mangaba nos últimos cinco anos. Todos estes aspectos têm provocado uma corrida para a coleta dos frutos, inclusive, de modo não usual, a exemplo de enviar as crianças sozinhas para retirar a maior quantidade possível. Algumas catadoras se queixam que esta prática tem influenciado na quebra dos galhos, no esgotamento das plantas e na diminuição da reprodução via frutos de caída.

Como exemplo dessa realidade, Mota et al. (2008)<sup>37</sup> destacam um diálogo entre catadoras sobre as preocupações com as mudanças nas áreas das mangabeiras:

O Pontal está sem mangaba [...]. As áreas cercadas estão crescendo. [...] Muitos atravessadores estão comprando mangaba verde por um preço muito baixo. Ocorre desperdício e quebra dos galhos das mangabeiras. Há uns anos atrás, as catadoras catavam a mangaba de queda. Hoje, não acham porque falta compreensão das catadoras. (A.S.S., catadora, 24 anos).

Tentando justificar o ato apresentado acima, outra catadora diz que elas coletam fruto verde pela necessidade de sobrevivência. Mas a primeira catadora retruca o pensamento da outra, não concordando e diz que:

Não é desculpa. Poderiam estar vendendo para a Conab, que só aceita mangaba de boa qualidade. As mangabas que a Conab recebe não são do Pontal, porque as mangabas já são de péssima qualidade. Assim, têm que catar na Bahia, que fica do outro lado do rio Real. (A.S.S., catadora, 24 anos).

<sup>37</sup> O diálogo entre as catadoras foi extraído do relatório Capacitação Solidária das Catadoras de Mangaba elaborado por Mota et al. (2008, p. 31).

Em decorrência da disputa por mais frutos, constatamos que umas quatro catadoras utilizam um barco para atravessar o rio Real<sup>38</sup> e vão catar mangaba em propriedades localizadas na Bahia, mesmo sendo áreas cercadas. Nessas ocasiões, elas saem de casa ainda de madrugada e só retornam no começo da tarde. Sair para outro Estado, mesmo que vizinho, é uma estratégia recente e tende a se intensificar com o aumento do número de proprietários que impede a coleta em suas propriedades nos seus estabelecimentos no Pontal.

### **3.3.1 As catadoras de mangaba no Pontal**

As catadoras de mangaba das quais tratamos nesta dissertação residem todas no Povoado Pontal e têm sido na última década, um grupo que despertou muito interesse de pesquisadores e aliados interessados na defesa de modos de vida culturalmente diferenciados associados à conservação dos recursos naturais.

Revisando a bibliografia pertinente, observamos que datam de 2003 os primeiros escritos que tratam especificamente das catadoras de mangaba do Pontal, consubstanciados em dois resumos publicados em um simpósio nacional. No primeiro, os autores mostravam a importância dos campos remanescentes de mangabeiras no Pontal e o papel dos moradores na sua conservação (SILVA JUNIOR; MOTA; GOMES; 2003). No segundo, analisavam as lógicas de reprodução social do grupo, que aliam a atividade do extrativismo da mangaba à coleta de produtos originários do manguezal, destacando os perfis individuais e familiares, aspectos socioeconômicos e identitários e a renda (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES; 2003).

Interessante observar que naquele momento inicial, muito embora os autores reconhecessem a predominância das mulheres na atividade, justificado pela possibilidade de revezamento entre a casa e o campo, eles utilizam, a denominação, catadores para se referir ao grupo como um todo. Entretanto, a partir dos estudos subsequentes, a denominação catadora de mangaba é absoluta nos escritos sobre o tema face à constatação de que esta era uma categoria de autodesignação mais frequentemente acionada pelas mulheres extrativista no Estado de Sergipe (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES; 2003). O consenso em torno do seu uso se deu no decorrer do I Encontro das Catadoras de Mangaba realizado em Aracaju em 2007<sup>39</sup>. Segundo registram Mota, Silva Junior, Schmitz (2011), ao serem questionadas em uma reunião que

---

<sup>38</sup> Elas se juntam com quem tem barco.

<sup>39</sup> Comunicação interpessoal da pesquisadora Dalva Mota, Embrapa Amazônia Oriental.

ocorrera no povoado Pontal em 2008 sobre o que é ser catadora de mangaba, algumas mulheres atribuíram às catadoras as seguintes características:

i) É quem vive da mangaba; ii) é quem conhece tudo da mangaba: a qualidade, o tempo, o estado; iii) é quem se reveza entre as mangabas e o mangue; iv) é quem cuida e preserva o pé de mangaba; v) é quem faz um trabalho duro, passa fome e passa sede; vi) é quem luta pelas mangabeiras e pelo acesso livre; vii) é quem corre dos donos do sítio, muitas vezes deixando lá os baldes (MOTA; SILVA JUNIOR; SCHMITZ; 2011, p. 115).

É importante destacar que nem todos os grupos que praticam o extrativismo da mangaba no Brasil se autodesignam da mesma forma, como também chama a atenção o fato de que eles têm práticas comuns e específicas na realização do extrativismo.

Se a denominação catadora de mangaba é utilizada em todo o Estado de Sergipe pelas mulheres extrativistas, o mesmo não ocorre em outras partes do Brasil, como indicado por Fernandes (2011) no seu estudo no nordeste paraense. Ali, a autora constatou que as mulheres se autodenominam *apanhadoras de mangaba*.

As diferentes classificações provavelmente estão também relacionadas às formas como as mulheres extrativistas coletam o fruto. No Nordeste brasileiro, as mulheres tanto *catam* do chão as mangabas, classificando esse fruto como mangaba *de caída* (MOTA et al., 2008), como as coletam nas árvores, classificando o fruto como mangaba *de vez*. As *apanhadoras de mangaba* estudadas por Fernandes (2011) tiram o fruto da árvore. Diferentes compreensões coexistem quanto à qualidade dos frutos nas duas situações.

No Nordeste, a mangaba *de caída* é a mais apreciada, considerada mais saborosa pelas extrativistas e pelos consumidores. No Norte, as *apanhadoras de mangaba* consideram que a mangaba do chão não é boa para o consumo, por já estar, acreditam, em processo de apodrecimento (MOTA et al., 2008).

### 3.3.1.1 Diferenças e semelhanças entre as catadoras de mangaba

Se as catadoras de mangaba do Pontal se definem como portadoras das sete características apontadas no tópico anterior sobre o que consideram ser catadora de mangaba, elas também se diferenciam localmente conforme evidenciaram as entrevistas.

Para umas, existem as catadoras da rua de cima e as da rua de baixo. Os locais de viver também estão relacionados ao que consideram ser comportamentos mais ou menos adequados ou, nas palavras de uma entrevistada, “mais ou menos discretos, educados” (A.S.S. 24 anos,

catadora). Esta diferença remete a duas outras que são as características das residências e das ruas. As primeiras são de taipa e outras de alvenaria. Já as segundas, se diferenciam por serem calçadas ou não, por estarem próximas ou longe do rio.

As catadoras de mangaba diferenciam-se, também, pelo tempo em que residem no povoado, conforme depoimentos delas. Algumas são nativas e outras chegaram em período mais recente, principalmente quem veio do Estado da Bahia no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990. Este tempo têm relação direta com os lugares de residência, porque os últimos a chegar obtiveram terrenos para a construção das suas casas em áreas consideradas menos privilegiadas em relação ao que é considerado o centro do povoado. Diferenciam-se ainda pelo conjunto de atividades que desenvolvem. Algumas vivem só do extrativismo vegetal e animal e outras prestam também serviços a terceiros.

Observamos também que as catadoras de mangaba se diferenciam quanto à participação no Movimento de Catadoras de Mangaba (MCM) e na Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba (ASCAMAI). No primeiro caso, participar não implica nenhum tipo de formalidade, mas de participação eventual em mobilizações, cursos. As que não aderem, explicitam que não acreditam que possam mudar a situação de pobreza em que vivem. No segundo caso, implica formalização e pagamento de mensalidade. Como a associação tinha sido recém-criada, a filiação ainda estava sendo realizada, inclusive a elaboração das carteirinhas para as associadas.

Foi através da formalização desta associação que o MCM conseguiu a aprovação de um projeto junto à Petrobras para trabalhar principalmente na capacitação das catadoras no beneficiamento de frutas, especificamente a mangaba. De um modo ou de outro, estas afiliações, tanto no MCM quanto na ASCAMAI, influenciam no acesso ao PAA que também privilegia dentre os seus critérios aquelas que pertencem a associações.

### 3.3.1.2 Perfil das catadoras

Em se tratando da origem das catadoras de mangaba entrevistadas no Pontal, 86% são sergipanas e 14% são baianas (Gráfico 1). Entre as primeiras, 77% nasceram no município de Indiaroba e as demais em outros municípios do Estado de Sergipe (Gráfico 2). Das que são de Indiaroba, 47% nasceram no Pontal e as outras nasceram nos povoados Riacho Fundo, Muriçoca, Gavião e Prainha. Chama a atenção em todos os casos, que os não originários do Pontal provêm de outras regiões litorâneas do sul de Sergipe e do norte da Bahia em busca de melhores condições de vida, casamento ou atraídos por parentes que ali residiam e que ofertavam um apoio aos que chegavam.

Gráfico 1 – Local de nascimento das catadoras

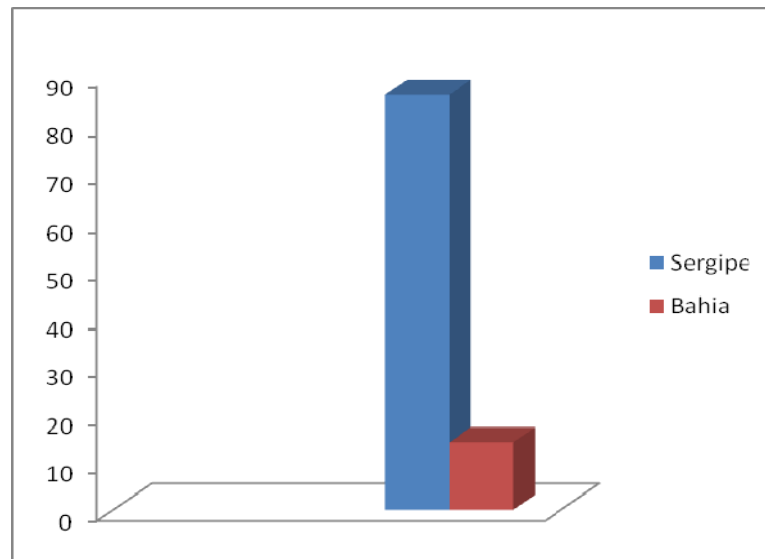
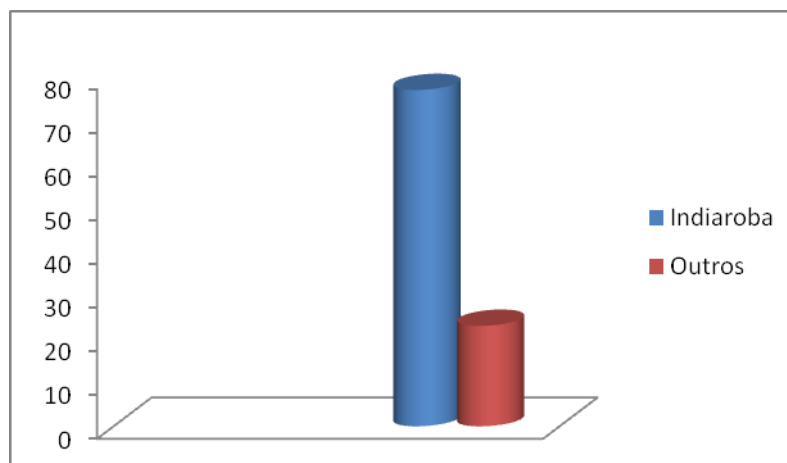


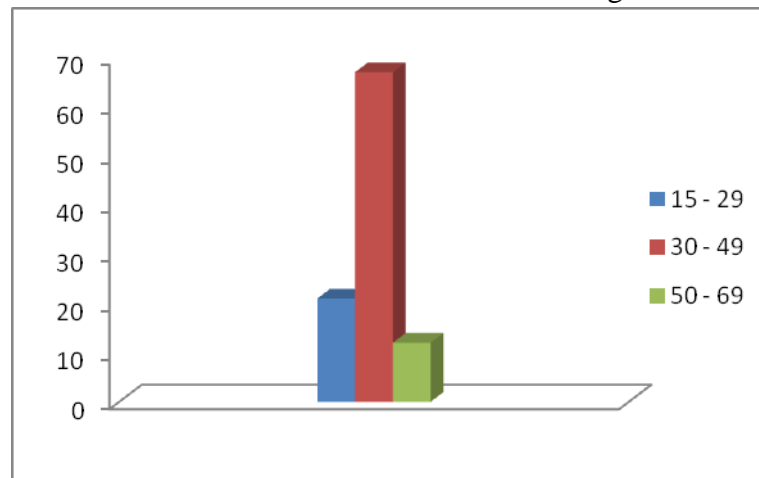
Gráfico 2 – Nascidas no Estado de Sergipe



As catadoras de mangaba têm idades variadas como já foi também constatado em outros estudos (MOTA et al., 2011). As suas idades variam de 15 a 69 anos. O intervalo que concentra o maior grupo de mulheres é a de 30 a 49 anos, totalizando 67%. Nos outros intervalos que representam 21% estão as mulheres de 15 a 29 anos e as mulheres de 50 a 69 anos correspondem a 12% do total entrevistado (Gráfico 3). Conclui-se também que a atividade é realizada por mulheres em diferentes idades na mesma família, tanto como parte do sistema de socialização para o trabalho como para aumentar a possibilidade de coleta.

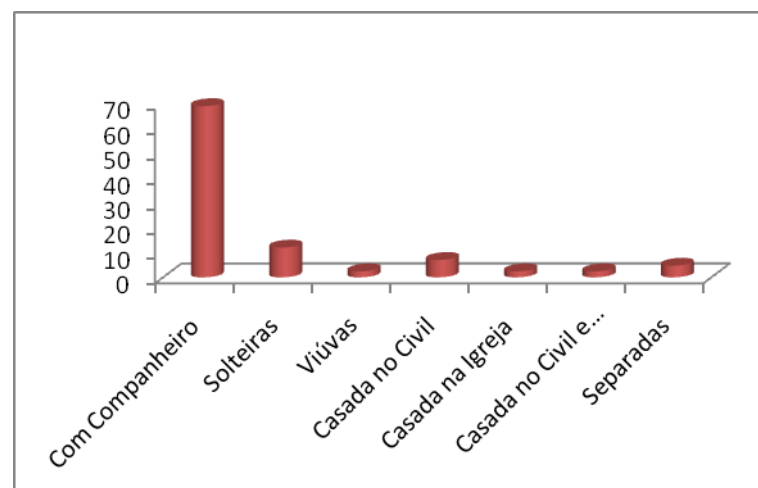


Gráfico 3 - Faixa Etária das Catadoras de mangaba



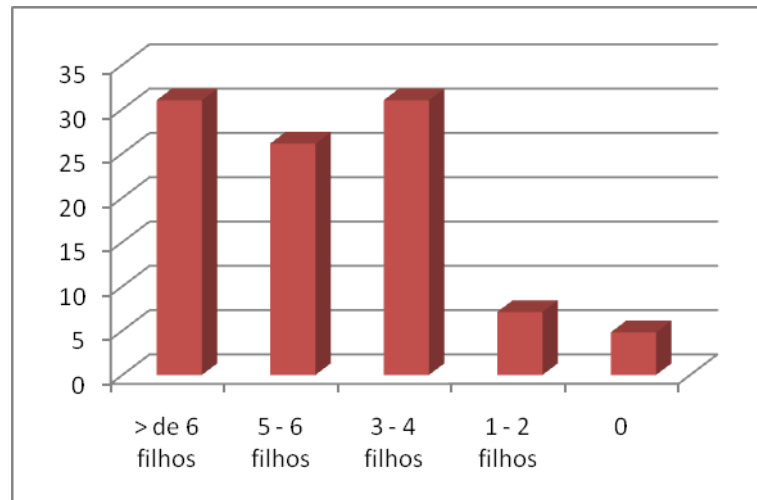
Quanto ao estado civil, 69,1% das catadoras de mangaba declararam que moram junto com os seus companheiros. As demais se dividem entre: solteiras (12%), viúvas (2,4%), casadas no civil (7%), casadas na igreja (2,4%), casadas no civil e na igreja (2,4%) e separadas (4,7%), conforme ilustrado no gráfico 4. Das mulheres que têm companheiros, 40,5% se consideram chefe de família, porque assumem sozinhas, a responsabilidade, pelos filhos, já que os homens saem frequentemente para trabalhar como assalariados na circunvizinhança em outras regiões do Estado.

Gráfico 4 – Estado Civil das Catadoras



Quanto ao número de filhos, 31% das entrevistadas têm mais de seis filhos. 26,1% têm de cinco a seis filhos, 31% têm de três a quatro filhos, 7,1% têm de um a dois filhos. As mulheres sem filho representam 4,8% do número total de mulheres entrevistadas (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Quantidade de filhos das catadoras



Observando os números, constata-se que predomina um número de filhos maior do que cinco. Concordamos com Woortmann e Woortmann (2002, p. 26) que “um maior número de filhos significaria mais pessoas contribuindo para a manutenção do domicílio”.

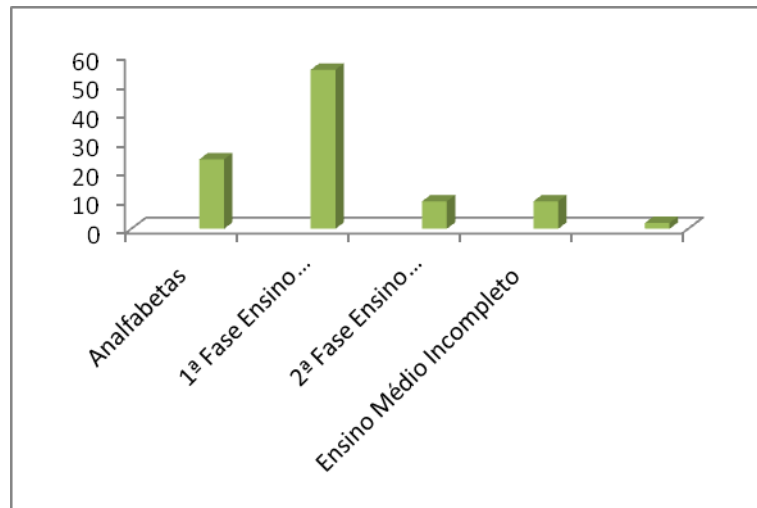
Um segundo aspecto é que as catadoras de mangaba apreciam compor os seus grupos domésticos tanto por meninas quanto por meninos. Nestes termos, mais uma vez recorreremos aos autores para analisar:

[...] composição do grupo doméstico não tem apenas uma dimensão quantitativa, mas também qualitativa, relacionada a padrões de hierarquia e de divisão de trabalho definidos pela ideologia de gênero. Assim, não se tratava apenas da quantidade de filhos em diferentes idades ao longo do ciclo de desenvolvimento, mas também dos números de filhos e de filhas. É possível pensar uma composição ótima do grupo doméstico relativa ao sexo de seus membros. De fato, uma família pode ter muitos filhos e poucas filhas, ou vice-versa. No limite, poderia ter apenas filhas ou apenas filhos. Mas o grupo doméstico precisa tanto de uns como de outros (WOORTMANN e WOORTMANN, 2002, p.26).

O fato de ter muitos filhos tem sido considerado no Pontal como uma vantagem na concorrência e disputa na coleta das frutas, porque os grupos domésticos com mais membros são os que conseguem coletar mais frutos. Foi constatado esse dado durante nossa participação em uma reunião convocada por uma liderança para informar sobre o repasse dos recursos referentes à comercialização da mangaba no PAA. Ao informar os valores que cada uma iria receber, percebemos que os valores variavam de R\$ 150,00 a R\$ 600,00. Das vinte mulheres que entregaram a fruta, seis foram responsáveis pela maior quantidade da coleta. Ao indagar a liderança, porque as mais idosas entregavam mais, o mesmo respondeu que “é porque elas têm maior número de membros catando com elas” (T. M., líder comunitário, 25 anos)

Quanto à escolaridade<sup>40</sup> das catadoras de mangaba, 24% se reconhecem como analfabetas, 55% estudaram a 1ª fase do ensino fundamental, 9,5% estudaram até a 2ª fase do ensino fundamental, 9,5% cursam o ensino médio e 2% têm nível superior incompleto. Entre as analfabetas duas estão no Programa Sergipe Alfabetizado<sup>41</sup> (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Grau de escolaridade das catadoras



Uma das catadoras que se reconhece como analfabeta, expressou que “a escola que minha mãe botou foi o manguê e a roça” (M. J. C., catadora, mais de 60 anos), mostrando o papel da iniciação precoce no trabalho, mas também chamando a atenção para a falta de possibilidade pelo fato de que não existiam escolas localmente. Uma das moradoras mais antigas do povoado afirmou: “nem moça, nem rapaz, nem nada, era tudo analfabeto, que num sabia. Depois que ela [*a primeira professora*] chegou foi que começou a ensinar” (E. S., proprietária de sítio, 78 anos).

### 3.3.1.3 As atividades e fontes de renda das catadoras de mangaba

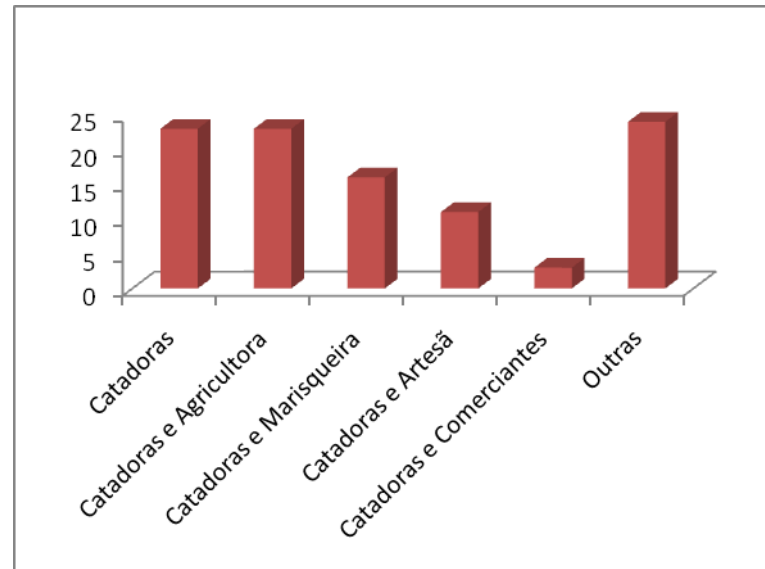
A combinação de atividades é frequente entre as catadoras de mangaba no Pontal assim como em outros municípios do Estado de Sergipe. Conforme constatado por Mota et al., (2011), 23% das catadoras entrevistadas em Pontal se identificaram como catadoras; 23% como catadora e agricultora, 16% como catadora e marisqueira, 11% como catadora e artesã; 3%

<sup>40</sup> Para analisar o grau de escolaridade consideramos as informações do MEC quanto a nova estrutura do ensino fundamental. A nomenclatura indica pelo CNE para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental: O Ensino Fundamental I- anos iniciais - vai do 1º ano ao 5º ano. O Ensino Fundamental II- anos finais - vai do 6º ao 9º ano. site: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/9anosrelat.pdf>. Acesso em 01 dezembro 2010.

<sup>41</sup> Sergipe Alfabetizado é um programa do governo estadual para alfabetizar jovens e adultos.

como catadora e comerciante (Gráfico 7), enquanto 24% se apresentaram, como catadora, professora, aposentada, caseira, além de outras atividades.

Gráfico 7 – Atividades e fontes de renda



No Pontal, constatamos que existem aquelas que além de coletar mangaba vão para o mangue, se assalariam temporariamente, vendem cocadas, compram e revendem mangaba, dentre outras atividades. Outras ainda estudam, prestam serviços públicos, participam e representam sua categoria nos espaços públicos. A situação aqui relatada também foi percebida no trabalho de Dantas (2010) ao analisar a vida dessas mulheres como marisqueiras:

As tarefas das mulheres são bem maiores, pois não ficam esperando pela pescaria do companheiro: vão à luta, catam mangaba quando está na época, fazem e vendem cocada, catam os mariscos, fazem moqueca de aratu e colocam numa palha, na folha de patioba, amarrando-as em forma de trouxa. São vendidas aos turistas e nas feiras de Indiaroba e Estância, em Sergipe. Também para complementar o orçamento familiar, as mulheres do Pontal e Terra Caída prestam serviços domésticos aos veranistas (DANTAS, 2010, p. 6).

Em se tratando dos números, entre as quarenta e duas mulheres entrevistadas, 92% se autodenominam catadoras de mangaba e marisqueiras, simultaneamente. Ou seja, coletam mariscos para o consumo da família e/ou venda a intermediários que ali chegam ou nas feiras próximas. A dobradinha *mangaba/mangue* permite um equilíbrio no atendimento às necessidades da família em diferentes épocas. Além das atividades de coleta, são as mulheres responsáveis por todas as atividades associadas ao espaço doméstico, tais como o cuidado com os filhos, idosos, alimentação etc.

As diferentes atividades são organizadas de modo a permitir a disponibilidade de recursos ao longo do tempo. O marisco é coletado durante todo o ano possibilitando a compra

de gêneros de primeira necessidade. Já os recursos advindos da venda da mangaba na safra nos meses de novembro-fevereiro (chamada safra de verão) e maio-julho (safra de inverno) se destinam á compra de roupas, calçados, material escolar, eletrodoméstico etc. Isto não significa que estes recursos não sejam utilizados também para a aquisição de alimentos no caso de maiores necessidades.

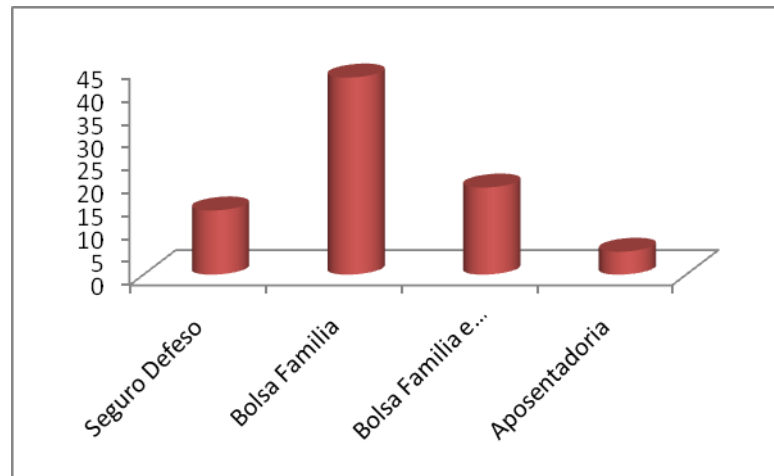
Para enfrentar o período da entressafra da mangaba, do defeso e da escassez de marisco, essas mulheres desenvolvem outras atividades como: doceira, vendedora, diarista, funcionária pública (contratos temporários). Estas atividades são desenvolvidas no período em que a coleta está mais difícil e destinam-se primordialmente para complementar a renda familiar. O equilíbrio entre as despesas cotidianas e as eventuais foi enfatizado por Fernandes (2011) na sua pesquisa que se refere às extrativistas de mangaba no nordeste Paraense, mostrando a dinâmica de articulação do extrativismo com as outras atividades.

Enfim, pode-se considerar que a diversidade de atividades no tempo e no espaço conforma umas das características essenciais na condição de ser catadora de mangaba. E esse ser, faz parte de:

um grupo que apresenta um vasto conhecimento sobre as áreas extrativistas, no qual identificam particularidades do ecossistema, como tipo do solo, vegetação (desenvolvimento e fenologia, em particular da mangabeira) animais etc. A percepção e uso de outros recursos vegetais no entorno das mangabeiras têm uma grande importância já que equilibra a ação no uso dos recursos e viabiliza a conservação, variando de intensidade de acordo com a utilidade e disponibilidade do mesmo (SANTOS, 2007, p. 88).

No tocante à participação em políticas públicas, entre as quarenta e duas entrevistadas, 19% das catadoras de mangaba recebem seguro defeso (seguro desemprego do pescador artesanal) e bolsa família; 14% recebem apenas o seguro defeso, 43% recebem só a bolsa família, enquanto 5% são aposentadas (Gráfico 8). Do restante, 19% não recebem no momento nenhum benefício. Pelo que percebemos diante das informações, dezoito entrevistadas recebem bolsa família, enquanto um terço recebe só o defeso. E quanto a esse último, as catadoras têm enfrentado muitas discussões com os dirigentes das colônias de pescadores quanto a elas terem direito ao benefício.

Gráfico 8 – Programa de assistência do Governo Federal



#### 3.3.1.4 O acesso às plantas

Grupos de mulheres extrativistas têm acessos diferenciados aos recursos no Brasil. Em estudo realizado no município sergipano de Barra dos Coqueiros, Santos (2007, p. 50) constatou que de modo geral as formas de acesso das catadoras de mangaba aos remanescentes de mangabeiras dava-se de quatro formas: em terras próprias (3%), sistema de meia (25%), acesso livre em áreas comunais (39%) e em áreas privadas sem necessidade de pedir permissão (33%). Também discutindo as formas de acesso das catadoras às mangabeiras no Estado de Sergipe, Mota et al., (2011) identificaram que:

As catadoras de mangaba têm acesso às plantas, nas quais praticam o extrativismo através de quatro formas: i) em áreas de acesso livre, que podem ser áreas privadas abandonadas ou do Estado (devolutas); ii) em pequenos, grandes e médios estabelecimentos privados mediante a permissão condicionada a vínculos de amizade, conhecimento ou parentesco; iii) em pequenos estabelecimentos herdados de parentes no qual vivem com a família; iv) e em pequenos, médios e grandes estabelecimentos privados mediante compra ou outros acordos (parceria, meia) que incluem pagamento” ( Mota et al., 2011, p. 22) .

Segundo informam os autores, é muito frequente que estas diferentes formas de acesso sejam simultâneas e não excludentes. Sobre o mesmo tema, mas estudando as mulheres extrativistas no Pará, Fernandes (2011) constatou que todas elas tinham acesso livre aos recursos nos quais praticavam o extrativismo.

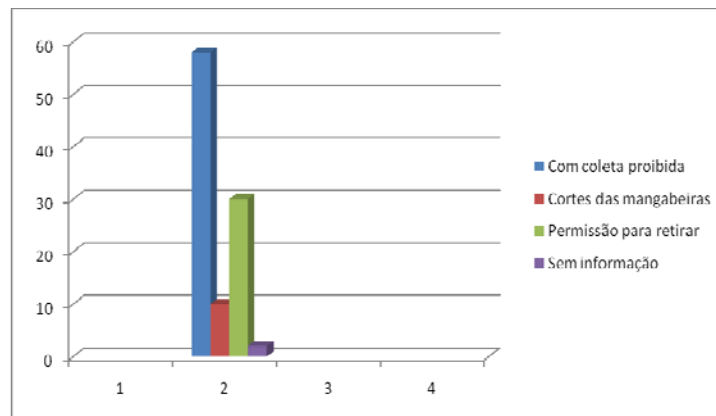
No decorrer do nosso acompanhamento às diferentes atividades envolvendo as catadoras de mangaba nos últimos anos em Sergipe, constatamos nos depoimentos delas que mudanças importantes estão acontecendo diariamente quanto às formas de acesso aos recursos. É crescente a diminuição do acesso, principalmente em decorrência de novas atividades e

iniciativas de políticas públicas que implicam no corte das plantas (estradas, pontes, carcinicultura, agricultura, infraestruturas turísticas, casas de veraneio). Como temos afirmado, este processo foi intensificado após a mobilização das catadoras e a conquista de políticas públicas específicas para elas. Assim, por um lado, o reconhecimento delas como sujeito de direitos específicos é visível<sup>42</sup>, mas por outro se fecha o acesso aos recursos naturais dos quais dependem localmente para continuar vivendo a condição de catadoras de mangaba.

Foi neste contexto de tensão entre o reconhecimento do direito e a prática, que constatamos no Pontal a situação do acesso aos recursos naturais pelas catadoras de mangaba.

De trinta e um estabelecimentos com mangabeiras identificadas por entrevistados como situadas na área do Pontal, a entrada das catadoras para a coleta está proibida em 58% delas, inclusive com ameaças de violência física em quatro delas. Em 29% dos estabelecimentos, a entrada é permitida mediante acordos. Em 10% delas, as mangabeiras foram cortadas em 2010 para evitar a entrada das catadoras ou para desenvolver outra atividade. Em 3% dos estabelecimentos não foi obtida a informação (Gráfico 9). Ademais, existe uma área privada onde o acesso livre se dá mediante o consentimento da sua proprietária.

Gráfico 9 – Área de tensão entre proprietários e catadoras



Segundo a revisão da literatura disponível até 2003, o acesso aos estabelecimentos no Pontal era considerado “um direito de todos” pelas catadoras, apesar da insatisfação e interdição de alguns proprietários e das diferentes estratégias das catadoras para lidar com estas situações e burlar as proibições (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES, 2003; SILVA JÚNIOR; MOTA; GOMES, 2003). Nos últimos anos, há maior intensidade da interdição e o investimento ostensivo dos proprietários em fazer valer a proibição, inclusive com vigilância armada, porque

<sup>42</sup> O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibilizou para consulta pública o Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais Específicos. Neste documento constam as catadoras de mangaba. Interessados podem consultar:

([<http://www.mds.gov.br/cgs/grupos\\_populacionais/>](http://www.mds.gov.br/cgs/**grupos_populacionais/)).

temem perder as terras em face da mobilização das catadoras e da possibilidade de demarcação de uma área de Reserva Extrativista (Resex).

No momento da pesquisa, 100% das entrevistadas coletavam mangaba em uma área de livre acesso. Ademais, 11% também coletavam nas áreas de propriedade de seus familiares, 9% coletavam em propriedades do Pontal mediante acordo<sup>43</sup> e 9,5% coletavam em áreas particulares no Pontal e no Estado da Bahia, às escondidas.

Não obstante a diversidade de formas de acesso aos recursos, um dos fatores limitantes é o do fechamento desses acessos, num momento em que a possibilidade de obter melhores preços se concretiza para as catadoras por meio do programa de políticas públicas tipo PAA e também da valorização do fruto nos mercados regionais. Conseqüentemente, as situações de conflitos se intensificam, tal como trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>43</sup> O acordo se dá quando elas catam de meia com o proprietário ou compram dele a fruta já catada.



## 4 CONFLITOS EM TORNO DO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Neste capítulo iremos analisar os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo, destacando quem são os atores envolvidos, suas estratégias para lidar com os conflitos e quais são os seus interesses. Com tal fim, realizamos uma revisão da literatura especificamente sobre os conflitos no extrativismo da mangaba no Brasil. Os dados primários aqui analisados foram obtidos através de entrevistas individuais e depoimentos em eventos dos envolvidos nos conflitos<sup>44</sup>.

Optamos pela descrição dos conflitos mais frequentemente identificados para mostrar as suas especificidades, agrupando-os em dois grandes tipos e classificando-os segundo o seu nível de intensidade e escalação conforme sugerido por Schmitz et al., (2011). Entendemos por intensidade os níveis em que se encontram os conflitos e que podem ser classificados como: i) baixo (quando existem alertas, ameaças indiretas entre os envolvidos); ii) médio (quando o confronto é aberto, as ameaças são diretas e existem agressões verbais e enfrentamentos); e iii) alto (quando existe violência física, ameaça de morte e assassinato). A escalação pode ser: i) local (no âmbito da comunidade/povoado); ii) regional (estadual ou interestadual); e iii) nacional (país).

### 4.1 CONFLITOS NO BRASIL

Em estudo comparativo sobre os conflitos em áreas remanescentes de mangabeira no Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN) e no Norte (PA) no período de 2003 a 2008, Schmitz et al. (2011) constataram diferentes tipos de conflitos em torno do acesso às plantas para a prática do extrativismo. Os autores tipificaram os conflitos em 4 tipos:

- Conflitos entre catadoras do Pontal/SE nas áreas de acesso comum que disputam os frutos em decorrência da diminuição de áreas de acesso livre;
- Conflitos entre as catadoras de diferentes povoados que se diferenciam em relação ao direito do acesso aos recursos que estão em torno dos seus lugares de moradia;
- Conflitos entre catadoras e atores externos no Nordeste e Norte do Brasil em decorrência das diferentes compreensões quanto ao direito de uso dos recursos;
- Conflitos entre catadoras e representantes de órgãos governamentais em decorrência das incompatibilidades entre as intervenções executadas e as práticas tradicionais dos que ali habitavam.

---

<sup>44</sup>Nomes fictícios foram atribuídos aos estabelecimentos e aos entrevistados para evitar identificação e garantir o anonimato.

Em comum, os conflitos têm a disputa pelos recursos pelos diferentes atores envolvidos. Entretanto, se diferenciam quanto à intensidade, escalação e atores envolvidos. Este estudo tem o mérito de ser o primeiro sobre o tema vindo a elucidar conflitos ainda não identificados pelos estudiosos no espaço rural. Ademais, chama a atenção para grupos que têm relação diferenciada com os recursos naturais e com as estruturas do, a exemplo dos indígenas e dos habitantes em áreas de conservação ambiental.

Em pesquisa realizada no município de Barra dos Coqueiros em Sergipe, Santos (2007, p. 74) observou conflitos em outra esfera: a da comercialização. Para ela, frente à valorização do produto, homens e mulheres disputavam o controle dos recursos e da comercialização. A autora não deixa de reconhecer que “há conflitos entre os donos de áreas e os que catam em áreas de livre acesso”. Mas também constatou que pessoas que coletam mangaba “invadem” áreas privadas, motivando de conflitos. Entretanto, a autora apenas cita estas constatações, mas não vai além, na sua análise pelo fato de a pesquisa estar focada no papel das mulheres na conservação dos recursos.

Neste mesmo município, nos últimos três anos, o conflito entre catadoras e o proprietário de uma área onde era praticado o acesso livre intensificou-se, culminando com iniciativas de desapropriação por parte dos órgãos responsáveis (iniciando o processo para criar uma resex) e, por outro, fechamento da área para as catadoras por meio de cercamento e de vigilância. Apesar da insatisfação delas, não houve nenhum tipo de reação organizada.

Outro estudo que cita conflitos é o de Pereira (2008). Muito embora o autor não trate dos conflitos em si, ele chama a atenção para um assentamento agroextrativista, onde os que não foram assentados, mas dependem do uso dos recursos extrativistas na área do projeto, temem que no futuro sejam proibidos de acessá-los. Entendemos com isso que mais uma vez a tônica de uma possível disputa são os recursos tradicionalmente utilizados, mas sob uma nova regulação. Recentemente, Fernandes (2011), estudando a autonomia das mulheres extrativistas de mangaba numa comunidade do município de Maracanã, no Estado do Pará, constatou a importância de um conflito ocorrido nos anos 80 nos seus discursos numa área denominada de Campo da Mangaba. Schmitz et al., (2008; 2010) também a identificaram e o descreveram. O acesso aos recursos tradicionalmente utilizados foi o cerne da disputa entre parte dos moradores e uma empresa de Belém, que pretendia ali plantar coqueiros. Lembranças quanto a este evento são frequentemente acionadas na memória dos que ali vivem e que o retratam como um marco na história do grupo pela vitória obtida por meio da expulsão da empresa.

Em se tratando do Pontal, apenas Schmitz et al. (2008), tratam das disputas ali instituídas entre: i) catadoras nas áreas de uso comum, ii) catadoras proprietários; e iii) catadoras de povoados vizinhos. Entretanto a descrição destes conflitos está por ser feita, desafio que propomos alcançar nesta dissertação.

#### 4.2 CONFLITOS NO POVOADO PONTAL

Na literatura revisada não há registro quanto aos conflitos em torno do extrativismo no Povoado Pontal até meados dos anos 2000, muito embora evidências orais indiquem que sempre houve algum tipo de tensão entre as catadoras de mangaba e os proprietários e/ou seus representantes por efeito da coleta dos frutos, particularmente pelas discordâncias quanto ao cuidado com as plantas.

Segundo as catadoras entrevistadas, as plantas são tratadas por elas “com zelo”, mas para os proprietários das terras as mangabeiras são maltratadas. Muito embora a discordância sobre o trato das plantas constituísse um dos conteúdos centrais nas relações entre os dois grupos, não se resumia só a isso, uma vez que, ocasionalmente, uma catadora ou alguém da sua família poderia prestar serviços ao proprietário, como também por ele receber atendimento numa ocasião de necessidade, conforme os ditames das “relações paternalistas” correntemente analisadas (ARRUTI, 2006).

Na última década, entretanto, este quadro sofre significativa alteração provocada pela diminuição e privatização das áreas com mangabeiras nativas em decorrência das ações de políticas públicas de infraestrutura turística (pontes e rodovias, com a consequente atração de cidadãos interessados em lotes para uma segunda residência) e produtiva (implantação de viveiros de camarão e agricultura) que dependem do corte das plantas. Segundo informações de entrevistados, foram destinados 15 ha para a carcinicultura e aproximadamente 140 ha para loteamentos (para construção de casas e para outros empreendimentos).

Recentemente, existe uma onda de insatisfação dos proprietários, quanto a inserção das catadoras no PAA, para o qual elas fazem venda regular dos frutos coletados nas áreas livres e de terceiros, como também por participarem de programas de políticas públicas que: i) garantem a recepção dos frutos a preços considerados remunerativos e; ii) estimulam o processamento dos frutos sob a forma de bombons, biscoitos, licor, como também o beneficiamento de polpa. Alguns proprietários questionam: “e vocês têm planta para querer fazer bombom com as frutas?” Ou então “quem nunca viu quem num tem as plantas viver vendendo os frutos?”.

Analisamos que o reconhecimento da existência das catadoras por pesquisadores, técnicos de órgãos públicos e pela sociedade sergipana certamente acirrou a rivalidade com os proprietários, que se sentem ameaçados de expropriação da discussão da implantação de uma Resex na região.

Segundo informam os entrevistados, só nos últimos oito anos as catadoras perderam o acesso a quatro importantes áreas onde praticavam o extrativismo por meio do acesso livre: duas foram destinadas à implantação de viveiros de camarão, uma para loteamento para a construção de casas e outros empreendimentos e outra para o cultivo de coqueiros.

Ademais, a valorização da terra em face da dotação de infraestruturas e diversificação das atividades, influenciou duas grandes tendências: i) muitos que detêm uma parcela de terra (pequenos, médios e grandes proprietários, catadoras com pequenas parcelas) delimitaram as áreas com cercas, rompendo a tradição do reconhecimento das mesmas com outros marcadores<sup>45</sup> como uma árvore, um caminho ou mesmo uma linha imaginária e; ii) diversificação das relações entre o dono da terra e as catadoras, havendo a diminuição do acesso livre, permissão mediante novas regras e/ou interdição ostensiva.

Diante das transformações no uso do espaço, notamos que existem indícios de “desestruturação de sistemas de acesso aos bens comuns a partir de normas de conduta partilhadas há anos” (MOTA e SANTOS, 2008, p.173) num contexto de maior valorização e escasseamento dos frutos. Paradoxalmente, mais pessoas se dedicam ao extrativismo pelos preços remunerativos e garantia de compra pelo PAA.

Logo, as disputas no extrativismo da mangaba vêm impulsionando a diversificação de arranjos para o acesso aos frutos e intensificando os conflitos. Para a análise, nos apoiamos teoricamente em Simmel (1983), compreendendo que os conflitos se dão através de relações estabelecidas uns com os outros, em torno do mesmo objeto de disputa, variável no tempo e no espaço. Como elemento de distinção dos conflitos, consideraremos o objeto da disputa, os atores envolvidos e as estratégias postas em prática para lidar com o mesmo.

Muito embora Simmel nos ofereça o arcabouço teórico fundamental para a análise dos conflitos nesta dissertação, consideramo-los como uma forma de associação que combina harmonia e discórdia (VANDENBERGHE, 2005) e também como fator de dissociação a depender da intensidade, escala ou causa, como observado nos conflitos intergrupais vivenciados pelas catadoras e intragrupal, proporcionados pelas ações e reações dos proprietários dos estabelecimentos. Por isto, segundo nossa leitura dos autores, o conflito é

---

<sup>45</sup> Os marcadores são elementos existentes no meio ambiente, que servem como indicação ou referência, em vez de colocar cercas, facilitando assim aos moradores o acesso às áreas de trabalho, à moradia etc.

associativo, porém influenciado por fatores dissociativos, tendo como intenção resolver “dualismos divergentes” e “tensões entre contrastes”, buscando a unidade na disputa pelo mesmo objeto. Para descrevê-los, tipificamos os conflitos em dois grandes grupos; a) entre as catadoras, os proprietários e ou responsáveis pelos respectivos estabelecimentos e b) entre as catadoras como demonstramos a seguir.

#### **4.2.1 Conflitos entre as catadoras e os proprietários e/ou responsáveis pelos estabelecimentos**

Os caseiros/proprietários fazem uso de diversas estratégias de coerção para impedir a cata da mangaba: ameaçar verbalmente, tomar o balde, humilhação pública etc. Da mesma forma, as catadoras investem em diversas estratégias para acessar as plantas e realizar a cata. As ações de ambos geram o conflito e ao mesmo tempo derivam do conflito.

##### 4.2.1.1 Taboquinha: Acesso livre às plantas no passado, mas interditado no presente

Esse conflito deriva da proibição de acesso às plantas em um estabelecimento agrícola onde as catadoras coletavam mangaba quando a área pertencia a outro dono até o começo dos anos 2000. Neste tipo de conflito estão envolvidos diretamente as catadoras e um caseiro. Indiretamente, o dono do estabelecimento. Eles vivenciam tensões quanto ao acesso às plantas.

De um total de 42 catadoras entrevistadas, 50% sabem da existência dos conflitos e destas, 10% vivenciaram diretamente situações de enfrentamento. Segundo Glasl (1997, citado por SCHMITZ et al., 2011), a existência de um conflito precisa ser sentido apenas por uma das partes para que o conflito seja considerado como existente.

O estabelecimento agrícola palco deste conflito situa-se na grande área do povoado, especificadamente nas proximidades do cemitério e da Rua da Mangabeira, ou seja, próximo das residências e com fácil acesso para todas as catadoras que ali residem. A área tem 6 ha ocupados com mangabeiras, mangueiras e coqueiros e pertence a um advogado de aproximadamente 55 anos que mora em Salvador, mas que frequentemente vai ao povoado, pois também tem uma casa lá. Uma catadora afirmou que o contato com este senhor é muito formal, pois ele não é da região, apenas comprou a terra de uma pessoa do povoado em 2003 e não permite a entrada de ninguém. Segundo as entrevistadas, quando este estabelecimento agrícola era de uma pessoa do Pontal, as catadoras coletavam mangaba nessa área, não havia cerca e o acesso era permitido para todas.

Interessante observar que as catadoras entrevistadas fazem um contraponto entre um proprietário do lugar e um de fora como estando associados a interações distintas com elas para a prática do extrativismo. Os primeiros, segundo informam, permitiam com mais facilidade o acesso às plantas. Os de fora, proibem e são considerados formais e frios por não terem contatos locais e por não pertencer àquela rede de interconhecimento. O pertencimento à rede social local é importante marcador do ser do lugar ou de fora.

Mesmo que ele seja de fora, as relações de conflito se estabelecem a partir do contato das catadoras com o caseiro que, na ocasião da pesquisa, administrava o estabelecimento e morava no Pontal. Ou seja, com alguém que é do lugar, mas que cumpre ordens que “não são de sua própria vontade” como veremos mais adiante no relato de um acontecimento. Analisando este fato, consideramos que há um argumento para reforçar os laços preexistentes mesmo que as condições objetivas tenham mudado e alguns dos considerados próximos, vizinhos e conhecidos assumam novos papéis, a exemplo da repressão ao extrativismo.

Segundo os entrevistados, há pouco tempo parte da cerca de arame farpado do estabelecimento Taboquinha caiu. Mesmo assim, ninguém deve entrar, porque o caseiro está sempre vigiando a área, além dos vários “recados” de proibição de entrada que são do conhecimento de todos. Ou seja, um dos símbolos da possibilidade de entrada (inexistência de cerca) entra em questionamento e novos códigos são postos em prática como a divulgação oral de proibição de entrada cujo intuito é amedrontar e evitar confrontos pessoais<sup>46</sup>.

Todos os entrevistados que indicam a existência do conflito afirmam que o motivo central é a proibição do acesso às plantas para a coleta da mangaba após a valorização dos frutos no mercado local. Analisamos que a valorização é apenas um dos motivos, talvez o mais aparente. Após quase dez anos de mobilização das catadoras ainda em pequenos grupos, o contexto atual é de venda organizada do fruto para um programa de política pública (PAA) por mulheres que recentemente foram legalmente reconhecidas como um grupo culturalmente diferenciado (Lei nº 7.082 de 16/12/2010)<sup>47</sup> e nacionalmente pertencem ao segmento dos denominados povos e comunidades tradicionais, inclusive com participação regular na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) e nos debates que ocorrem em 2008 sobre a implantação de uma Resex<sup>48</sup>.

---

<sup>46</sup> Evitar agressões físicas.

<sup>47</sup> Esta lei se refere ao reconhecimento das catadoras de mangaba como grupo cultural diferenciado e estabelece o auto-reconhecimento como critério do direito. Foi publicada no Diário Oficial de nº 26138 no dia 17/12/2010.

<sup>48</sup> Há quase dez anos o debate vinha se dando inclusive com o envio ao IBAMA de abaixo-assinados por pescadores, catadores e marisqueiras solicitando a criação da RESEX no Litoral Sul do Estado. Porém houve resistência de políticos da região por serem proprietários de terra na área de interesse para a implantação da Unidade de Conservação e as ações foram suspensas. Mas houve uma retomada de interesses em 2008 quando

A situação de reconhecimento das catadoras tem gerado reações diversas nos proprietários de terras, inclusive com ações de impedimento da coleta rompendo regras em uso há décadas como era o acesso livre nas suas áreas conforme constatado em 2003: “Todas as áreas são privadas e pertencem a proprietários que têm algum tipo de vínculo com a população local. Entretanto, o acesso a essas áreas é um direito de todos, sem que haja conflitos explícitos” (SILVA JUNIOR et al., 2003, p. 3). Registram-se recentemente casos em que as áreas cercadas só são disponibilizadas para a coleta mediante negociações através do sistema de meia e compra de frutas.

Todas estas iniciativas questionam uma antiga noção de que o extrativismo era uma atividade ocasional e com pouca inserção no mercado e desenvolvido a partir de relações de favor e de dependência sem nenhum tipo de ameaça ao sistema vigente. Ademais, os proprietários entrevistados temem perder as suas terras mediante a mobilização das catadoras e o consequente reconhecimento delas como sujeito de direito que explicita a persistência em ter acesso aos recursos naturais. Para Chauí (2002, p. 334), “isto significa que os cidadãos são sujeitos de direitos e que onde não existam tais direitos, nem estejam garantidos, tem-se o direito de lutar por eles e exigi-los”. E conforme Shiraishi Neto (2007), “os indivíduos não são meros objetos, mas sim *sujeitos de direitos*” (p. 35).

Neste conflito, o que está em disputa entre as catadoras e o caseiro no estabelecimento é o acesso às mangabeiras. De modo imediato, a questão da discórdia é o impedimento do acesso feito por um morador local que se comporta como se fosse dono do estabelecimento. Parece ser agressivo, para as catadoras entrevistadas, as reações dele em defesa do estabelecimento, sendo ele um pescador, alguém do local e em tese um igual.

Outro conteúdo da discórdia são as acusações de “ladras” em virtude daquelas que são pelas próprias catadoras consideradas como as “mais ousadas”<sup>49</sup> (quatro catadoras) por entrarem no estabelecimento nos horários que percebem a ausência do caseiro no período da safra. Como já destacado na literatura anteriormente, diante da interdição das áreas que contém mangabeiras:

Muitas delas, entretanto, optaram por não se opor abertamente, mas colocar em prática iniciativas individuais e sorrateiras de resistência através do corte de cercas e da coleta de frutas no período noturno ou quando não há ninguém no estabelecimento ou quando quem toma conta está fazendo outra coisa naquelas áreas sujeitas a proibição pelos seus denominados proprietários (MOTA et al., 2009, p. 4).

---

durante momento de Capacitação das Catadoras no Pontal representantes do IBAMA e ICMBio reapresentaram a proposta como também durante o II Encontro Estadual das Catadoras em 2009. Já em 2011 no governo Dilma, o debate foi reaberto com a priorização daquela área. Os trâmites estão correndo nos órgãos competentes.

<sup>49</sup>Ousadia como um misto de coragem, necessidade e reconhecimento do próprio direito.

No caso em análise, quatro das catadoras entrevistadas afirmaram que em algumas situações foram tomadas de surpresa quando encontraram o próprio dono ou o caseiro. Uma das estratégias do caseiro é ficar escondido nas mangabeiras, armado, observando a entrada de alguma catadora. Segundo uma entrevistada, “ele fica o tempo todo na área, sobe nas mangabeiras para vigiar, quer chova quer faça sol” (E. M., catadora, 27 anos).

Esta opinião é reforçada por outra catadora para quem, “o caseiro fica atrepado na mangabeira para vigiar. Fica armado com revólver. A gente vai catar porque precisa. O castigo vem depois. Não somos do mal. A gente cata também em noite de lua e nos dias de chuva” (R.S., catadora, 37 anos).

Em reação, as catadoras informam que vão observando os horários em que não há ninguém na área e entram. Tanto pode ser durante o dia quanto à noite. O período que elas mais arriscam é no auge da safra de verão quando há maior disponibilidade de frutos.

Segundo R.S., (37 anos, catadora), uma das catadoras entrevistadas, durante a safra de verão de 2008/2009, ela estava na área com o seu filho e outra pessoa amiga para coletar mangaba. Num determinado momento, eles avistaram o caseiro se aproximar, correram e a deixaram sozinha. A catadora reconstruiu o diálogo que teve com o caseiro naquele momento:

**Caseiro:** Já disse a vocês que não quero ninguém aqui dentro. Não sou eu não, é o dono que não quer.

**Catadora:** Você sabe o que acontece com quem é cabueta<sup>50</sup>? O senhor é muito puxa-saco<sup>51</sup>. (Ele se dirigiu para ela e tomou os dois baldes cheios de mangaba)

**Caseiro:** Se quiser vá buscar lá em casa!

**Catadora:** Toda vez que eu lembrava, começava a chorar. Então pensei: Não vou dar o gostinho a ele e fui a casa do caseiro buscar os baldes com as frutas. Quando cheguei na frente da casa dele percebi que tinha tanta gente na porta.....Aí ele aproveitando a presença de varias pessoas falou:

**Caseiro:** Eu cheguei e estava essa lá, tirando no sítio dos outros.

**Mulher do caseiro** (querendo amenizar a situação falou): Não é não nega, é porque o dono não quer que ninguém entre no sítio. E quem ele pegasse ia pagar por todos.

**Catadora:** Eu não estava na área não, é porque eu estava tirando no sítio vizinho e ia caindo na outra área.

---

<sup>50</sup>Cabueta na linguagem popular é uma pessoa fofoqueira, bajuladora, puxa-saco dos outros. Outras informações sobre a palavra é que algumas pessoas pronunciam *alcagüete*, *caguêta*, *cagueta etc.*, que também quer dizer *dedo-duro*. Disponível em: <http://nossalinguaportuguesa.com.br/dicionario/alcaguete/>. Acesso em: 10 de outubro 2012.

<sup>51</sup>Bajulador.



**Caseiro:** É, dessa vez eu vou deixar prá lá, de outra não tem pedido.

**Catadora:** quando saí de lá estava morrendo de vergonha que nem olhei para trás. Eu queria andar rápido, mas não conseguia de tão nervosa que estava.

O diálogo reconstituído pela catadora entrevistada nos permite analisar relações que têm sido estabelecidas entre pessoas que partilham uma vida social, mas que se distinguem por terem diferentes posições numa dada conjuntura. A atitude do caseiro ao tomar os frutos e condicionar a entrega na sua casa e na presença de outras pessoas (provavelmente por ele mobilizadas) assume caráter de demonstração de força, de exemplo para inibir a entrada no estabelecimento pelas demais em face de situação de humilhação que poderá ser sofrida por aqueles que desrespeitarem a ordem.

Ao mesmo tempo, a esposa do caseiro livra-o dessa responsabilidade afirmando que apenas seguem ordens, tenta suavizar a situação. Ou seja, as atitudes do casal corroboram tanto para manter uma ordem imposta por um ator externo (o dono do estabelecimento) como para manter as relações tecidas localmente entre os que se conhecem. Em uma ou outra, a interdição do acesso é defendida.

Outras situações de enfrentamento na propriedade Taboquinha também são relatadas localmente por R. S. (37 anos, catadora), quando nos contou que o seu cunhado, aproveitando um momento de ausência ou ocupação do caseiro, coletou mangaba naquele mesmo estabelecimento. Quando o caseiro o avistou, se aproximou e tomou os baldes cheios de mangabas. Mas o rapaz se sentindo desrespeitado foi em casa, pegou um facão e foi buscar os baldes apreendidos na casa do caseiro. E no final conseguiu trazê-los de volta.

Na comunidade em geral, outras estratégias são postas em prática tanto pelas catadoras quanto pelo caseiro como é o caso da desvalorização recíproca através de boatos. As catadoras comentam as atitudes do caseiro, em diferentes espaços e grupos, denominando-as de agressivas, violentas e inadequadas, por defender um bem que não é dele. Entendemos que esta crítica ampara-se em compreensões partilhadas pela maioria das catadoras de que as plantas pertencem a todos e que o ir e vir, naquele território, é um direito historicamente conquistado. Assim, o caseiro é a representação de uma negação instituída por um agente externo.

Ele anuncia em pequenos grupos no povoado que galhos das mangabeiras são quebrados por catadoras que entram com seus filhos sem permissão e que também desperdiçam muito deixando frutos verdes no chão. Em reação, as catadoras o acusam de dificultar o acesso delas às mangabeiras, de negar a entrada delas em uma área que não é dele.

Nos dois casos, os boatos cumprem o papel de formar as opiniões, os medos e o pensamento de cada uma das partes em relação a uma situação considerada delicada, tensa.

Parece ser um modo indireto de dialogar com menor tensão porque é via terceiros. Não há um enfrentamento direto das partes.

Ainda em relação ao papel do caseiro na repressão à entrada na propriedade, uma catadora afirma que ele age como “se ele fosse dono” (R. S. catadora, 37 anos). Para esta entrevistada o fato de ser dono daria direito ao empecilho. Esta não é uma compreensão partilhada por todas, uma vez que para a maioria as árvores não têm dono porque não foram plantadas por ninguém. Compreensão semelhante foi analisada por Cardoso (2008,) na assertiva de que “alguém somente pode dizer que é seu algo dado pela natureza, com sua intervenção, quando ele planta, cultiva, ou seja, quando existe a expressão do trabalho” (p. 111).

Analisamos que pelas características apresentadas, o conflito no estabelecimento Taboquinha é de intensidade média, porque envolve confronto aberto no estabelecimento e ameaças diretas com agressões verbais. Em relação à escalação é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade. Entretanto, o seu conteúdo fomenta as ações desenvolvidas pelas catadoras estadual e nacionalmente.

4.2.1.2 Estabelecimento Maravilha (Área particular). Antes aberta e hoje cercada e proibida para a coleta.

A proibição da coleta no estabelecimento Maravilha originou um conflito que gira em torno de acusações e disputas entre catadoras e caseiro. O caseiro cuida dessa área e proíbe a entrada de qualquer pessoa, mas ele mesmo coleta mangaba nas áreas de acesso livre. Segundo algumas catadoras entrevistadas ele é mais um para disputar as frutas quando, segundo elas compreendem, ele deveria só catar na área que toma conta.

Segundo informações fornecidas pelo próprio caseiro e uma liderança local, a propriedade de 4 ha pertence há 20 anos à família do dono de um cartório localizado na sede de um município vizinho. Esta área fica na beira do mangue, numa extremidade do povoado. Segundo o caseiro, quem esporadicamente vai ao Pontal, é um dos filhos do proprietário com idade de 30 anos que além de trabalhar no cartório é vereador. Porém, este só vai visitar alguns conhecidos, mas não entra em contato com o caseiro para saber como está a propriedade.

Portanto, segundo o caseiro, ninguém da família proprietária vai ao sítio, ficando o estabelecimento sob sua responsabilidade e de sua esposa há 10 anos. Com 69 anos de idade, é também pescador e nativo do povoado. Inclusive se considera posseiro desse imóvel e diz que todo o investimento de manutenção da área é ele quem faz. Antes, ele fazia roça, plantava

milho, mandioca, feijão etc., mas, segundo ele, “de dois anos para cá não dá mais para cuidar de roça, por causa da idade”. Nos dias de hoje quando quer fazer algum serviço na área, paga diária para alguém. Os tipos de cultivos existentes na propriedade são mangabeira, mangueira, cajueiro.

Um dos acordos entre ele e o dono do sítio no início do contrato, foi que o seu pagamento seria com a colheita dos frutos. Como observado em outras situações por Mota et al. (2005) as relações estabelecidas pelos proprietários com as pessoas do próprio povoado “normalmente desenvolvem-se em sistema de parceria, [...] em que compete ao mesmo cuidar das plantas, colher os frutos e vendê-los nos mercados mais próximos” (MOTA et al. 2005, p. 5).

Essa área fazia parte do bloco de áreas em aberto, apesar de que já tinha dono, mas a coleta era permitida. Porém, segundo informações do caseiro e de sua mulher, com a valorização da fruta, o crescimento da procura pelos cambistas<sup>52</sup> para a compra dos frutos e o aumento do número de catadores, a área foi cercada e o dono os contratou para vigiar e proibir a entrada de qualquer pessoa.

As entrevistadas não se referem ao caseiro como uma pessoa agressiva, mas ele foi firme em dizer: “eu não permito ninguém entrar na área” (J. C., 69 anos, caseiro). Apesar de nunca ter presenciado a coleta de mangaba na área pelas catadoras, ele não descarta a possibilidade de alguém coletar mangaba escondido, desrespeitando a proibição. No entanto, as catadoras, como nas outras áreas, observam o período das ausências do casal de caseiros no estabelecimento e entram para coletar. Portanto, não foi relatado e nem registrado nenhuma situação de confronto aberto, entre o caseiro e as catadoras. Mas nas falas de ambos os atores só acusações indiretas.

As acusações deste caseiro em relação às catadoras giraram em torno da discriminação com “os moradores das ruas de Baixo e da Mangabeira”. Para ele, o “povo da Rua da Mangabeira é quem cata mais” e “quase tudo dessa rua é de fora”, se referindo às pessoas como se estas fossem recém-chegadas no povoado. Ainda, segundo ele, “homem, mulher e criança cata, mas eu vejo mais mulher. Estes, cata de qualquer jeito, querem catar muito, por isso esbagaça, quebra os galho e derruba frutas verdes” (J. C., 69 anos, caseiro). E apesar dos alertas dos proprietários “o povo não liga”, relata o entrevistado.

Para as catadoras (umas quatro) que já coletaram escondido no estabelecimento Maravilha, a justificativa para esta iniciativa foi o fato de que nas áreas de acesso livre é muito

---

<sup>52</sup> Alguns dos entrevistados utilizaram esse termo se referindo a atravessadores, como também utilizam o termo comradeira.

grande a concorrência e quase não encontram mais frutos. Por isso, elas viveram o risco de entrar numa área cercada e proibida. Mas reconhecem que são poucas as mulheres que buscam essa alternativa. Por outro lado, elas se queixam daqueles que têm áreas particulares (herdeiros, famílias) que também vão coletar nas áreas de acesso livre.

O caseiro do estabelecimento Maravilha tanto se queixa das entradas escondidas de algumas catadoras, como da exclusão dele do processo de entrega das frutas no PAA. Ele acusa as lideranças das catadoras de não priorizarem os seus produtos. Segundo ele, em uma das vezes a sua entrega não foi considerada e ficou na beira da estrada.

O mesmo desistiu do projeto e continuou a vender a atravessadores. A reação do caseiro/catador durante entrevista quando perguntado sobre a desistência foi demonstrar pouco interesse em participar de espaços, de projetos coletivos. Alguns fatores que justificam são as alternativas econômicas que se lhe apresentam, ou seja, ele entrega as frutas na porta a atravessadores, enquanto se fosse vender para o PAA teria que transportar o produto até o local de entrega. Além dessas atividades ele é pescador, aposentado e ainda produz cocadas em casa. Boa parte das atividades realizadas é em conjunto com sua esposa.

Pela análise dos dados, afirmamos que no estabelecimento Maravilha o nível de intensidade do conflito é médio, pois o confronto é aberto. Porém existem alertas e ameaças indiretas do caseiro em relação à interdição da entrada das catadoras. Diferentemente dos demais, não se registram ameaças físicas. Do lado das catadoras, há insatisfações porque o caseiro além de ter área própria para realizar a coleta ainda disputa com elas as mangabas na única área em que todos têm acesso livre.

4.2.1.3 Floresta- Antes área de herdeiros com permissão de acesso, hoje de apenas um proprietário e com ameaça de morte para quem entrar.

O conflito acontece diretamente entre o caseiro do estabelecimento Floresta e as catadoras, mas a figura do proprietário, mesmo ausente em alguns momentos, causa temor e receio em decorrência das ameaças e proibições de acesso à área e, principalmente, por suas relações de poder na região com outros proprietários e políticos que não são considerados aliados por elas.

O estabelecimento Floresta tem 45 ha e está localizado nas imediações da Rua da Mangabeira. É uma área cercada e pertence ao atual proprietário há 15 anos. Além de mangabeira, tem coqueiro, muricizeiro, cajueiro. Atualmente o proprietário está investindo na plantação de amendoim e na construção de viveiros de peixe. É engenheiro civil, 60 anos de

idade e aposentado como sargento das Forças Armadas no Estado de Pernambuco. Além disso, possui uma construtora no Estado do Pará. Ele é nativo do Pontal, filho de membros das primeiras famílias que ali se estabeleceram. No entanto reside na cidade de Recife há 16 anos.

Até o ano de 2010, morando em Pernambuco, o proprietário vinha esporadicamente ao povoado. Então era o caseiro que coordenava todas as orientações determinadas pelo proprietário no que tange a tomar conta da área e as formas de se relacionar com as catadoras. Porém, a partir do final de 2010, o proprietário está mais frequentemente no povoado e no estabelecimento acompanhando o trabalho realizado pelo caseiro. Na sua ausência, o caseiro assume toda a responsabilidade pelo estabelecimento.

Segundo informam as entrevistadas e o proprietário, a sua presença mais constante no povoado é com a pretensão de realizar novos investimentos em suas áreas e ainda articular a criação de uma cooperativa com outros produtores da região para comercializar a mangaba. Esta ação aparentemente proporcionará um nível de concorrência desvantajoso para as catadoras tendo em vista que elas estão iniciando o beneficiamento da polpa da fruta.

A busca por novos investimentos pelo proprietário aqui citado está relacionada às transformações que vem ocorrendo na região através da “diversificação das atividades e a consequente valorização das terras” (MOTA et al. 2009, p. 3). As mudanças vêm despertando nos proprietários o interesse em investir em novos negócios ou reforçarem os empreendimentos existentes, tais como a carcinicultura, áreas de lazer e produção agrícola. Com isso, está havendo a redução das áreas para o extrativismo, fato que ameaça os modos de vida da população que sempre dependeu dessa atividade.

Este não é um acontecimento único na região. As ameaças sofridas por extrativistas no litoral norte baiano a partir de novos investimentos na década de 1990 foram destacadas por Andrade (2000):

A construção da Linha Verde (BA-099), a especulação imobiliária ocorrida ao longo desta via que corta a APA-LN<sup>53</sup>, aliadas à implementação de grandes empreendimentos turístico-hoteleiros, como o Costa de Sauípe, vem abrindo oportunidades de trabalho e renda para a população, mas, simultaneamente, vem desestruturando sistemas locais de produção social (p. 13).

O autor chama a atenção para as dificuldades e impedimentos que comunidades tradicionais enfrentam quanto à realização das:

---

<sup>53</sup>Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia.

Atividades agropecuárias tradicionais e de produção extrativa vegetal e animal. São pessoas que asseguram sua sobrevivência e reprodução mediante o trabalho autônomo relacionado ao uso, beneficiamento e/ou comercialização direta dos recursos naturais: pequena produção de coco, coleta de frutas, pesca, mariscagem, artesanato da palha de piaçava etc. A atividade artesanal da palha de piaçava, cuja matéria prima é abundante em toda a região da APA-LN, é responsável pela ocupação, sobretudo, de mulheres [...] (ANDRADE, 2000, p. 12-13).

No caso específico do Pontal, essas ações estão sendo motivadas pelas realizações de obras públicas nas imediações do povoado, a exemplo da construção de pontes e melhorias nas rodovias locais. Essas obras fazem parte de um projeto maior de investimentos públicos que interligará o litoral sul de Sergipe com o litoral norte da Bahia. As mudanças são destacadas como importantes, conforme depoimento do proprietário do estabelecimento Floresta durante a realização da entrevista: “Estou investindo muito em minha área, apesar de ter mais prejuízo do que lucro, mas percebo que em breve terei retorno. Quando terminar a construção da ponte e a pista, o povoado será beneficiado” (P.F., proprietário, 60 anos).

Neste contexto, caracterizamos o conflito no estabelecimento Floresta como um tipo de conflito, no qual os entrevistados indicam que o objeto de disputa entre os concorrentes são principalmente os frutos das mangabeiras, nas quais praticam o extrativismo há muitas décadas. No passado, quando o estabelecimento era de herdeiros, o acesso era permitido para todos. No presente, o seu proprietário ameaça de morte aquelas que ousarem entrar. “A ordem repassada para o caseiro é de atirar se encontrar alguém na área” afirmou uma entrevistada (E. M. S., catadora, 28 anos)

Assim, negociações são feitas para dividir os frutos da coleta. Constatamos que na safra de 2007/2008 apenas quatro catadoras negociaram a compra da mangaba com um outro caseiro que era nativo do povoado e que tinha uma boa relação com elas. Estas coletaram de meia; sendo uma caixa para elas e a outra para ele. Cada caixa pesando 30 kg. Fora desse momento de negociação, o caseiro ficava atento para as tentativas de entrada de pessoas estranhas no sítio. Em alguns momentos ele corria atrás das mulheres e das crianças. Se elas insistisse ele ameaçava atirar conforme ordem do dono.

Apesar da tensão estabelecida com esses caseiros, por serem da região, elas conseguiam ainda negociar a fruta. Parece contraditório que o caseiro, ao mesmo tempo, seja considerado “boa pessoa” quando se trata do acesso aos frutos na condição de meia, mas persiga catadoras e crianças que tentam coletar por iniciativa própria.

Esta mesma ambiguidade constatamos em relação ao proprietário que é nativo, mas considerado pelas catadoras muito formal, por causa do seu cargo nas forças armadas e seus relacionamentos políticos na região. Analisamos que a apreciação quanto ao ser nativo como

sinônimo de “gente boa” depende de como a pessoa se comporta em relação a permitir o acesso aos frutos.

Quando está no estabelecimento, o proprietário utiliza os frutos coletados pelo caseiro para o seu consumo doméstico, como também para a comercialização, ora negociando com as catadoras, ora permitindo que o caseiro realize a venda, que além de dividir entre eles, ainda utiliza como uma das formas de pagamento do caseiro. Uma das catadoras entrevistadas mais idosa informou que por muito tempo ela e suas filhas coletaram mangaba de meia naquele estabelecimento, como também compravam a fruta nessa propriedade. Hoje elas compram mangaba de outros proprietários.

Mesmo que haja negociação com algumas, 96% das entrevistadas afirmaram que escutam situações de ameaças. Do total das entrevistadas, apenas 4% demonstraram não ter conhecimento dos fatos, porém fez referência ao comportamento do proprietário no povoado.

Apesar de não ter sido relatado nenhuma situação de enfrentamento com o proprietário durante a pesquisa de campo, os moradores do povoado, e especificamente as catadoras, parecem temer o proprietário devido a sua posição nas forças armadas, o teor das ameaças e ao poder que elas lhe atribuem como influente politicamente. Segundo informam, este proprietário foi um dos responsáveis pela articulação do abaixo assinado contra a criação da Resex Litoral Sul em 2008. Sua alegação é que com a criação da reserva os proprietários perderiam suas terras. Para este, não só as catadoras, mas as pessoas do povoado, “são de baixa renda e têm muitos analfabetos, preguiçosos e desestimulados [...] as catadoras não têm como beneficiar as frutas e a produção é artesanal e ainda falta formação técnica para cuidar e armazenar os produtos (P.F., proprietário. 60 anos.)”. Porém, ele reconhece que “falta incentivo do governo para essa população”.

Atualmente o proprietário está propondo a criação de uma cooperativa de beneficiamento para vender polpa das frutas. Inclusive tem convidado também as catadoras para se associarem. Porém não é intenção das entrevistadas participarem da cooperativa dos proprietários e sim criarem a sua própria, principalmente agora que têm apoio da PETROBRAS<sup>54</sup> no desenvolvimento de um projeto de beneficiamento das frutas.

Além do cercamento, existem ordens severas de proibição ao acesso. Porém há uma rotatividade de caseiros na área. Durante o período da pesquisa, segundo os entrevistados, quatro pessoas já passaram pelo sítio, inclusive um dos últimos é pernambucano. Uma das

<sup>54</sup> A Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A é uma [empresa estatal](#) de [economia mista](#). É através do seu Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania que aprova projetos sociais. A Petrobras considera que essas áreas e públicos são campos potenciais para a produção de experiências que ajudem a melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Consulta ao site: <http://www.petrobras.com.br/pt/>. Acesso em 09 novembro 2011.

catadoras revelou em seu depoimento que os comentários é que ele não é um “bom sujeito” por causa da região de Pernambuco de onde ele veio.

Mesmo sabendo da proibição quanto a entrar no estabelecimento, as catadoras observam quando há alguém ou não nos finais de tarde ou nas noites de lua cheia. As catadoras sempre encontram um jeito para catar, inclusive enviando seus filhos para a coleta ou para observar a proximidade de alguém na área. E se não houver, elas entram e coletam mangaba porque para elas as plantas não são dos proprietários. A necessidade de coletar aparece com muita determinação no depoimento de mais uma catadora: “Quando não tenho dinheiro, invado os terrenos para catar” (D. S., 31 anos, catadora).

O acesso hoje é proibido, diferentemente Dos tempos passados quando elas tinham permissão de coletar. Segundo informam, o conflito existe porque houve mudanças nas relações outrora estabelecidas quando o acesso às plantas. Porém, diante dos novos investimentos realizados na área, a presença constante do caseiro e dono é constante.

Um fato relatado por uma catadora foi que há dois anos um rapaz entrou nesta área quando não havia ninguém vigiando e coletou mangaba e coco verde. Quando o proprietário tomou conhecimento providenciou para que o seu próprio filho fosse até a casa dos pais do acusado pegar os cocos (o pai do rapaz é catador e caseiro de outra propriedade).

O que analisamos nesse caso é que os conflitos não acontecem somente através dos confrontos e das acusações diretas, mas também através das ameaças e dos abusos de autoridade do proprietário e do filho que se anunciam como militares e, portanto, devem ser respeitados, segundo os entrevistados.

Quanto às características apresentadas, o conflito no estabelecimento Floresta é de intensidade média porque envolve confronto aberto no estabelecimento. Apesar das ameaças de morte que o identificaria como intensidade alta, as ameaças são indiretas, via informações do caseiro ou “boca a boca”. Em relação a escalação é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade. Entretanto o seu conteúdo fomenta as ações desenvolvidas pelas catadoras estadual e nacionalmente.

#### 4.2.1.4 Estabelecimento Coqueiral – Área de herdeiros, cercada e proibida para a coleta

O conflito aqui relatado acontece diretamente entre proprietário e catadoras no estabelecimento Coqueiral. E indiretamente entre catadora, filha do proprietário, versus as outras catadoras sem terra.



Nessa área a coleta é realizada por membros da família, mas quem toma conta da área é o proprietário, o pai. É uma área em que predomina mangabeira e assim como ocorrem nos outros casos, as disputas acontecem pelo acesso aos frutos. As catadoras entram às escondidas, observando os horários quando não há ninguém na área.

O proprietário aqui citado é também caseiro no estabelecimento Taboquinha. A entrada das catadoras nesse estabelecimento é esporádica. Segundo as entrevistadas, quando o período de coleta é intenso diante do aumento de pessoas coletando e elas pretendem aumentar a entrega no PAA e ter o produto para vender e beneficiar, então procuram ter acesso aos frutos, mesmo nas áreas que são proibidas, a exemplo desta.

Em outras épocas, quando o número de pessoas que coletava era menor (a média, duas pessoas por residência), a coleta era realizada nas áreas de acesso livre ou nas áreas que mesmo cercadas tinham permissão de entrar. E os frutos coletados eram para a venda nas feiras ou para entregar a algum *cambista ou atravessador*. Com a valorização do fruto, aumentou o número de catadores por família, bem como as oportunidades de comercialização. Essa realidade foi lembrada por M.V.C.S. (20 anos, catadora), que diz: “com a valorização da mangaba, muita gente corre atrás”. No entanto, ela reconhece que atualmente “tem menos mangaba e mais gente para catar” (M.L.A.S., 55 anos, catadora). Por isso, mesmo nas áreas menores e acesso proibido, a disputa acontece.

Porém, nesse conflito, o nível das disputas fica em torno das acusações indiretas entre aquelas catadoras que não tem uma área particular e a catadora que cata na área pertencente a seu pai. No entanto, a tentativa de entrada nessa área pelas outras catadoras é impedida pelo proprietário que as enfrenta diretamente.

Segundo relato de uma catadora ao tentar entrar nessa área: “eu e mais três catadoras já levamos carreira do proprietário antes de coletar as frutas” (A.S.S, 24 anos, catadora).

Esta propriedade de 3 ha é cercada, tem dono há oito anos e fica na Rua da Mangabeira. É uma área que tem quase 100% de cobertura vegetal composta por mangabeiras e seu acesso é proibido para a realização da coleta por estranhos.

Os entrevistados relatam que não contabilizam a quantidade de meninos que já saíram correndo quando são encontrados pelo proprietário, tanto em sua área quanto na área vizinha que ele toma conta.

O proprietário tem 62 anos, nativo do povoado, pescador e herdeiro da área, é filho de uma das famílias fundadoras do povoado. Uma das suas filhas é catadora e tanto coleta na área da família quanto nas áreas livres para entregar no PAA. Em decorrência de alternar a coleta em ambas as áreas, ela é acusada e questionada pelas outras catadoras sem terra quanto ao

acesso às áreas livres. Segundo elas, esta deveria coletar só na área da família e deixar as outras áreas para aquelas que não têm terra.

A insatisfação apresentada pelas catadoras sem terra em relação às áreas com terra, pode estar relacionada ao fato de que “embora o uso (das áreas abertas) seja acessível de igual modo a todas as famílias, internamente há diferenciações econômicas [...]” (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 19). É o caso analisado, entre as catadoras de mangaba.

Conforme uma catadora, a intenção de quem tem área com mangabeiras é “quem tem não quer deixar ninguém tirar”, já que justificam ter só “uns pezinhos”. Então “guarda o seu e vem catar nas áreas abertas e depois não deixa os outros catarem” nas suas. (M.L.A.S., 55anos, catadora).

A catadora com terra acusada por outras catadoras sem terra, ao ser entrevistada quanto à coleta em áreas livres, disse: “eu cato nessas áreas, porque todo mundo cata” (V.C.M., 31 anos, catadora). Mas para ela, como forma de evitar as disputas no acesso às mangabeiras “o melhor era cada um coletar no seu próprio sítio”. E continua: “Seria bom que as catadoras tivesse pequenos sítios e cercados”. Isso porque ela não concorda que as catadoras sem terra colem nas áreas cercadas, sem permissão dos donos. Analisamos que dizer que a posição de não concordar com a coleta em qualquer área está relacionada com a defesa da propriedade particular, nesse caso a da sua família.

Essa situação tem levado “ao crescimento da disputa entre as catadoras com acusações mútuas promovendo fissuras entre elas” (SCHMITZ et al., 2010). Há um descontentamento das catadoras sem terra, que não têm outro lugar para coletar, ou melhor dizendo, dependem da permissão de terceiros para coletar nas áreas cercadas. Em decorrência, elas reclamam, xingam e questionam a ação das catadoras com terra no tocante à coleta nas áreas abertas para todos.

Esta área, como outras existentes no povoado, fez parte há tempos de grandes áreas abertas, sem divisão entre os herdeiros. Então as catadoras coletavam sem ou com permissão dos primeiros donos quando estes tomavam conta. No entanto, mais recentemente “os proprietários começaram a se interessar pelo uso da mangaba, cercando suas áreas e não permitindo mais o acesso” (SCHMITZ et al., 2010).

Mesmo que a área seja vigiada em boa parte do tempo pelo proprietário, elas conseguem perceber os horários em que ele se ausenta e entram para coletar. O maior motivo do conflito é a proteção da propriedade particular e dos frutos ali existentes pelos proprietários. Enquanto que para as catadoras “não importa tanto {...} onde estejam situadas as {...} plantas, se em área de domínio privado ou público, posto que isto não serve de empecilho para o exercício de suas atividades extrativas” (SHIRAISHI NETO, 2006).

O mesmo autor se referindo às quebradeiras de coco no Maranhão argumenta que “a compreensão de que a palmeira de babaçu é tão ou mais importante que a terra em si mesma, coaduna-se com uma ‘prática social’ relativa ao uso do recurso, que se realiza de forma comum a todas as famílias” (SHIRAIISHI NETO 2006, p. 18). Enquanto Lago (2002) ainda sobre o mesmo grupo diz que “as palmeiras do babaçu representam o elemento de uso comum, sendo estas o seu bem principal, ou seja, as árvores são mais importantes do que a própria terra, do que o solo”( p.51). Essas reflexões referentes às relações estabelecidas entre grupo e recurso natural também pode ser estendido às catadoras no que diz respeito às mangabeiras.

Por isso é que há necessidade de as catadoras continuarem coletando os frutos, como sempre fizeram sem entrar em tantos confrontos com os donos das áreas, porque havia em alguns momentos permissão, mesmo que em outros houvesse a proibição do acesso. Porém existia um contato direto com os donos porque se conheciam e estes moravam no povoado. Hoje parte dos proprietários é de fora e de alguns destes, elas mal sabem o apelido, bem como na maioria das vezes nem os conhecem de perto.

Pelas características apresentadas, o conflito no estabelecimento Coqueiral apresenta duas intensidades: a média, porque envolve confronto aberto e ameaças diretas do proprietário que também é caseiro em outro estabelecimento e age da mesma forma com as catadoras em suas tentativas de entrada nas áreas. E o nível considerado baixo, quando o conflito parte de acusações e insatisfações das catadoras que não têm área particular para realizar a coleta em relação à catadora, filha desse proprietário, que cata também nas áreas de acesso comum. Em relação a escalação é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade. Entretanto, o seu conteúdo fomenta as ações desenvolvidas pelas catadoras em âmbito estadual e nacionalmente.

Analisando comparativamente os conflitos aqui apresentados, compreendemos que eles evidenciam-se a partir de “várias formas de aparência e expressão” (SCHMITZ et al., 2010). Os seus atores expressam sentimentos de insatisfação, rivalidade, disputa e concorrência em processos complexos. Um dos exemplos dessa complexidade é que ao mesmo tempo em que a pessoa se apresenta como caseiro, também se identifica como catador, simultaneamente se relaciona amistosa e tensamente com os vizinhos que tentam burlar as suas ordens. As insatisfações afloram, fazendo um proprietário afirmar “aqui é terra que todo mundo quer mandar no dos outros” (J. C., 69 anos, caseiro).

Em contraposição, as catadoras os acusam de perseguidores, de tomar as frutas já coletadas, de impedir a entrada delas em áreas vizinhas que têm plantas que não lhes pertencem, porque a visão delas é que as mangabeiras não foram plantadas por ninguém, foi

Deus que deixou pra elas. Essa visão de ação divina também foi destacada por Mota e Santos (2008) ao analisar um grupo de catadoras em outro município sergipano onde a memória oral registra que no passado recente a existência de mangabeiras no município era exclusivamente provida por Deus e atendia a todas as necessidades dos antigos residentes, provavelmente porque a oferta excedia a demanda, num contexto em que a fruta se destinava apenas ao consumo (MOTA e SANTOS, 2008, p. 175).

Mesmo que caseiros e proprietários se encontrem numa posição privilegiada em relação às catadoras sem terra, “a disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum” (SCHMITZ et al., 2010, p. 253), no caso específico, a coleta da mangaba.

Nos quatro conflitos analisados, os principais atores envolvidos são proprietários de estabelecimentos nativos e de fora, caseiros nativos e de fora, catadoras de mangaba com e sem terra, nativas ou não.

O objeto da disputa em todos os conflitos são as plantas a partir das quais é praticado o extrativismo. Há o reconhecimento de que ocorreram mudanças na estrutura fundiária porque “antes, as áreas eram abertas, depois da divisão da terra, de pai para filho, alguns foram cercando, dividindo as áreas” (O.S., 43 anos, catadora). Os envolvidos reconhecem também que a valorização da mangaba foi o ponto crucial para o acirramento dos conflitos em decorrência de os proprietários intensificarem as interdições de acesso às plantas por meio do cercamento de suas áreas e de ameaças àqueles que se aventuram a desrespeitar as suas imposições. Argumentos quanto ao descuido com as plantas e egoísmo se sobrepõem. Discordâncias se revelam quanto ao destino dos frutos, agora, com preço garantido no PAA.

Mas os conflitos também são fomentados por outras discórdias, a exemplo da interdição do ir e vir no território, impedindo a coleta da mangaba e a passagem da população local até para as áreas de manguezais e portos para a pescaria, do pré-estabelecimento de horários de coleta e da imposição de que apenas adultos colem, rompendo a possibilidade de socialização na atividade.

As estratégias dos envolvidos para lidar com os conflitos são variadas. Pelo lado dos proprietários, a manutenção de caseiros e as suas próprias presenças com iniciativas de intimidação, por meio de ações concretas e boatos aos que se aventuram coletar as frutas à revelia das suas ordens. Pelo lado das catadoras, iniciativas sorrateiras pela entrada escondida e, poucas vezes, enfrentamento aberto. Concordamos que os conflitos têm se acirrado também pela vontade dos proprietários em se livrar do direito tradicional das catadoras de coletar frutos em terras privadas (SCHMITZ et al., 2010, p. 253).

Outra estratégia comum a proprietários, caseiros e catadoras, é apelar para a desvalorização das imagens reciprocamente. Elas os acusam de terem se apropriado dos recursos indevidamente, e eles retribuem responsabilizando-as pelos estragos nas áreas, relacionados à quantidade de frutas verdes no chão, muitos galhos quebrados, arames cortados e ainda pela falta de agradecimento das catadoras e indicando que não é justo disponibilizar os seus frutos para as catadoras que serão bem recompensadas quando os vendem.

É importante dizer que naquelas áreas que existem outros tipos de frutos como caju, manga e coco, essas áreas têm sido mais frequentadas, principalmente pela possibilidade de entrega dos dois primeiros produtos no PAA. Mesmo as catadoras não se referindo à coleta de coco, elas são acusadas pelos proprietários e pelos caseiros de “roubarem até os cocos” (I.S.T. 42 anos, catadora).

Paralelamente, novas regras de acesso às plantas, a exemplo da venda do fruto por alguns proprietários, começam a constar na pauta de alguns atores como parte das suas estratégias de delimitação do acesso. A quebra da tradição em coletar mangaba em estabelecimentos privados está no centro das divergências. O depoimento de um caseiro diz que: “se a retirada fosse para o consumo, não havia impedimento. Tem que pedir, o dono tem que autorizar” (J.M.S.S., 56 anos, caseiro).

Deve-se reconhecer que recentemente no Pontal poucos casos reforçam o que foi constado por Schmitz et al., (2011) de que: “muitas vezes, estes adversários [os proprietários] não atuam conscientemente contra as catadoras, mas ameaçam profundamente o seu modo de vida” (SCHMITZ et al., 2011, p. 251). A concorrência tem sido intensificada e os oponentes tentam manter as suas posições. Conflitos proliferam, inclusive entre as catadoras, tema que trataremos a seguir.

### 4.3 CONFLITOS ENTRE AS CATADORAS DE MANGABA NO PONTAL

Nesta parte da dissertação analisaremos os conflitos que foram considerados como recorrentes pelas mulheres catadoras de mangaba entrevistadas no Pontal, quais sejam: i) conflitos entre as catadoras com terra e sem terra; ii) conflitos entre as catadoras que participam do PAA; e iii) conflitos entre as catadoras que residem nas ruas de Cima e de Baixo.

#### 4.3.1 Conflitos entre as catadoras com terra e sem terra

De todas as catadoras de mangaba entrevistadas, 14% tiveram acesso à terra por meio de herança dos seus pais ou dos pais dos seus companheiros. As demais, que totalizam 86% não

possuem área própria. As primeiras residem nas ruas de cima e as demais nas ruas de baixo do Povoado Pontal.

As características das catadoras do Pontal em relação ao acesso à terra coincidem com as constatações de Mota et al., (2011) para o Estado de Sergipe. Segundo os autores, tanto existem catadoras que coletam mangaba em áreas de livre acesso quanto catadoras que coletam em suas próprias áreas, podendo estas últimas transitar entre os dois espaços.

No caso específico do Pontal, constatamos que o objeto de disputa que impulsiona o conflito entre catadoras com e sem terra é o acesso às mangabeiras para a coleta da mangaba nas áreas de livre acesso, após a valorização do fruto no mercado regional. O conflito se dá também pela não aceitação por parte daquelas que não tem área particular e vão catar nos espaços ainda livres, quando deveriam só catar em suas áreas. As catadoras sem terra não concordam que as catadoras com terra catem também nas áreas de acesso livre, alegando que elas, as sem terra, só têm uma opção de área para catar. Na verdade, àquelas que possuem áreas particulares podem escolher onde catar, sendo mais beneficiadas no auge de uma boa safra.

O conflito é bem evidente quanto ao ter área ou não como explícito nesse depoimento: “não podemos catar nas áreas dos que tem terra. Se insistir fica com raiva e chega a tomar o produto. Se for criança que tá catando, tomam a vasilha e vai conversar com os pais. Mas se for adultos batem boca”, explica A.S.S. (24 anos, catadora sem terra).

Neste contexto, catadoras com terra tanto coletam em suas áreas particulares, quanto em áreas de livre acesso e as discordâncias se pronunciam, porque grande número das catadoras sem terra não concordam. Para elas, essas áreas deveriam estar disponíveis apenas para as catadoras que não têm terra. Isso é perceptível no diálogo reconstituído por uma catadora durante um encontro que ela teve com outra catadora de mangaba que tem terra: “você não têm as suas áreas, por que catam aqui?” (A.S.S., 24 anos catadora sem terra); “aqui a área é pública, todo mundo pode catar” (V.C.M., 31 anos, catadora com terra).

O diálogo permite analisar que recentemente existem compreensões diferentes entre as catadoras quanto a quem teria direito ou não de coletar naquelas áreas, diferentemente do que havia sido constatado há anos em relação às regras ali prevalentes (SCHMITZ, MOTA e SILVA JUNIOR, 2008).

Em nenhum depoimento constatamos o questionamento de que as plantas não têm dono. Entretanto as divergências amparam-se na idéia de que o recurso é escasso e a situação atual é de concorrência acirrada.

A desproporcionalidade do acesso a um bem valioso localmente: a terra, mesmo que em pequenos tamanhos, parece estimular uma reação à partilha de um recurso escasso entre as

catadoras, por um lado. Por outro, entretanto, há uma espécie de acordo em não se coletar em áreas pertencentes a um (a) pequeno(a) proprietário(a) que depende dela para sobreviver.

A discórdia se dá, entretanto, em relação ao uso do recurso comum pelos interessados. Muito embora a maioria das catadoras entrevistadas partilhe o desagrado, não é incomum encontrar catadoras que, mesmo sem terra, não se opõem ao uso das áreas de acesso livre pelas demais. Também ocorrem catadoras cujas mães disponibilizam uma área de acesso livre, mas elas próprias não têm áreas privadas.

Uma catadora que cata e toma conta de uma área pertencente a sua mãe informou que falta cuidado dos que entram lá para catar, sem permissão. A proprietária já quis cortar todas as mangabeiras, mas sua filha não concordou, preocupada com a preservação do ambiente. E como desabafo disse: “Quando estou na área ninguém entra! Mas eu sei que quando não estou, alguns invade pra catar. Eu sei que alguns sabe catar e outros esbagaça” (D.T.S., 39 anos, catadora).

Em outra escala, as catadoras também reclamam das oriundas de povoados vizinhos que ali chegam para catar frutos, mesmo que nos dias atuais uma ou outra tem se deslocado para coletar mangaba no Pontal. Ressaltam sempre o pertencimento a um dado lugar onde nasceram e cresceram e, portanto, consideram espaços que transitam com direitos. Em contraste, este direito é negado aos que chegam apenas para coletar. Entretanto, a justificativa não é válida para os que ali nasceram mas que têm pequenas áreas.

Constatamos com isso que argumentos são construídos para amparar o acesso aos recursos pelos que somente possuem aquela possibilidade.

É importante destacar que esses conflitos encontram-se em níveis de transição de escalação local e intensidade de baixo para médio, influenciados pelas mudanças de comportamento das catadoras a partir da valorização da fruta e oportunidades no que tange a comercialização e beneficiamento dos frutos. Por isso que os conflitos aparecem nos níveis de insatisfações, reclamações, desabafos, acusações e bate-bocas. Esses sentimentos surgem das catadoras que não têm área para realizar coleta contra aquelas que têm áreas e também se beneficiam das áreas de acesso livre. Porém, não constatamos nenhuma agressão física entre elas. Portanto, analisamos que pelas características apresentadas, o conflito entre as catadoras com e sem terra apresenta o nível de intensidade considerado médio. Quanto a escalação o nível é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade e hoje um número muito menos de catadoras de povoados vizinhos.

### 4.3.2- Entre catadoras no PAA<sup>55</sup>

As catadoras de mangaba iniciaram as suas participações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio dos incentivos realizados por um dirigente da Associação Comunitária do Pontal em parceria com um membro da diretoria da Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul (ASCOSUL), no final de 2007 e início de 2008.

Na primeira reunião promovida para a apresentação do programa, estavam presentes 30 mulheres catadoras de mangaba, algumas de povoados vizinhos, mas a maioria do Pontal. No entanto, apenas seis quiseram participar da experiência inicialmente, sendo este primeiro grupo constituído em torno de uma atuante liderança (parentes e amigos). Analisamos que influenciaram neste agrupamento tanto as relações de amizade preexistentes, quanto de confiança pelo fato de as demais participantes estarem conscientes de que a liderança tinha informações seguras quanto aos benefícios do programa.

Duas explicações foram apresentadas pelos dois dirigentes quanto à participação reduzida das mulheres no momento inicial do programa. A primeira é que foi “por causa dos atravessadores que compravam e repassavam o pagamento logo” (T.M., 25 anos, liderança). Enquanto que no PAA só recebiam mensalmente. A segunda é que “a maioria não quis por desconfiança ou com receio de perder o recurso do defeso do caranguejo e da pesca” (A. N. S., 38 anos, Articulador do PAA)<sup>56</sup>.

Analisando as explicações, entendemos que as duas procedem, tendo em vista que o valor oferecido pelo PAA, naquele momento, representava cinco vezes mais do que o valor pago pelos atravessadores às catadoras, mas a imprecisão da época do pagamento gerava desconfiança acerca do recebimento. Enquanto o quilo da mangaba pago pelos atravessadores custava em torno de R\$ 0,30, pelo PAA o valor era em torno de R\$ 1,50. Entretanto, o pagamento pelos atravessadores era feito na hora da venda. Como o PAA era uma proposta nova e sendo um programa do governo federal, a desconfiança pairava no grupo pelo fato de não terem diretamente a quem reclamar localmente caso houvesse atraso no pagamento.

---

<sup>55</sup>É um instrumento da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do governo federal criado em 2003 e executado através da parceria interministerial do Desenvolvimento Social (MDS), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), das prefeituras e dos governos estaduais. Tem por objetivo: Garantir acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessária às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão econômica e social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Os alimentos são comprados diretamente dos pequenos agricultores, por meio de cooperativas e outras formas de arranjos produtivos. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em abril 2011.

<sup>56</sup>Relatório Capacitação Final das Catadoras de Mangaba, doc. 133, p. 31, ano 2008. Fala de A.N.S., dirigente da ASCOSUL.



Ademais, as catadoras de mangaba temiam participar de dois programas de política pública, ao mesmo tempo, e perder o recurso do seguro defeso. Temiam ser “cortada de um benefício<sup>57</sup>” que lhes garantia um recurso importante nos momentos em que “mariscar” ou “pescar” eram proibidos pelo fato de ser a época de reprodução dos animais (A.S. S., 24 anos, líder associação).

Além das explicações acima, a literatura registra (MOTA et al., 2008) que em reunião realizada entre as catadoras de mangaba e pesquisadores no Povoado Pontal em 2008, acusações ocorreram quanto à circulação das informações referentes ao PAA. Para o grupo que participou inicialmente, a informação foi socializada e todas sabiam que o PAA já estava em execução na localidade. Para algumas outras, houve egoísmo e elas só souberam bem depois (MOTA et al., 2008).

Após a primeira experiência de entrega dos frutos em 2007, o grupo começou a aumentar a partir de 2008, quando passou de seis para 21 participantes no PAA, chegando a 50 mulheres em 2010. Mas o número de integrantes tem oscilado devido ao pagamento não ser realizado em tempo hábil, influenciando assim, para que 23% das entrevistadas ainda comercializem as frutas com os atravessadores que atuam localmente e que têm com elas relações de confiança estabelecidas há anos (MOTA et al., 2008).

Não obstante as dúvidas quanto a participar ou não do programa, os conflitos entre as catadoras em torno do PAA iniciaram a partir da safra 2009/2010, devido à possibilidade de comercialização de outros tipos de frutas disponíveis localmente, além da mangaba, a exemplo do caju e da manga. Para coletá-las, segundo informam os entrevistados, há uma forte disputa num contexto em que as condições fundiárias agravam-se pela privatização crescente das áreas. Ademais, no imaginário local, as mangabeiras pertencem a todos, “não foram plantadas por ninguém”. Diferentemente, cajueiros e mangueiras estão predominantemente em áreas privatizadas e são bem menos disponíveis em áreas de acesso livre, daí porque a maior concorrência também. Essa concorrência se deu a partir do PAA.

Segundo informam as entrevistadas, o período de maior percepção e ocorrência dos conflitos é durante a safra de verão, de novembro a janeiro, quando se tem maior

---

<sup>57</sup> Para ter acesso também ao PAA é necessário o cadastro das catadoras, através do DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O documento é uma identificação dos Agricultores Familiares na condução de políticas públicas dirigidas a essa categoria de produtores rurais. Para ter direito ao seguro defeso, as mulheres são cadastradas enquanto pescadora. Para realizar a venda das frutas no PAA, o cadastro é como agricultora, porque no teor do texto desse benefício social a categoria extrativista não existe. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/institucional/aeclaracaoaptidaopronaf>. Acesso novembro 2012.

disponibilidade das frutas de melhor qualidade. Conseqüentemente, a concorrência pelo acesso se intensifica.

Estratégias são traçadas pelas catadoras e familiares (filhos e companheiros) para chegar cedo ao campo, porque quanto mais cedo saírem de casa, maior a possibilidade de coletar frutos de boa qualidade. Portando ganchos<sup>58</sup>, baldes, sacos e carrinhos de mão, as catadoras de mangaba se organizam com suas famílias para ficar o maior tempo possível coletando as frutas no período da safra.

O maior envolvimento dos companheiros na coleta das frutas é um fenômeno recente. Os entrevistados indicam que anteriormente eles poderiam participar apenas durante o período do defeso do camarão, quando a pesca não estava favorável, a maré estava baixa ou quando não conseguiam dias de serviço. Porém algumas mulheres reagem quando se refere a presença dos homens na coleta. Segundo Mota et al. (2008, p. 5), “muitas delas afirmam que não fica bem para um homem ficar esperando uma safra [...]”.

Em outra publicação mostravam estes mesmos autores que a participação dos homens era intensa apenas nos casos em que suas companheiras eram intermediárias. Santos (2007), por sua vez, constatou que “os homens, encarregados de cuidar da agricultura, coletavam mangaba apenas quando estavam disponíveis, mas não há uma participação constante no encapotamento<sup>59</sup> e na comercialização porque essas tarefas ficavam designadas às mulheres” (SANTOS, 2007, p. 80).

Não obstante as evidências anteriores é consenso de que os homens participam ativamente da coleta, do beneficiamento e do transporte para entrega no PAA. Reconhecem as catadoras entrevistadas, entretanto, que a organização do trabalho está sob a sua responsabilidade, assim como o uso dos recursos advindo da venda.

Segundo informa a totalidade das entrevistadas, chegar ao campo e já não encontrar nenhum fruto, porque foram todos coletados pelos que chegaram primeiro, é motivo de grande aborrecimento e de questionamento do uso total de um recurso que é de todos. Esta constatação indica o questionamento de uma regra anteriormente compartilhada quanto à coleta em apenas algumas árvores por cada uma das catadoras juntamente com os seus “dependentes”. A coleta de todos os frutos encontrados pelos que primeiro chegam, deixando os verdes e galhos quebrados no chão, e a crítica daí derivada indicam a conformação de uma nova regra em relação ao quanto e como cada um pode colher. Uma catadora chateada e preocupada com os

---

<sup>58</sup>O gancho é feito de arame e amarrado na ponta de em uma vara comprida.

<sup>59</sup> A mangaba “de capota” é aquela que é retirada do pé antes de completar o seu amadurecimento efetivo e que passa por um processo de amadurecimento artificial chamado encapotamento (SANTOS, 2007, p. 73).

estragos disse: “Daqui a um tempo não vai ter mais, esse povo se esquece que depois vai precisar das áreas pra catar” (M.V.C.S., 20 anos, catadora).

Uma segunda entrevistada se referindo à entrada delas em uma área cercada disse: “Ele não fazia questão no início, mas como o pessoal começou a quebrar, invadir e roubar, então ele começou a proibir” (I.S.T., 42 anos, catadora). Durante a entrevista uma terceira catadora apontando para a uma área pertencente à família do prefeito, onde segundo ela é proibido entrar, e o arame estava cortado, disse: “Eu faço tudo para não quebrar e nem tirar verde. Mas o pessoal faz. Se a senhora entrar nessa área do prefeito, encontra muita mangaba verde no chão” (A.M.C.C., 29 anos, catadora).

Além da disputa pelos frutos mediante a venda a preços remuneradores, constatamos nas entrevistas que 80% dos entrevistados referiram-se ao problema da conservação dos recursos, evidenciando as suas insatisfações uma vez mais e associando-as ao evento da maior valorização do fruto e ao fechamento das áreas pelos proprietários.

Diante da concorrência por mais frutos, as catadoras também se acusam reciprocamente, porque constata em algumas áreas que regras importantes para a conservação das mangabeiras (não quebrar galhos, não coletar os frutos verdes etc.) começam a ser desrespeitadas nas áreas de acesso livre onde todas coletam. Explicitam com isso a insatisfação com a nova situação, indicando a reivindicação por novas regras, tal como também observamos no primeiro caso descrito (catadoras com e sem terra)

Podemos preliminarmente concluir que a intensificação do cercamento de áreas paralelamente à valorização do fruto tem provocado uma situação de ameaça aos modos de vida das catadoras que dependem do acesso livre. Paradoxalmente, este é o momento de maior retorno financeiro pela venda dos frutos, provocando uma corrida mediante a possibilidade de melhoria de qualidade de vida.

Não obstante os conflitos existem, entre as catadoras, um debate acirrado, cujo foco é a preocupação com a conservação dos recursos locais, inclusive com a reivindicação do estabelecimento de novos acordos quanto aos cuidados com as plantas. Apesar de a inserção de um maior número de catadoras de mangaba no PAA ocorrer num período mais recente (nos últimos dois anos), esse conflito encontra-se em um nível de intensidade médio, onde acusações, xingamentos, bate-bocas acontecem. Como a coleta não acontece só nas áreas locais, mas ultrapassam os limites, municipal e estadual, consideramos o conflito em escala regional.

Com a “concorrência” para catar uma maior quantidade de frutos, principalmente no período da safra, as catadoras e membros de suas famílias chegam aos pés de mangabeiras o

mais cedo possível, para ter acesso às melhores frutas. E as primeiras áreas da disputa são aquelas que se encontram nos arredores das residências, as de acesso livre permitido pelos proprietários. E aquelas que conseguem se juntar com quem tem barco vão catar nas áreas mais distantes, que ficam em outros municípios ou no vizinho. Essa tarefa é realizada por poucas catadoras (umas quatro), que mesmo temerosas e com muito cuidado entram nas áreas que não são permitidas para a cata.

Apesar das disputas e a “concorrência” para catar mais, os conflitos aparecem nos níveis de insatisfações, reclamações, desabafos, acusações. Porém não destacamos nenhum confronto aberto<sup>60</sup> entre elas.

### **4.3.3 Entre catadoras das ruas de cima e as das ruas de baixo**

Como indicado anteriormente, as ruas de cima ficam próximas do campo de futebol, do Clube Comunitário e da entrada do povoado, todos localizados na parte mais antiga do Pontal, e habitadas pelos membros das primeiras famílias que ali se estabeleceram. As ruas de baixo se referem à Rua da Mangabeira e ao seu entorno, povoadas pelos que chegaram mais recentemente. Essas denominações dadas pelos moradores seguem principalmente o curso do rio Real em direção ao mar, até sua foz (Anexo C – Croqui do Povoado Pontal).

Constatamos que a situação de conflito é sentida pela totalidade das catadoras entrevistadas, das quais 38% moradoras das ruas de cima e 62% das ruas de baixo. Muito embora ambas destaquem oralmente que as divergências se dão em torno dos cuidados com as plantas (quebra de galhos, coleta indevida da mangaba ainda verde e também em relação às outras frutas), constatamos que vão, além disso, e estão também associadas a outros aspectos como analisaremos nesta parte.

Neste tipo de conflito não há confronto aberto ou agressões físicas entre elas e sim acusações orais, particularmente na ausência das acusadas.

As divergências se acirram entre as catadoras que nasceram no povoado e as catadoras que vieram de outros lugares para viver no Pontal mesmo que elas residam há muito tempo e tenham relações com os antigos moradores de prestação de serviços, como laços de amizade. Mesmo assim, são diferenciadas pelas catadoras nascidas no povoado que as associam ao maior uso dos recursos em desproporção com os cuidados com as plantas. Talvez pelo fato de que são

---

<sup>60</sup> Confronto aberto no texto se refere ao conflito, onde ambos envolvidos se enfrentam cara a cara chegando a agressão física.

as catadoras da Rua da Mangabeira as mais dependentes dos recursos e que não têm acesso à terra.

No depoimento de uma das moradoras mais antigas fica evidente as acusações contra as catadoras da Rua da Mangabeira em relação à falta de cuidado com plantas diversas, não só com as mangabeiras:

[As catadoras da Rua da Mangabeira] Estão bagunçando o caju, não deixam nem amadurecer a castanha. De primeiro era pouca mangaba [*que elas pegavam*]. Era prá chupar. Hoje os outros é quem se beneficia, não os donos do terreno (A.M.N., 77 anos, proprietária).

O depoimento da proprietária ressalta tanto o trato com as plantas, quanto a sua discordância pelo acesso às frutas no seu estabelecimento, comportamento comum aos proprietários como analisado na parte inicial deste capítulo. Entretanto, ela denomina e responsabiliza determinado grupo de catadoras pelo evento: as catadoras da Rua da Mangabeira que, segundo ela, independentemente de ter permissão para a realização da coleta, atuam dentro e fora do povoado acompanhadas por jovens e crianças para coletar. Esta atribuição de responsabilidade foi também encontrada no depoimento de uma catadora com terra de uma das ruas de cima que afirmou: “hoje as catadoras lá de baixo tão pegando é tudo verde, estragando, num fica nada!” (C.B.S., 49 anos, catadora com terra).

A participação das crianças como um ponto crítico da coleta nos dias atuais, foi citada por alguns dos entrevistados (4 catadoras e também por dois proprietários e dois caseiros). O motivo central da crítica é a quebra dos galhos e coleta de frutas verdes. Entretanto, a literatura revisada nos indica que tradicionalmente as crianças acompanhavam as suas mães, prática ainda em voga naquele contexto como nos informaram dezenove catadoras, entrevistadas. Ao perguntar sobre o porquê de levarem as crianças com elas, todas responderam que assim evitam deixá-las em casa sozinhas e também que era a oportunidade de terem um momento de aprendizagem. Em nenhum caso, a ideia de ampliar a quantidade de frutos coletados apareceu como a motivação central para elas.

Para além das divergências em torno do cuidado com as plantas, sobressai o estranhamento entre os que residem em lugares diferentes. No imaginário local, os mais abastados (ou menos pobres) residem nas ruas de cima. Já os mais pobres residem nas ruas de baixo. Os primeiros são moradores mais antigos e os segundos são moradores que chegaram mais recentemente, de fora do povoado, do município e de outros locais de Sergipe. Alguns entrevistados ressaltam essas pessoas “não gostam de trabalhar”. Esse tipo de estranhamento entre residentes de um mesmo povoado não é novidade.

Para analisar essa situação e tipo de conflitos, na construção de diferenças entre os moradores, nos referenciamos em dois estudos: um realizado por Wagley (1988) e outro por Elias e Scotson (2000). Não obstante compreendermos que distâncias em termos de tempo e espaço devam ser consideradas na nossa análise.

No primeiro, Wagley (1988) analisa uma comunidade no Estado do Amazonas, por volta dos anos de 1950, refletindo como se dão as relações sociais, como esta foi organizada, quem eram os moradores das ruas próximas ao rio e das mais afastadas e a que camada social pertenciam. O autor descreve também a localização estratégica das repartições públicas existentes naquela localidade.

Considerando a análise de Wagley quanto à organização das ruas, podemos perceber onde se encontravam os pobres a partir da diferenciação das moradias “Nas ruas mais afastadas do rio as casas são menos coloridas e mais desmanteladas e encontram-se numerosas cabanas cobertas de folhas de palmeira, onde mora a população mais pobre.” (WAGLEY, 1988, p. 46).

A espacialização construída pelo autor tendo por base as diferenças quanto às inserções dos seus moradores na vida econômica e política local, nos inspiram a pensar no povoado Pontal. De fato, como percebemos no povoado em estudo são nas “ruas de baixo” que visualizamos a diversidade de tipos de moradia que expressa a diferença de acesso a outros bens materiais (TV, geladeira, parabólica etc.). Os diferentes tipos de casas vão desde as feitas de taipa e coberta com palhas, até aquelas já construídas em alvenaria. Entretanto, nas “ruas de cima” não é visualizada a existência de moradias com coberturas de palha. Isso pode ser um indicativo que demonstra que as condições socioeconômicas dessas famílias são melhores do que as famílias que moram nas ruas de baixo. No primeiro grupo percebemos a presença de funcionários públicos, comerciantes, proprietários. Enquanto no segundo grupo a presença significativa é de extrativistas, marisqueiras, pescadores, diaristas (homens e mulheres).

Outro aspecto importante é que no espaço das “ruas de baixo” há maior ocorrência de mangabeiras nos arredores do povoado. É também nesta área, considerada de expansão do povoado, onde se encontra o maior número de lotes à venda. Os lotes ali existentes são pequenos (cerca de 4,2 ha) e a maioria dos moradores são proprietários/posseiros apenas da área em que está construída a sua residência. Entretanto, as áreas em torno das suas residências pertencem aos que residem nas ruas de cima. E por estarem tão próximos, é ali que às vezes as catadoras coletam sem precisar se deslocar para muito longe. Para explicitar a insatisfação com este evento, os proprietários afirmam que as catadoras da Rua da Mangabeira “não sabem

catar”<sup>61</sup>. Elas reagem e afirmam que fazem como sempre fizeram reconhecendo que a valorização das frutas no mercado local acirrou o egoísmo dos proprietários.

Na divergência entre proprietários e catadoras e entre as próprias catadoras, outros conteúdos existem associados aos lugares de morada que indicam tipos de residência, a partilha de comportamentos comuns (localmente chamados de “educação” ou “falta de educação”) e o acesso aos recursos. Estranhamentos opõem os diferentes, mas consensos e convivências também se evidenciam em outros eventos como as festividades, os jogos e a própria participação no MCM.

Não obstante compreendermos o distanciamento entre os diferentes contextos, o segundo caso que nos ajuda a pensar estes estranhamentos foi aquele analisado por Elias e Scotson (2000). Os autores tratam de dois grupos, designados pelos autores de estabelecidos e outsiders. Os estabelecidos fazem parte do primeiro grupo que por residirem a mais tempo no bairro, fundamentavam o seu poder no fato de ser um modelo moral para os outros e se apresentavam como grupo (ELIAS; SCOTSON, 2000). Já os outsiders são considerados um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos, do que os primeiros (NEIBURG, 2000). Também considerados pouco organizados e responsáveis pela “desordem” em Winston Parva<sup>62</sup>.

Reportando-nos para o caso do Pontal, consideraríamos os estabelecidos aqueles que moram há mais tempo e residem nas ruas de cima. Estes fazem parte das primeiras famílias que fundaram o arruamento e ainda hoje influenciam politicamente a vida local, além de terem acesso à terra e, conseqüentemente, aos recursos mais disputados: os frutos da mangabeira. Em contraste, os outsiders, ou residentes nas ruas de baixo, estão associados a desordens pelos das ruas de cima e também, se referem a esta parte do Povoado como a “favela” ou “periferia” do Pontal. O estranhamento se agrava especialmente no âmbito das disputas e concorrências relacionadas ao acesso aos recursos naturais, uma vez que estes últimos são acusados de quebrar os galhos, de coletar mangabas verdes, de entrarem nas áreas cercadas, em suma, quebrando regras estabelecidas.

A rigor, trata-se das divergências entre os que têm terra e os que não têm, isto é, os primeiros habitantes e os chegados mais recentemente. Não obstante, as catadoras que moram

---

<sup>61</sup> O “não saber catar” está relacionado com aquelas pessoas que não acompanhavam seus familiares durante a coleta em outros tempos, quando a mangaba não estava tão valorizada. Com a possibilidade de comercializar de diversos modos, as famílias começaram a mobilizar seus membros (homens, mulheres e crianças) para catarem um maior número de frutos, aumentando assim a disputa pelo acesso e também as acusações uns contra os outros pela falta de cuidado com as plantas.

<sup>62</sup> Comunidade industrial fictícia na Inglaterra criada por Elias e Scotson para analisar as relações de poder entre grupos e comunidades vizinhas.

nas ruas de baixo não se sentem recém-chegadas ali. Entretanto com os próprios moradores das ruas de baixo (catadoras, caseiros, proprietários) existem discriminações, entre si. Isso aparece muito explícito na fala de um dos moradores:

Lá pelos anos de 1996, quando eu já tava no povoado, uns 10 anos, começaram a chegar outras pessoas e a surgir roubos, drogas, bebidas. Pessoas que não querem nada com o trabalho [...] As pessoas sabem quem rouba, mas para não procurar desavença e no caso dele, por estar velho, deixa prá lá e prefere perder o objeto” (D. S. catador, 60 anos, pescador).

É certo que as catadoras das ruas de baixo percebem que algumas pessoas, não só as catadoras, as tratam diferentemente. Isso é confirmado através da fala de uma catadora entrevistada: ‘os de cima’ se sentem o tal, superior. Só se unem quando tem um benefício para todos. Só catam no Pontal, não têm coragem de sair, de pegar um barco e sair (A.S.S., 24 anos, catadora).

A partir do depoimento e lembrando algumas situações observadas durante a pesquisa de campo, as catadoras das “ruas de baixo” se sentem mais encorajadas, mais destemidas para se aventurar em busca da coleta, talvez por apresentar maior necessidade. Esse que não apareceu no depoimento das pessoas entrevistadas nas “ruas de cima”. Na fala de uma catadora que mora em uma das ruas de cima, ela acusa principalmente as catadoras líderes dizendo: “elas nos exclue, deixa a gente de lado, de fora”. (I. S.T., 42 anos, catadora). No entanto, “as de cima” acusam “as de baixo” de não saberem fazer as coisas, de quebrar galhos e tirarem fruta verde. Porém essas acusações partem de ambos os lados.

Considerando os estudos citados acima, não obstante as diferentes épocas e contextos em que foram realizados, encontramos neles elementos importantes que ajudam a compreender as diferenças no modo como as pessoas se vêem como parte da constituição das suas identidades. Estabelecem diferenças com o outro para reforçar o que acreditam ser as suas características. Relações de oposição entabuladas entre honesto/desonesto, educado/mal educado, cuidado/não cuidado com os recursos se evidenciam nos discursos como parte do que cada um quer mobilizar para ser reconhecido.

Analisando comparativamente os conflitos entre as catadoras, constatamos que o acesso e o cuidado com as plantas constituem o objeto central da disputa, mas não o único. A diferença quanto ao acesso à terra aparece muito fortemente como um elemento que para algumas seria definidor de quem deveria ter direito ao uso das áreas de acesso livre. Interessante observar que não é feita referência a esse problema na literatura revisada sobre o extrativismo da mangaba em Sergipe. Provavelmente, ele é decorrente da simultaneidade entre



o fechamento das áreas e a maior valorização do fruto, que gerou uma situação em que um maior número de catadoras depende das mesmas áreas.

Além dos motivos que influenciam os conflitos acima elencados, o sentimento de pertença se revela também em todos os casos. Ora indicando a diferença entre os que têm terra e os que não têm, ora evidenciando os nativos e os que chegaram mais recentemente. Em uma situação ou em outra, contribuem para mobilizar elementos de diferenciação entre membros de uma mesma localidade.

Em qualquer um dos três conflitos analisados, as regras anteriormente postas em prática são questionadas no novo contexto e os diferentes entrevistados apontam para a reconstrução das novas regras.

Por fim, o conflito aqui apresentado encontra-se no nível de escalação local, pois acontece entre os moradores do Pontal, principalmente entre as catadoras. Porém, sua intensidade encontra-se no nível médio, influenciado pelas mudanças de comportamentos frente à *competição* por maior quantidade de frutos, diante das oportunidades surgidas no beneficiamento e comercialização.

No entanto a oferta tem sido menor do que a procura. A redução de áreas de mangabeiras e o aumento do número de pessoas para a cata, proporcionou uma corrida e quem chegar mais cedo leva a melhor. Na situação de mais gente e menos área, as catadoras estão fazendo uso de diversas estratégias para acessar os frutos da mangabeira. São mais membros das famílias para catar, alguns proprietários que não faziam tanta questão pela mangaba começaram a concorrer e a disputar com as catadoras. Nessa disputa, os cuidados que anteriormente eram importantes para a conservação das plantas, como não catar frutos verdes, não quebrar galhos, hoje parece não ser muito considerado por alguns que acreditam não ser finitos os recursos.

Hoje, diante da concorrência na coleta por mais frutos, os cuidados com as plantas já não têm seguido as regras rigorosas de tempos atrás. Mesmo diante desse quadro, esse não tem sido o comportamento e entendimento da maioria, alguns ainda buscam manter as regras em evidência. Observemos o sentimento de uma das catadoras quando se refere ao número de pessoas que tem aumentado para catar em relação ao número de mangabeiras existentes: “as mangabeiras choram” (A.M.C.C., 29 anos, catadora).

Nesse contexto, o conflito existe porque o discurso da “quebra” de regras tem sido um trunfo das catadoras que nasceram e moram a mais tempo no povoado contra àquelas que chegaram depois. E, segundo elas, quem chegou depois não sabe dos cuidados necessários no que diz respeito à conservação das plantas. E como nas ruas de baixo há mais mangabeiras em

áreas de acesso livre, então as acusações, discriminações, xingamentos, por aquelas que moram nas ruas de cima, são realizados agora com mais intensidade.

Fazendo um balanço dos conflitos analisados neste capítulo, nos apoiamos mais uma vez em Simmel (1989) para reconhecer que os conflitos são parte da vida social. Em se tratando daqueles que ocorrem em torno do extrativismo da mangaba, Schmitz et al. (2010) nos mostraram o fenômeno em outras regiões. Não obstante as semelhanças e especificidades, constatamos que cada conflito é único e apresenta-se com grande dinamismo.

Assim, observamos que no conjunto das relações sociais tecidas entre as catadoras de mangaba do Pontal, ora eles se acirram, ora se amenizam com negociações para ter acesso às mangabeiras ou criam condições de negociação para a compra da fruta, para coletar de meia ou ainda dialogam para ter autorização para coletar.

Como foi bem destacado por Schmitz et al. (2008, p. 2) referenciado em Freund (1995), “a disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum”, respaldado assim pelo o pensamento Simmeliano de que o conflito “é causado por um objeto, pela vontade de ter ou controlar alguma coisa [...] tal objeto ou de coisas desejado cria as condições que sujeitam a luta às normas ou restrições aplicáveis a ambas as partes rivais” (SIMMEL, 1983, p. 134).

## 5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da dissertação foi analisar os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo da mangaba no Estado de Sergipe. Com esta finalidade, uma pesquisa por meio de um estudo de caso foi realizada no povoado Pontal, cujas conclusões finais são aqui apresentadas.

Reafirmamos que os conflitos fazem parte da vida social conforme indicado pela literatura pertinente (SIMMEL, 1983; SCHMITZ et al., 2006, 2008, 2010). Como tal, se constituem por interações de atração e repulsão (Simmel, 1983) entre os diferentes atores no Pontal, variando segundo as influências contextuais e apresentando-se com múltiplas faces e dinâmicas.

Em geral, existem dois grandes motivos que fomentam os conflitos: i) pelo acesso às plantas nas quais os frutos da mangaba são coletados em áreas privadas, envolvendo enfrentamentos entre as catadoras, proprietários e caseiros; e ii) entre as catadoras por acesso aos frutos em área de acesso livre entre as catadoras. Este último tem fomentado a disputa entre elas também no acesso aos programas de políticas públicas (Programa de Aquisição de Alimentos).

Concluimos que as disputas e discórdias que movem os conflitos se dão tanto por razões objetivas (plantas, frutos, recursos), quanto subjetivos (temor, reconhecimento, prestígio).

Em relação aos atores em conflito, apesar das configurações variarem, constatamos que os principais envolvidos são as catadoras de mangaba, os proprietários de estabelecimentos e seus caseiros.

Para o caso em análise, os conflitos têm influenciado tanto na associação, quanto na dissociação. Ele unifica as catadoras de mangaba em torno da disposição para reivindicar o acesso às plantas em oposição aos proprietários e aos caseiros. Entretanto, influencia na dissociação delas quando se tratam da repartição de recursos escassos como a participação em programas de políticas públicas e o acesso a plantas em áreas de acesso livre. Mesmo que haja evidências de dissociação entre as catadoras de mangaba, concluimos que os conflitos têm contribuído para a mobilização política e o reconhecimento das mesmas, influenciando, inclusive, na conquista de aliados para lutar pelo acesso às mangabeiras e a outros direitos.

Destacamos com isso o lado positivo do conflito, conforme argumentado por Simmel (1983). O seu oposto, entretanto, é que, face à mobilização e ao reconhecimento das catadoras, os proprietários reagem e cortam as plantas, cercam os estabelecimentos, intensificam vigilância e restringem o acesso às áreas, nas quais elas coletam mangaba há anos, a partir de

acordos orais. A polarização entre catadoras de mangaba, de um lado e proprietários, de outro, se intensifica, inclusive com a quebra de acordos históricos e desrespeito ao direito tradicional.

Essas reações foram também constatadas por Schmitz; Mota e Silva Junior (2008, p. 6) e Schmitz et al. (2011, p.263), mostrando que os proprietários quando cortam as árvores e replantam interrompem a relação entre população e mangabeiras nativas diante da insistência e persistência das catadoras em continuarem a coletar nas áreas mesmo proibidas. Mostram os autores que, em contraponto, as catadoras reagem dizendo que “a terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém!” e “a mangabeira foi plantada por Deus”.

Nos conflitos identificados, os envolvidos mobilizam diferentes estratégias para defender os seus interesses. A acusação recíproca é uma das mais usuais para desvalorizar o oponente e conquistar aliados. Por um lado, os proprietários e caseiros argumentam que as catadoras de mangaba quebram galhos, coletam frutos verdes, roubam os frutos e desrespeitam os acordos. Do outro, as catadoras destacam o egoísmo dos proprietários, as acusações infundadas e o acesso indevido à terra e às plantas nativas.

Confrontando as duas estratégias, concluímos que interesses antagônicos alimentam os conflitos considerando que proprietários e caseiros tentam impedir o acesso às plantas. Já as catadoras reagem e procuram mantê-lo, entrando nos estabelecimentos para coletar frutos em momentos de relaxamento da vigilância.

No contexto de tensão, constatamos que de um total de 31 propriedades com mangabeiras no Pontal, a entrada das catadoras para a coleta está proibida em 18 (58%), inclusive com ameaças de violência física em quatro delas. Em nove (30%) a entrada é permitida. Em três propriedades (10%) mangabeiras foram cortadas em 2010 para evitar a entrada das catadoras ou para desenvolver outra atividade. Em uma propriedade, não foi obtida qualquer informação. Até 2003, o acesso aos estabelecimentos no Pontal era considerado “um direito de todos” pelas catadoras, apesar da insatisfação e interdição de alguns proprietários e das diferentes estratégias das catadoras para burlar cercas e proibições (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES, 2003; SILVA JÚNIOR; MOTA; GOMES, 2003).

Mais recentemente, novos conflitos têm pontuado as interações entre as catadoras de mangaba e referem-se às oportunidades de comercialização do fruto no PAA e ao beneficiamento da fruta. Concluímos que o objeto dos conflitos tanto são os frutos (em áreas de acesso livre, sujeitos a maior intensificação do uso após o cercamento das áreas privadas, pela garantia de comercialização), quanto o sentimento de discriminação por parte de algumas que ainda não estão participando de programas de políticas públicas. Em ambos os casos, a concorrência tem sido intensificada, seja para chegar primeiro às áreas de coleta, seja para

pertencer aos quadros dos que farão parte dos programas mediante alianças com as lideranças. Nesta concorrência entre os diferentes atores, antigas regras têm sido questionadas, motivado discórdias, como também começam a ser reivindicadas novas regras. Investigar os desdobramentos deste processo poderá ser um interessante objeto de estudo para o futuro.

Por fim, concluímos que os conflitos no Pontal têm se tornado mais complexos mediante a diversidade de iniciativas que têm sido colocadas em prática pelo poder público na região (estradas, pontes, agricultura empresarial). Antagonismos e alianças quanto ao “modelo” de organização da vida local pontuam o dia-a-dia e referendam a ideia de que o conflito pode ser tanto positivo, quanto negativo na vida do grupo, a depender do seu conteúdo, momento histórico e alianças. Para o caso em análise, tem sido positivo, porque influenciou no reconhecimento das catadoras de mangaba como um grupo culturalmente diferenciado e no estabelecimento de iniciativas específicas para elas, pois que sinalizam para a continuidade do acesso aos recursos na modalidade Resex, ora constando da pauta de prioridade do governo federal para implantação.

Por meio do estudo dos conflitos, constatamos que o extrativismo no Pontal está sendo “re-significado”. O sentido atribuído às áreas de uso comum, as recentes negociações para a venda do fruto pelos proprietários às catadoras, a concorrência pelos frutos entre as próprias catadoras para vendê-los a preços justos e a diversificação da comercialização têm chamado a atenção para a importância de uma atividade tradicionalmente realizada pelas mulheres, mas só recentemente valorizada. Em decorrência, os homens começam a se interessar pela mesma. Os desdobramentos deste interesse demandam futuras investigações.

Acreditamos que com esta dissertação preenchemos parte de uma lacuna existente na produção acadêmica sobre os conflitos no extrativismo da mangaba no Estado de Sergipe, além de ter sistematizado um conjunto de informações e análises que poderão subsidiar a ação dos interessados.

Esperamos que estudos sobre a temática, a partir de outros métodos e de outras abordagens também sejam produzidos no desafio de acompanhar o dinamismo dos conflitos que diariamente eclodem em torno das disputas pelos recursos naturais no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto (apresentação do livro). In: \_\_\_\_\_: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004. p. 7-11.

ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_: Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004. p. 13-35.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Usar para valorizar. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 44. 2009. p. 22-25.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas; Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, Anthony B. et al. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Curitiba: Relume-Dumará, 1994. p. 227-246.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundo de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006. 140 p.

ALMEIDA, Maria da Gloria. Atividades Produtivas. In: DINIZ, Diana Maria de et al. **Textos para a História de Sergipe**. Aracaju: EDUFS, 1991. p. 61-125.

ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Floresta que sangra. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 4, nº 44. 2009. p. 16-21.

\_\_\_\_\_. Apresentação do livro. In: EMPAIRE, Laure et al. **A floresta em jogo**. O extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, 2000. p. 9-10.

ANDERSON, Anthony B. Extrativismo Vegetal e Reservas Extrativistas. In: \_\_\_\_\_. **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Curitiba: Relume-Dumará, 1994. p. 17-48.

ANDERSON, Anthony B.; IORIS, Edviges Maria. A Lógica do Extrativismo: Manejo de Recursos e Geração de Renda por Produtores Extrativistas no Estuário Amazônico. In: DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana et al. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: USP. 2001. p. 163-180.

ANDRADE, José Célio Silveira; RIBEIRO, Maria Teresa Franco; GÓES, Maria de Fátima Barbosa; VARGENS; Emiliana da Costa. **Conflitos Sócio-Ambientais: Análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais**. 2000. ANPOCS (artigo). Disponível em: [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro1/gt/dimensoes\\_socio\\_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/dimensoes_socio_politicas/Jose%20Celio%20Silveira%20Andrade.pdf). Acesso em: 04 janeiro 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Berimbau: Iniciativa Político-Institucional de Regulação de Conflitos SocioAmbientais na Área de Influência do Complexo Costa de Sauípe - Bahia**. RAC Eletrônica (Online), v. 2, 2008. p. 426-448. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/periodicos/arq\\_pdf/a\\_825.pdf](http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_825.pdf). Acesso em 04 janeiro 2010.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005. 334 p.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 5ª edição, Campinas: Papirus. 2000. 128 p.

ARRUTI, José Mauricio. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Educsc, 2006. p. 133–157.

BARBANTI JUNIOR, Olympio. Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 1., Indaiatuba, **Anais...**, 2002.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MENASHE, Renata (orgs.). Margarida Alves. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. NEAD Especial. Brasília: MDA, IICA, 2006. p. 35- 64.

BECKER, Howard S. Observação Social e Estudo de Casos Sociais. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.

\_\_\_\_\_. A História de Vida e o Mosaico Científico. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 101-115.

BIRNBAUM, PIERRE. Conflitos. In: BOUDON, Raymond. (dir.) **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; 1995. p. 247-282.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. 160 p.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: A situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revistas Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 1, 2004. p. 205-227.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. p. 50. 204 p.

CARDOSO, Luís Fernando Cardoso. **A Constituição Local**: direito e território quilombola na Comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

CARNEIRO FILHO, Arnaldo. Uma experiência de aplicação do sensoriamento remoto ao extrativismo: o exemplo da piaçabeira. In: EMPERAIRE, Laure (org.). **A floresta em jogo**. O extrativismo na Amazônia central – São Paulo: UNESP, 2000. p. 119-124.

CARVALHO, Simone Martins de, et al. **A história do município**. Pesquisa de campo realizada por alunos do 4º ano do curso de Pedagogia, da UNIT/Campus-Estância, disciplina História da Educação II. 2001.

CHAUI, Marilena. **A sociedade democrática. Introdução crítica ao direito agrário.** IN: MOLINA, Mônica Castagna et al., (orgs.). Brasília: UNB. 2002. p. 331-340.

COELHO DE SOUZA, Gabriela. Extrativismo em Área de Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: um Estudo Etnobiológico em Maquiné. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Botânica) - Programa de Pós-Graduação em Botânica, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3826/000393645.pdf?sequence=1>. Acesso em 08 dezembro 2010.

COELHO DE SOUZA, Gabriela; KUBO, Rumi. A perspectiva da etnobotânica sobre o extrativismo de produtos florestais não madeiráveis e a conservação. **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia.** In: KUBO, Rumi Regina et al. (organizadores) Recife: Nupeea V. 3.1a. ed. - 2006. p. 87-102.

COSER, Lewis A. Conflito. In: OUTHWAITE, William; BUTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Tradução de Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 120-123.

COSTA, José Eloízio da. A formação da cadeia produtiva do coco em Sergipe. **Revista GEONORDESTE,** 1999. p. 9-25. Disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2001/cadeia.pdf](http://www.rc.unesp.br/igce/geografia/pos/downloads/2001/cadeia.pdf). Acesso em 22 maio 2011.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v.16, n.3, 2010. p. 913-925. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v18n3/v18n3a16.pdf>. Acesso em: 23 outubro 2011.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmeron. **Nas marés da vida: historias e saberes das mulheres marisqueiras.** 2010. p. 1-10. Disponível em: [www.fazendogenero.ufsc.br/.../1277473147\\_ARQUIVO](http://www.fazendogenero.ufsc.br/.../1277473147_ARQUIVO). Acesso em 06 abril 2011.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada.** 3ª edição. São Paulo: Hucitec. 2001. 169 p.

\_\_\_\_\_. **Conflitos entre Populações Humanas e Unidades de Conservação e Mata Atlântica.** São Paulo: USP. 1995. 283 p.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A Condição Camponesa em Sergipe.** Aracaju: NPGeo-UFS, 1996. 222 p.

DRUMMOND, José Augusto. **A extração sustentável de produtos florestais na Amazônia brasileira:** vantagens, obstáculos e perspectivas. 1996. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/seis/drumon6.htm>. Acesso em: 13 outubro 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução.Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000. 224 p.



EMPERAIRE, Laure; LESCURE, Jean-Paul. Introdução do livro. In: EMPERAIRE, Laure (org.). **A floresta em jogo**. O extrativismo na Amazônia central. São Paulo: UNESP, 2000. p. 15-19.

ESTERCI, Neide. Populações Tradicionais. In: RICARDO, Beto; CAMPANILI, Maura. **Almanaque Brasil Socioambiental**, 2007. p. 223-225.

FADIGAS, Amanda Braga de Melo; GARCIA, Loreley. Gomes; HERNANDEZ, Malva Isabel Medina. **As contribuições das marisqueiras para uma gestão sócio-ambiental em reserva extrativistas**, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/fadigas-garcia-hernandez12.pdf>. Acesso em: 14 fevereiro 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro - formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Curso de Pós Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 1999. 316 p.

FERNANDES, Thiara. **Entre campo e casa: a autonomia da mulher e o extrativismo da Mangaba**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio Século XXI Escolar: **O Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. Ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. 799 p.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. 2005. 199 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FONSECA, Vania; VILAR, José Wellington Carvalho; SANTOS, Max Alberto Nascimento. **Reestruturação territorial no Litoral de Sergipe**. Brasil. 2009. Disponível em: [http://www.egal2009.easyplanners.info/area01/1161\\_vania\\_fonseca.pdf](http://www.egal2009.easyplanners.info/area01/1161_vania_fonseca.pdf). Acesso dia 07 de setembro de 2009.

GOES, Cristian. Indiaroba, a terra do Divino. In: **História dos Municípios Sergipanos**. Coletânea do Jornal Cinform. Aracaju. 2002. p. 98-100.

GRESIK, Karla Rocha Carvalho, FIAMENGUE, Elis Cristina. **As Representações Sociais das Marisqueiras do Mambape acerca da Questão Ambiental: uma questão de política pública**. 2009. Disponível em: <http://www.xivciso.kinghost.net/artigos/artigo301.pdf>. Acesso em: 12 março 2010.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes. 2003. 224 p.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **Formas de dominação e Espaço Social: A modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas**. São Paulo, Marco Zero. 1988. p. 173-194.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa.1993. 202 p.

\_\_\_\_\_. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 97 p.

\_\_\_\_\_. O crescimento do mercado como mecanismo de desagregação da economia extrativista. In: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. (orgs). **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas & natureza na America Latina**. Recife: Nupeea, 2010. p. 89-109.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Volume XIX. Rio de Janeiro, 1959. p. 314-317.

JESUS, Nádia Batista de; GOMES, Laura Jane. Cadeia Produtiva da pimenta-rosa a partir do Baixo São Francisco, Sergipe/Alagoas. In: SILVA, Valdeline Atanzio da; ALMEIDA, Alyson Luiz Santos de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. (orgs). **Etnobiologia e Etnoecologia: pessoas & natureza na America Latina**. Recife: Nupeea, 2010. p. 265-289.

KUBO, Rumi Regina; COELHO DE SOUZA, Gabriela. **Tempo do artesanato: reflexões em torno do devir na etnografia do Processo de busca de uma alternativa econômica**. s/d. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/640.pdf>. Acesso em: 08 dezembro 2010.

LAGO, Maria Regina Teixeira. **Babaçu Livre e Roças Orgânicas: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais**. 2002. 114 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

LEITE LOPES, José Sérgio. Introdução: A “ambientalização” dos conflitos sociais. In: ANTONAZ, Diana, PRADO, Rosane, SILVA, Glaucia (orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: Participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Coleção Antropologia da Política; 29. 2004. p. 17-38.

LIMA, Isabela Lustz Portela. **Etnobotânica Quantitativa de Plantas do Cerrado e Extrativismo da Mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Norte de Minas Gerais: Implicações para o Manejo Sustentável**. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LITTLE, Paul Elliot. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BARTHOLLO Junior, Roberto S. et al. **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 107-122.

\_\_\_\_\_. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. IN: SAYAGO, Doris et al (organizadores). **Amazônia: cenas e cenários**. Brasília: UNB. 2004. p. 321-344.

LORENZI, Harri et al. **Palmeiras do Brasil: exóticas e nativas**. Nova Odessa, SP, Editora Plantarum, 1996. 394 p.

MACHADO, Denise. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. **Revista Estudos Feministas**. [online]. 2007, vol.15, n.2,

pp. 485-490. ISSN 0104-026X. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a16v15n2.pdf>. Acesso em: 21 setembro 2011.

MANN, Peter H. **Método científico em sociologia. Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973. p. 21-39.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (org.) **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém, 1995. p. 81-96.

\_\_\_\_\_. **Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores**. In: COSTA, Maria José Jackson et al. **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: Editora Universitária UFPA. 2001. p. 165-195.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 238 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p.239-262, jul./set. 1993.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Populações Tradicionais e Formas Coletivas de Gestão das áreas de ocorrência natural de mangabeira. **Raízes: Revista de Ciências sociais e econômicas**. Campina Grande: UFCG. v. 22, n.2, 2003a, p. 225-233.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; GOMES, João Bosco Vasconcellos. **Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no litoral sul sergipano**. Anais do Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba. Aracaju. 2003.

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert. **Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano**. 2005. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/2/1066.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/2/1066.pdf). Acesso em: 13 outubro 2009.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. **O extrativismo em tempos de globalização**. In: Sociedade Brasileira de Sociologia, 13. Anais. Recife: SBS. 2007. Disponível em: <http://www.catadorasdemangaba.com.br/publicacoes/texto-9.pdf>. Acesso em: 11 julho 2012.

MOTA, Dalva Maria da; PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extrativismo em Sergipe: A vulnerabilidade de um modo de vida?** 2008. In: Encontro SOBER. GRUPO DE PESQUISA 11- Desenvolvimento Territorial e Ruralidade. Disponível em: [www.sober.org.br/palestra/5/733.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/5/733.pdf). Acesso em: 06 setembro 2009.

MOTA, Dalva Maria da; SANTOS, Jane Velma dos. **Uso e conservação dos remanescentes de mangabeira por populações extrativistas em Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe**. 2008. Disponível em:  
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/viewFile/3347/3247>.  
 Acesso em: 05 setembro 2009.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JUNIOR, Josué Francisco. ALVES, Jackeline Nakata Ferreira. **“MEU MARIDO ME AJUDA”?** Trabalho e Gênero no Extrativismo da Mangaba no Nordeste do Brasil. 2008. 13 p.(texto digital).

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da; PEREIRA, Emanuel Oliveira; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo; JESUS, Nádia Batista de; SCHMITZ, Heribert; SANTOS, Jane Velma dos. **Capacitação solidária das catadoras de mangaba.** Relatório. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2008. 38 p. (Comunicado Técnico n.133).

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da Silva Junior; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo; ROCHA, Maria Margarete Lisbôa. **Disputas pelo acesso aos recursos naturais: o dilema das mulheres catadoras de mangaba em Sergipe, Nordeste do Brasil.** 2009. Disponível em: <http://sec.adevento.com.br/anpocs/inscricao/resumos/0001/TC0956-2.pdf>. Acesso em: 18 fevereiro 2010.

\_\_\_\_\_. et al.(comissão organizadora). **I Seminário sobre o Extrativismo e as Mulheres Catadoras/Apanhadoras de Mangaba,** Belém/PA. 2010 (relatório mimeo).

MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert. Introdução. In: MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (editores técnicos). **A mangabeira as catadoras o extrativismo.** Embrapa Amazônia Oriental- Belém, Pará; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, Sergipe. 2011. p. 29-42.

\_\_\_\_\_, et al. As senhoras da mangaba. IN: MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (editores técnicos). **A mangabeira as catadoras o extrativismo.** Embrapa Amazônia Oriental- Belém, Pará; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, Sergipe. 2011. p. 95-127.

\_\_\_\_\_. **História de vida de Dona Edite.** Transcrição de entrevista realizada por Dalva Maria da Mota. 2011 (Texto não publicado).

\_\_\_\_\_; SCHMITZ, Heribert; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da Silva Junior; PORRO, Noemi Miyasaka; OLIVEIRA, Tânia Carolina Viana de. **As catadoras de mangaba no programa de aquisição de alimentos. 2012. 40 p. (mimeo).**

NEIBURG, Federico. A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit. 2000. p. 7-11.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo.** São Paulo: Contexto. 1988. 101 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 1998. p. 17-35.

PAULA ANDRADE, Maristela de; FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Na lei e na marra – A luta pelo livre acesso aos babaçuais.** São Luís – 2004. (versão digital).

PEREIRA, Emanuel Oliveira. **Extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu – SE**. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2008.

RAMALHO, Cícera Izabel. **Licuri (*Syagrus coronata*)**. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/lavouraxerofila/pdf/licuri.pdf>. Acesso em: 09 fevereiro 2011.

REGO, José Fernandes do Rêgo. **Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo**. Universidade Federal do Acre. 1999. Disponível em: [http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo\\_neoextrativismo.pdf](http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/extrativismo_neoextrativismo.pdf). Acesso em: 06 março 2012.

RIBAS, Rafael Perez et al. **A sustentabilidade de agricultores samambaieiros**. 2007. Disponível em: [http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/P71\\_2005-05-31\\_150136\\_278.pdf](http://www.agroecologiaemrede.org.br/upload/arquivos/P71_2005-05-31_150136_278.pdf). Acesso em: 08 dezembro 2010.

RIBEIRO, Wagner Costa. Conflitos distributivos e dívida ecológica. In: Martinez Alier, Juan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 9-12.

SANTOS, Jane Velma dos. O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Núcleo de Pós- Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. 103 f.

SANTOS SILVA, Nelly Monteiro. **Pater Incertus, Mater Certa: As práticas de Assoldadamento em Estância e sua contribuição para a História da Educação da Infância em Sergipe (1865-1895)**. Aracaju: UFS. ano: 2007. 254 p. Dissertação (Mestrado em Educação).

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. **Gestão coletiva de bens comuns e conflito ambiental: o caso das catadoras de mangaba**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), 3, 2006, Brasília.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da. **Conflitos sociais cercam as catadoras de mangaba**. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas), 4, Brasília, 2008. Pesquisa financiada com recursos do MCT/CNPq.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JUNIOR, Josué Francisco da. **Gestão Coletiva de Bens Comuns no Extrativismo da Mangaba no Nordeste do Brasil**. Campinas. **Revista Ambiente e Sociedade**. 2009.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; CARDOSO, Luís Fernando Cardoso e. **Catadoras de mangaba: uma nova identidade?** Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia. Florianópolis. 2010.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; JESUS, Nádia Batista de. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, Recife, v.16, n.1, p.157-178, jan.-jun. 2010.

SCHMITZ et al. Conflitos e Movimento Social: Ameaças e Reações das Catadoras de Mangaba. In: MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco da; SCHMITZ, Heribert; RODRIGUES, Raquel Fernandes de Araújo (editores técnicos). **A mangabeira as catadoras o extrativismo**. Embrapa Amazônia Oriental- Belém, Pará; Embrapa Tabuleiros Costeiros, Aracaju, Sergipe. 2011. p. 251-290.

SHANLEY, Patrícia. **Frutíferas e Plantas Úteis na Vida Amazônica**. Belém. 2005. 300 p.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. **Leis do babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006. 77 p.

SILVA JUNIOR, Josué Francisco da; MOTA, Dalva Maria da; GOMES, João Bosco Vasconcellos. **Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no litoral sul de Sergipe**. 2003. Anais do Simpósio Brasileiro sobre a Cultura da Mangaba. Aracaju.

SILVA JUNIOR, Josué Francisco, et al. Recursos Genéticos nos Tabuleiros Costeiros e Baixada Litorânea do Nordeste. p. 57-74. In: Silva Junior, Josué Francisco, LÉDO, Ana da Silva (editores técnicos). **A cultura da Mangaba**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros. 2006. 253 p.

SILVA JUNIOR, Josué Francisco et al. **Variabilidade em populações naturais de mangabeira do litoral de Pernambuco**. 2007. Disponível em: <http://www.magistra.ufrb.edu.br/artigos%magistra%2007.pdf>. Acesso em: 16 agosto 2009.

SILVA, Carmem; PORTELLA, Ana Paula. **Divisão sexual do trabalho em áreas rurais no Nordeste Brasileiro**. 127-171 p. In: SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide (org.). Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2006. 331 p.

SILVA, Rosemiro Magno da. **A luta dos posseiros de Santana dos Frades**. Aracaju: EDUFS. 2002. 354 p.

\_\_\_\_\_. **Assentamentos de Pequenos Produtores Rurais em Sergipe 1945-1992**. Aracaju: SEAGRI. 1996. 1.v. (paginação: irregular)

\_\_\_\_\_. LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Conflitos de Terra e Reforma Agrária em Sergipe**. Aracaju: EDUFS. 1996.175 p.

SILVEIRA, Maryane Meneses. **Farinhada**: construção simbólica na reprodução da agricultura familiar. 2006. 94 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Agrária e Regional) – Núcleo de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, 2006.

SIMONIAN, Ligia T. L. Mulheres Seringueiras na Amazônia Brasileira: uma vida de trabalho silenciado. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (org.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém, 1995. p. 97-115.

\_\_\_\_\_. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura.** Belém, UFPA/NAEA. 2001. 270 p.

SIMMEL, Georg. **Georg Simmel: sociologia.** Organizador [da coletânea] Evaristo de Moraes Filho. Tradução de Carlos Alberto Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983. 192 p. (Coleção grandes cientistas sociais; 34).

SOUTELO, Luis Fernando Ribeiro. O município de Indiaroba (subsídios para a sua historia). 1998. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 32- 1993-1999. p.37-55 (versão eletrônica).

THEODORO, Suzi Huff et al. Uma crise anunciada. In: THEODORO, Suzi Huff (org.). **Mediação de conflitos sócio ambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 23-68.

VANDENBERGHE, Frédéric. **As sociologias de Georg Simmel.** Marcos Roberto Flaminio Peres (tradutor). Bauru, SP: Edusc: Belém: EDUFPA, 2005. p. 118-124.

VIEIRA NETO, Raul Dantas; CINTRA, Fernando Luis Dantas.; LEDO, Ana da Silva; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco, COSTA, Jefferson Luís da Silva; SILVA, Ana Alexandrina Gama da; CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez. **Sistema de produção de mangaba para os tabuleiros costeiros e baixada litorânea.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2002. 22p. Embrapa Tabuleiros Costeiros. Sistemas de Produção. Disponível em <http://www.cpatc.embrapa.br>. acesso em: 19 fevereiro 2011.

VIEIRA NETO, Raul Dantas; MELO, Vitor e Silva. **Caracterização do Sistema Produtivo da Mangabeira no Município de Itaporanga D'ajuda.** Sergipe. XX Congresso Brasileiro de Fruticultura. 54th Annual Meeting of the Interamerican Society for Tropical Horticulture. Vitoria. 2008.

VIEIRA NETO, Raul Dantas. **Resposta de mudas de mangabeira a fontes e doses de fósforo em solo de baixada litorânea.** 2010. 27 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Núcleo de Pós-Graduação e Estudos em Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** São Paulo. EDUSP.1988. p. 43- 79.

WOORTMANN, Klaas. Grupo doméstico e Parentesco Num Vale da Amazônia. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, Vol XVII 1967. p. 209-377.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. **Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias.** 2004, 99p. Disponível em: [www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/woortmann.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/XIII encontro/woortmann.pdf). Acesso em 18 abril 2012.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais – um novo campo de investigação. pg. 11–31. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

## **ANEXOS**



## Anexo A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS ENVOLVIDOS NOS CONFLITOS\*

Entrevistador \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

Entrevistado \_\_\_\_\_ Apelido \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_

**A-DADOS GERAIS DA/O ENTREVISTADA/O**

- Idade: \_\_\_\_\_

- Sexo: 1- ( ) Masc. 2- ( ) Fem.

-Naturalidade: \_\_\_\_\_

- Situação conjugal

( ) casado civilmente; ( ) casado igreja ( ) solteiro; ( ) viúvo; ( ) separado; ( ) Outro

- Chefe de família: 1- ( ) Sim 2- ( ) Não

- Número de filhos:

( ) nenhum; ( ) 1 a 2; ( ) 2 a 4; ( ) 4 a 6; ( ) Mais de 6

- Escolaridade:

( ) Analfabeto; ( ) Assina o nome; ( ) Ensino fundamental(1ª fase); ( ) Ensino fundamental(2ª fase); ( ) Ensino médio; ( ) Curso Superior; ( ) Outro.

-Que atividades desenvolvem? Quanto ganha? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Rendas Familiares através de políticas sociais	Fonte Valor (R\$)
( ) Aposentadoria	
( ) Bolsa escola	
( ) Vale gás	
( ) Defeso (pescadores)	
( ) Bolsa alimentação	
( ) Outras	

**B- HISTÓRICO DO EXTRATIVISMO E USO DAS MANGABEIRAS**

- Há quanto tempo tem mangabeira por aqui?

---



---

---

- São nas mesmas áreas?

Sim;  Não;

Por que? \_\_\_\_\_

---

---

- Como se usava a mangaba antigamente?

Consumo;  Venda;  Não se usava;  Retirada do leite;  Outros usos

- Como era o acesso às plantas antigamente?

1-  Livre em áreas sem dono

2-  Livre em áreas privadas (nas terras que tem dono) sem necessidade de permissão

3-  Em áreas privadas (nas terras que tem dono) com necessidade de permissão

4-  Cada um tinha as suas áreas

5-  Outro

- Quem catava mangaba antigamente?

Mulheres;  Crianças;  Mulheres e crianças;  Homens, mulheres e crianças

Outros

- Como era a paisagem (como era essa região aqui) onde tinha mangabeiras quando você era criança (vegetação, uso da terra, animais etc)?

---

---

- Essa paisagem mudou?

---

---

- Como é a paisagem hoje? \_\_\_\_\_

---

---

-O que causou as mudanças? \_\_\_\_\_

---

---

### **C- DISPONIBILIDADE, ACESSO, CONSERVAÇÃO E USO DOS RECURSOS HOJE**

- Através de que relações as catadoras têm acesso aos remanescentes

1-  Acesso livre em áreas sem dono

2-  Acesso livre (não tem dono, é do Estado, o dono não se incomoda, área abandonada)

3-  Áreas com donos e com necessidade de permissão

- 4-  Áreas arrendadas  
 5-  Áreas próprias cercadas em pequenos sítios  
 6-  Acesso só para assentados  
 7-  Outros

- Qual a melhor forma de acesso (das citadas anteriormente)? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- Quem apanha/cata mangaba?

- Mulheres;  Crianças;  Mulheres e crianças;  Homens, mulheres e crianças;  Outros

- Como acontece a catação da mangaba? \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- Como ensinam aos mais jovens?

- Mostrando como se faz;  Falando;  Falando e mostrando;  Outros

- Após uma colheita em grupo familiar, como é dividido o lucro?

- 1-  Os mais velhos cuidam disso  
 2-  Cada um fica com a sua parte  
 3-  Só os mais velhos ficam com o dinheiro  
 4-  Cada coleta é destinada para um membro  
 5-  Outros

- E quando a colheita é feito em grupo, como é dividido o lucro?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

- Onde cata mangaba?

- Sempre no mesmo lugar;  Em áreas lugares diferentes;  Outros

- Quantas mangabeiras visita por dia no tempo da safra?

- até 5 plantas;  até 10 plantas;  mais de 10 plantas;  mais de 20;  Não tem um cálculo.

- Quem cata nas áreas de livre acesso?

- 1-  Só os residentes locais  
 2-  Residentes locais e de povoados vizinhos  
 3-  Pessoas de qualquer lugar que chegam  
 4-  Outros

- Você conhece todas as catadoras?

- Sim;  Não;  Por que?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

Quanto vocês andam (distância) pra apanhar mangaba?

( ) Até 2km; ( ) De 2 a 5km; ( ) De 5 a 10km; ( ) Mais de 10km

- O que é permitido fazer na catação de mangaba?

<b>Atividade</b>	<b>Resposta</b>	<b>Tem alguém que faz?</b>
1- Catar os frutos do chão		
2-Catar os frutos com gancho		
3- Subir nas árvores		
4- Retirar frutos verdes		
5- Retirar leite		
6- Cortar árvores		
7-Entrar em áreas cercadas		
8- Quebrar galhos		
9- Outros		

- Como vocês fazem pra medir o que foi colhido? Tem alguma medida?

<b>Unidades de medida utilizadas</b>	<b>Equivalente em Kg</b>	<b>Equivalentes em litros</b>

- Qual a estimativa de colheita?

<b>Estimativa de colheita</b>	<b>Quantidade/l</b>	<b>Valor/l</b>
<b>Inverno</b>		
<b>Verão</b>		
<b>Total</b>		

- Como as catadoras se relacionam umas com as outras?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Há disputas entre elas? ( ) Sim ( ) Não

Que tipo? \_\_\_\_\_

3- Por quê? \_\_\_\_\_

-Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelas catadoras? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Como é conciliar ser dona de casa e realizar outras tarefas? Há uma divisão de tarefas? Quem divide? Quem faz o que? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Como as catadoras se relacionam com os donos das áreas? Quando são impedidas de entrar nas áreas? O que fazem para continuar coletando individualmente e coletivamente?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

- Quem apóia vocês, quem orienta para que vocês se organizem em grupo e enquanto Movimento das Catadoras de Mangaba?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

#### **D- PÓS-COLHEITA**

- O que se faz depois que colhe? Como fazem?

1- ( ) limpa dos frutos

2- ( ) lava os frutos

3- ( ) classificação dos frutos (separa os frutos em alguma classificação tipo grande e pequeno, verde e maduro, etc.)

4- ( ) armazenamento/embalagem dos frutos (encapotamento)

5- ( ) outros

- O que fazem mulheres, homens e crianças no extrativismo da mangaba?

<b>Etapa</b>	<b>Crianças</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
1- Produção de mudas			
2- Colheita			
3- Limpeza			
4- Classificação			
5- Armazenamento			
6- Comercialização			

#### **E- COMERCIALIZAÇÃO**

57- A quem vende a mangaba?

1- ( ) Consumidores (turistas, nas casas, na beira da estrada, etc.)

2- ( ) Comerciantes no local onde vive

3- ( ) Comerciantes externos

- 4-  Proprietário de fábrica de polpas  
 5-  Vizinha que negocia na cidade com donos de restaurantes  
 6-  Direto na feira  
 7-  outros \_\_\_\_\_

- Como e quando é o pagamento?

- 1-  Em dinheiro na hora que entrega  
 2-  Em dinheiro depois que a mangaba é vendida  
 3-  A cada visita do comprador recebe o dinheiro da entrega anterior  
 4-  Outros \_\_\_\_\_

- Quantas vezes vendem mangaba por semana?

N. de vezes	Na safra	Em outras épocas	Quantas semana? /ano
1- <input type="checkbox"/> Uma vez			
2- <input type="checkbox"/> Duas vezes			
3- <input type="checkbox"/> três vezes			
4- <input type="checkbox"/> Outros.			

- Onde vivem os compradores? (mais de uma resposta)

- 1-  No próprio povoado  
 2-  Em povoado vizinho  
 3-  Sede de municípios vizinhos  
 4-  Na capital do Estado  
 5-  Outros

## F- REGRAS DE SOCIALIZAÇÃO

- Como aprenderam o que sabem sobre o extrativismo (a catação) da mangaba?

- 1-  Indo catar com pessoas da família que sabiam  
 2-  Indo catar com pessoas da comunidade  
 3-  Aprendeu sozinho  
 4-  Outra

- Normalmente, quem cata mangaba junto?

- Família;  Vizinhos;  Amigos;  Outros?

- Durante a cata da mangaba o que as pessoas fazem?

- Conversam entre si;  Cantam;  Ficam calados;  Outros

- A partir de que idade as crianças catam junto? \_\_\_\_\_

- Por que as crianças vão junto?

- Para ajudar;  Para aprender;  Para não ficar em casa sozinha;  Outros

- Quem mais domina os saberes relacionados ao extrativismo da mangaba?

- As mulheres velhas;  As mulheres jovens;  Os homens velhos;  Os homens jovens;  Os jovens;  Outros

**G- CONSUMIDORES**

- Quem são os consumidores da mangaba?

Todo mundo;  Pessoas da cidade;  Pessoas do campo;  Outros

- Quais os grupos que mais consomem mangaba?

Ricos;  Classe média;  Pobres;  Outros

- Como preferem consumir a fruta?

A própria fruta;  Sucos;  Sorvete;  Mousses;  Drinques;  Doce;  Outros

- Onde os consumidores preferem comprar mangaba?

Nas feiras e ruas;  Supermercado;  Outros

- Existe um tipo de mangaba que é preferida pelos consumidores?

Não;  Sim

Qual? \_\_\_\_\_

- Os consumidores diferenciam a mangaba de vez da de caída?

Não;  Sim

Como? \_\_\_\_\_

- Os comerciantes diferenciam as frutas?

Não;  Sim.

Como? \_\_\_\_\_

- A qualidade da fruta influencia na venda?

Não;  Sim.

Como? \_\_\_\_\_

- O consumo aumentou nos últimos anos?

Não;  Sim.

Qual e o motivo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**\*Adaptado do questionário elaborado por Emanuel Pereira.**

## Anexo B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SOBRE OS CONFLITOS DO EXTRATIVISMO DA MANGABA

- 1) Quais os tipos de conflitos?
- 2) Quem são os atores envolvidos? O que fazem? Onde vivem?
- 3) Qual objeto de disputa?
- 4) Quais são os interesses envolvidos?
- 5) Quais são as estratégias dos envolvidos utilizadas para enfrentar os conflitos?
- 6) Qual a origem dos conflitos? Como e quando surgiu, por quê? E quem são os envolvidos?
- 7) Quem são os mediadores? O que fazem, vinculado a que e qual o objetivo?
- 8) Onde estão localizados os conflitos?
- 9) Quais os níveis de escalação(conflitos locais, regional e nacional)?
- 10) Quais os tipos de relações construídas e existentes entre os atores?
- 11) Quais os níveis de intensidade dos conflitos (leve, moderado e grave)?
- 12) Qual a visibilidade do conflito? Quem sabe da existência? Como se tornou conhecido?
- 13) Quais as diferenças existentes nos conflitos envolvendo diretamente as mulheres? E envolvendo os homens?
- 14) Qual o retorno para as catadoras a partir do conflito?



Anexo C - Croqui do Povoado Pontal - Município de Indiaroba – Sergipe.

**Maria Margarette Lisboa Rocha**

**CONFLITOS SOCIAIS PELO ACESSO AOS RECURSOS:**

**O extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Dalva Maria da Mota

**Belém - PA**

**2012**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –  
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

---

Rocha, Maria Margarete Lisboa

Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe. / Maria Margarete Lisboa Rocha; orientadora, Dalva Maria da Mota - 2012.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2012.

1. Conflitos sociais – Sergipe. 2. Produtos florestais – Sergipe. 3. Recursos naturais – Sergipe. 4. Mangaba. I Título.

---

CDD – 22.ed. 333.318115

**Maria Margarette Lisboa Rocha**

**CONFLITOS SOCIAIS PELO ACESSO AOS RECURSOS:**

**O extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe.**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém - PA: 17/12/2012

Banca Examinadora

---

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dalva Maria da Mota  
Embrapa Amazônia Oriental

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Heribert Schmitz  
Universidade Federal do Pará – PPGAA/UFPA

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria José Aquino Teisserenc  
Universidade Federal do Pará – PPGCS/UFPA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Gutemberg Armando Diniz Guerra  
Universidade Federal do Pará – PPGAA/UFPA

Dedico esta dissertação às catadoras de mangaba e em especial às catadoras do Povoado Pontal/Indiaroba-Sergipe, pela acolhida e disponibilidade durante o período da pesquisa. Justo essas mulheres que lutam pelo acesso livre às mangabeiras no paradoxo de impedimentos promovido por um “modelo de desenvolvimento ainda excludente”. Dedico também às mulheres e homens do campo sergipano (posseiros, quilombolas, agricultores familiares) que despertaram em mim um senso crítico mais aguçado contra as injustiças sociais promovidas pelo Estado, através da omissão e falta de compromisso dos seus representantes legais, no planejamento, execução de políticas voltadas para o bem-estar desta população.

## AGRADECIMENTOS

Ao GRANDE CRIADOR do universo, pela vida, fé, força, luz e superação de desafios.

Aos componentes da tribo RAIO DE LUZ, pela corrente de energia e de amor transmitidos nos momentos mais difíceis da minha vida. Agradeço especialmente Nadja Góis, Ana Paixão, Jane Tereza, Josiene Freire e Gilvanda Dias.

À parceria da Universidade Federal do Pará e Embrapa Amazônia Oriental, que me proporcionou participar do mestrado turma 2009/2011.

À CAPES, pelo apoio através da liberação de bolsa, favorecendo assim as condições para que eu pudesse realizar os estudos e assumir as despesas pessoais durante o período do mestrado. E ao CNPQ, também por ter apoiado algumas atividades de campo, através do projeto "Tecnologias Sócio-Ambientais para a Sustentabilidade dos Agroecossistemas Manejados pelas Mulheres Catadoras de Mangaba em Sergipe".

À Profª e orientadora **Dra. Dalva Maria da Mota**, pela orientação competente, conhecimento transmitido, "paciência pedagógica", conselhos, críticas, enfim pela sua presença marcante e muito mais, que me faltam palavras para agradecer. Mas posso dizer ainda: **SOU GRATA** pela sua presença em minha vida. Que Deus a abençoe sempre.

Ao Coordenador do Programa do MAFDS e demais professores, pelo empenho incansável no decorrer do Curso para a transmissão e a troca do conhecimento científico. Agradeço aos funcionários do MAFDS, e também Dircélia, Dona Dora, pela preciosa atenção a mim dispensada no labor diário.

À Profª Graça Pires, pelo apoio na indicação de referências e pelas oportunidades de conhecer um pouco da cultura belenense e paraense.

À minha mãe Maria Mênas Lisbôa Rocha, pelo seu amor incondicional e por ter me ajudado a entender as dificuldades e desafios enfrentados por ela, como mulher e agricultora. Com sua força e garra mostrou que, mesmo na invisibilidade, o trabalho feminino tem sua importância e na maioria das vezes contribui significativamente para a sustentação da família. Ao meu pai Antonio Alves Rocha (in memoriam), por ter me instigado a continuar buscando na educação o caminho do conhecimento sempre. Aos meus irmãos e irmãs (Magnacilda, Ângelo, Anderson, Mônica, Antônio Junior, Madiana e Acácio), as minhas cunhadas Marilan e Iraci, aos meus sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, primos e primas. E porque não dizer, a todos os membros da minha querida família.

À Maxivel Ferreira da Paixão (Maxi), meu muito obrigado pelo seu amor, apoio, carinho, paciência, companheirismo, tolerância e também pelas correções e tradução de partes do trabalho durante o período do mestrado. E dizer-lhe que “O verdadeiro amor também se fortalece a distância”.

À Mariza Rios, Ana Maria Gomes Torres, Charlotte e Alex Sandro Santos Pruth, Jan French. A cada um meu agradecimento especial, pois cada um de vocês tem uma presença marcante em minha vida.

Aos colegas do curso de mestrado, turma 2009/2011 com muito carinho a todos. Porém, faço um agradecimento especial às colegas e amigas Glaucia, Danielle, Ketiane, Clarissa, Jacy e Ione, por termos vivenciado momentos que preencheram as ausências familiares. E ainda à Glaucia, muito obrigada pela sua contribuição na organização da referencia bibliográfica. E a Danielle (Dani), pela sua valiosa e carinhosa leitura, com sugestões que só enriqueceram o trabalho.

À Raíssa e Tatiane, que passaram a ser mais um membro da minha família. Obrigada pela oportunidade de partilhar e aprender juntas sobre os nossos costumes familiares e regionais, durante o tempo que dividimos o espaço de moradia e de nossas vidas.

À Heitor, pelo apoio na elaboração da tabulação dos dados da pesquisa. Às estagiárias Jackeline, Dulce, Dani, Ellen, Luíza, Thiara (colega de curso) - bolsistas projeto EMBRAPA, pelo apoio e acolhida nas horas das agonias. Como também a Antonio Guilherme Soares Campos, Técnico em Geoprocessamento do Lab. de Sensoriamento Remoto/EMBRAPA Amazônia Oriental, pela organização digital do croqui da comunidade.

Às minhas amigas e colegas geógrafas, pela força, apoio, correções de texto, contribuição com dados e informações do campo sergipano entre outros assuntos; Maryane Meneses Silveira, Nivalda Batista dos Santos e Vilma Bastos, obrigada pela sua agradável amizade.

À Profª Drª Alexandrina Luz, obrigada por ter um dia me estimulado e apoiado a escrever um pré-projeto de mestrado, fazendo-me acreditar que seria possível interagir a minha experiência profissional e informações empíricas com os conteúdos teóricos da pesquisa.

À toda a equipe de pesquisadores do Projeto Catadoras de Mangaba (Prof. Heribert, Emanuel, Jane Velma, Josué, Raquel e Dalva Mota), pelos momentos de partilha e aprofundamento da questão em voga. E à bolsista do projeto mangaba, Tânia Carolina, por todo o apoio durante a pesquisa e pela amizade.

Aos associados, conselheiros e funcionários do Centro Dom José Brandão de Castro/Sergipe que me apoiaram durante a preparação para o mestrado bem como para a viagem a Belém do Pará e dizer-lhes que “**Tudo vale a pena quando a alma não é pequena**”. Especialmente

dedico àquelas pessoas que passaram e contribuíram para a existência dessa instituição com sua vida e dedicação, em prol dos direitos dos trabalhadores rurais de Sergipe, nas pessoas da Irmã Hermínia e Maria Cleia Bezerra dos Santos Rocha (in memoriam) e também a José Adelmo Pires dos Reis e Débora França.

Enfim, a todas as pessoas que estiveram sempre em sintonia comigo, que seria impossível relacioná-las aqui para não cometer o erro do esquecimento ou omissão. Todos estão contemplados, independentemente de onde estejam. O importante é saber que vocês são muito importantes para a minha vida. **MUITO OBRIGADA!**



*“Hoje tem menos mangabeira e mais gente catando. As famílias vai crescendo, vai rendendo as pessoas. Hoje há uma disputa maior pela mangaba. Ai onde está, pois quem tem não quer que a gente pegue. Eles (os proprietários) querem vender”.* (A. T. de S. M., 45 anos, catadora)

## RESUMO

Os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo da mangaba em Sergipe são o objeto de análise deste estudo. A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso no povoado Pontal, município de Indiaroba, no Estado de Sergipe. Os principais procedimentos foram observações, entrevistas e participação nas ações de mobilização das catadoras. As conclusões mostram que dentre os diversos atores envolvidos nos conflitos destacam-se as mulheres extrativistas, autodenominadas 'catadoras de mangaba' e ameaçadas de perder o acesso às plantas, nas quais praticam o extrativismo de que dependem para sobreviver. Constatamos diferentes tipos de conflitos que envolvem catadoras de mangaba, proprietários e caseiros, como também conflitos entre as próprias catadoras. A disputa e a concorrência são elementos fortes vivenciados por essas mulheres extrativistas na defesa dos seus direitos pelo acesso aos recursos naturais (mangabeiras nas quais coletam frutos e manguezais onde coletam mariscos) e, ainda, na defesa da conservação da biodiversidade.

**Palavras-chave:** Conflito social, Extrativismo, Mulheres, Catadoras de mangaba.

## ABSTRACT

Conflicts over access to resources for the practice of extractivism of mangaba in Sergipe are the object of analysis in this study. The survey was conducted through a case study in Pontal Village, in Indiaroba municipality in the state of Sergipe. The main procedures were observations, interviews and participation in the mobilization activities of gatherers. The findings show that among the various actors involved in the conflicts there are the women gatherers, self-styled 'mangaba gatherers', threatened with losing access to the plants, which engage in the extraction of which depend on to survive. We found different types of conflicts that involve the mangaba gatherers, home owners and caretakers, as well as conflicts even among gatherers themselves. The dispute and competition are strong elements experienced by these women gatherers, in defending their rights, access to natural resources (mangabeiras where they collect fruits and mangroves where they collect shellfish), and also in defense of biodiversity conservation which is so important to the survival of man in harmony with nature.

**Key words:** Social conflicts, Extraction, Women, mangaba gatherers.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Mapa de localização do município de Indiaroba e do pov. Pontal.....	51
Figura 2-	Imagem parcial do povoado Pontal.....	53
Quadro 1-	Espécies vegetais arbóreas e arbustivas encontradas na região.....	54
Fotografia 1-	Entardecer no Estuário do Rio Real.....	57
Fotografia 2-	Rua da Escola Municipal Anísio Fontes Torres.....	58
Fotografia 3a-	Calçamento da Rua da Alegria (atrás da rua principal).....	59
Fotografia 3b-	Calçamento da Rua da Mangabeira.....	59
Fotografia 4-	Casas por trás da Rua da Mangabeira.....	59
Fotografia 5-	Estilos de casas de veraneio na Rua principal.....	60
Fotografia 6-	Criança apanhando água de poço.....	62
Gráfico 1-	Local de nascimento das catadoras.....	70
Gráfico 2-	Nascidas no Estado de Sergipe.....	70
Gráfico 3-	Faixa Etária das catadoras de mangaba.....	71
Gráfico 4-	Estado Civil das catadoras.....	71
Gráfico 5-	Quantidade de filhos das catadoras.....	72
Gráfico 6-	Grau de escolaridade das catadoras.....	73
Gráfico 7-	Atividades e fontes de renda.....	74
Gráfico 8-	Programa de assistência do Governo Federal.....	76
Gráfico 9-	Área de tensão entre proprietários e catadoras.....	77

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AMPP - Associação dos Moradores do Povoado Pontal e Periferia

ASCAMAI - Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba

ASCOSUL - Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul de Sergipe

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Cpatc- Embrapa Tabuleiros Costeiros

EMDAGRO- Empresa de Desenvolvimento Agropecuário

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MCM- Movimento das Catadoras de Mangaba

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PETROBRAS- Petróleo Brasileiro S/A

PRODETUR- Programa de Desenvolvimento do Turismo

RESEX- Reserva Extrativista

SAMU- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

UFS- Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO.....</b>	<b>19</b>
2.1	CONFLITOS SOCIAIS.....	19
2.2	OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E AMBIENTAIS.....	21
2.3	EXTRATIVISMO.....	25
2.3.1	O Extrativismo em questão.....	25
2.3.2	As diferentes visões sobre a viabilidade econômica e ambiental do extrativismo,.....	29
2.4	NEOEXTRATIVISMO.....	32
2.4.1	O Extrativismo da mangaba em Sergipe.....	33
2.5	MULHERES, EXTRATIVISMO, CONFLITO.....	35
2.5.1	O trabalho das mulheres (des)valorização?.....	35
2.5.2	Mulheres e extrativismo.....	37
2.5.3	Mulheres extrativistas e conflitos.....	39
2.6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
<b>3</b>	<b>O PONTAL, O EXTRATIVISMO E AS CATADORAS.....</b>	<b>51</b>
3.1	O MUNICÍPIO DE INDIAROBA.....	51
3.2	O POVOADO PONTAL.....	53
3.2.1	Origem do arruamento.....	54
3.2.2	O Pontal: “ponta do céu”?.....	56
3.3	O EXTRATIVISMO NO PONTAL: “SEMPRE TEVE”.....	64
3.3.1	As catadoras de mangaba no Pontal.....	67
3.3.1.1	Diferenças e semelhanças entre as catadoras de mangaba.....	68
3.3.1.2	Perfil das catadoras.....	69
3.3.1.3	As atividades e fontes de renda das catadoras de mangaba.....	73
3.3.1.4	O acesso às plantas.....	74
<b>4</b>	<b>CONFLITOS EM TORNO DO EXTRATIVISMO DA MANGABA</b> .....	<b>79</b>
4.1	CONFLITOS NO BRASIL.....	79
4.2	CONFLITOS NO POVOADO PONTAL.....	81
4.2.1	Conflitos entre as catadoras e os proprietários e/ou responsáveis pelos	

estabelecimentos.....	83
4.2.1.1 Taboquinha: Acesso livre às plantas no passado, mas interdito no presente.....	83
4.2.1.2 Estabelecimento Maravilha. Área particular. Antes aberta e hoje cercada e proibida para a coleta.....	88
4.2.1.3 Floresta- Antes área de herdeiros com permissão de acesso, hoje de apenas um proprietário e com ameaça de morte para quem entrar.....	90
4.2.1.4 Estabelecimento Coqueiral – Área de herdeiros, cercada e proibida para a coleta.....	94
4.3 CONFLITOS ENTRE AS CATADORAS DE MANGABA NO PONTAL.....	99
4.3.1 Conflitos entre as catadoras com terra e sem terra.....	99
4.3.2 Entre catadoras no PAA.....	102
4.3.3 Entre catadoras das ruas de cima e as das ruas de baixo.....	106
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>126</b>